



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CRISTINA BURATTO GROSS

**OS “ESCOLHIDOS E OS ESCORRAÇADOS”, OS POVOS
TRADICIONAIS E A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE
SANTA CATARINA:**

**ROMPIMENTOS DAS INVISIBILIDADES DE CABOCLOS E
CABOCLAS DO CONTESTADO NA SERRA ACIMA,
PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL NA SERRA
ABAIXO**

Londrina
2019

CRISTINA BURATTO GROSS

**OS “ESCOLHIDOS E OS ESCORRAÇADOS”, OS POVOS
TRADICIONAIS E A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE
SANTA CATARINA:
ROMPIMENTOS DAS INVISIBILIDADES DE CABOCLOS E
CABOCLAS DO CONTESTADO NA SERRA ACIMA,
PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL NA SERRA
ABAIXO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Estadual de Londrina,
como requisito à obtenção do título de Doutora em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

6878 Gross, Cristina Buratto Gross.
OS "ESCOLHIDOS E OS ESCORRAÇADOS", OS POVOS TRADICIONAIS E A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE SANTA CATARINA: ROMPIMENTOS DAS INVISIBILIDADES DE CABOCLOS E CABOCLAS DO CONTESTADO NA SERRA ACIMA, PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL NA SERRA ABAIXO / Cristina Buratto Gross Gross. - Londrina, 2019.
156 f. : il.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Povos tradicionais - Tese. 2. Pescadores artesanais - Tese. 3. Caboclos - Tese. 4. Invisibilidades - Tese. I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91



CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos 23 dias do mês de setembro do ano de 2019, na sala 02 do Laboratório Escola De Pós-Graduação, desta Universidade, às 08:30 horas, reuniu-se a Banca Examinadora homologada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, composta por Dr. Nilson Cesar Fraga, Dra. Angela Maria De Sousa Lima, Dra. Carla Holanda Da Silva, Dra. Jolinda De Moraes Alves e Dra. Marquiana De Freitas Vilas Boas Gomes. A reunião teve por objetivo julgar o trabalho da estudante CRISTINA BURATTO GROSS MACHADO sob o título: "ENTRE PINHÕES E PEIXES: A INVISIBILIDADE DOS POVOS TRADICIONAIS DE SANTA CATARINA EM SUA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: CABOCLAS E CABOCLAS DO CONTESTADO NA SERRA ACIMA E PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL NA SERRA ABAIXO". Os trabalhos foram abertos pelo professor Dr. Nilson Cesar Fraga. A seguir, foi dada a palavra à estudante para apresentação do trabalho. Cada examinador arguiu a Doutoranda, com tempos iguais de arguição e resposta. Terminadas as arguições, procedeu-se ao julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua Aprovação. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora. A estudante deverá reformular seu trabalho no prazo de 60 dias: () SIM () Não

Se houver alteração no título do trabalho, informar o novo título abaixo:

Os "escolhidos e os escurraçados", o povo tradicional e a forma
do sócio-espacial de Santa Catarina: rompimento das invisibi-
lidades de caboclos e caboclas do Contestado, na Serra Acima, pesca-
dores e pescadoras do
litoral, na Serra Abaixo.

Obs.: Este documento não deve conter rasuras ou corretivo e deve ser preenchido de forma legível.

Londrina, 23 de Setembro de 2019.

PRESIDENTE

Dr. NILSON CESAR FRAGA

UEL

TITULARES

Dra. MARQUIANA DE FREITAS VILAS BOAS GOMES

UNICENTR

Dra. CARLA HOLANDA DA SILVA

UENP

Dra. ANGELA MARIA DE SOUSA LIMA

UEL

Dra. JOLINDA DE MORAES ALVES

UEL

Dedico esta tese aos povos tradicionais de Santa Catarina.

AGRADECIMENTOS

A tese que ora apresentamos, tornou-se possível porque contamos com o apoio de várias pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para esse caminhar, sem elas esse trabalho não teria acontecido.

Desse modo, agradeço...

Ao professor Dr. Nilson Cesar Fraga, pela orientação, por ter inicialmente me salvo do limbo dos “sem orientadores”, por ter compartilhado de seu encantamento pelo Contestado e pelo povo brasileiro, por tantas viagens, conversas, compreensão, enfim, pela amizade, que levarei para o resto de minha existência.

A minha família, especialmente a minha flor Iris, que sempre, incondicionalmente, esteve ao meu lado; ao Miguel que ainda não entendeu muito bem o que a mãe dele faz, mas foi motivo para não desistir, quando em alguns momentos a vida tornou-se deveras difícil; ao lto nosso padraço querido que esteve sempre pronto a auxiliar; às minhas irmãs amadas, Carol e Gabi, agradeço pelo apoio e força de sempre, a irmã de coração Mel, pelo apoio, conversas e agulhas mágicas que tentavam me trazer equilíbrio. Também agradeço ao cunhado Michael pelas traduções e apoio; e aos familiares de Londrina, especialmente ao tio Onézimo e a tia Zelina agradeço pelo carinho e apoio de sempre.

Aos pescadores artesanais da APAPE de Penha, especialmente representados na figura da Mirela Costa e demais pescadores que tive o privilégio de conversar.

A todo o povo caboclo do Contestado e aos que tive o prazer de conversar e conhecer, em especial ao Carlos Nedi Veiga da Silva, sempre solícito, agradeço pela acolhida em Lebon Régis e pela entrevista; à Denise, Meri, Padre Valmir Pasa, Ade, Cedival, Adair, Leila, Salete, Dona Leoni, entre tantos caboclos e caboclas que sempre nos receberam tão bem naquelas terras.

Ao senhor Walter Alves de Moraes (in memoriam) pela poesia que nos deu em um dos eventos no Contestado, com a qual tomo a liberdade de emprestar um dos versos para encerrar essa tese.

A professora da UNESPAR, a Dra. Diane Daniele Gemelli pela entrevista, pelo apoio e amizade.

Ao Dom Luiz Carlos Eccel, que como ele mesmo diz, também é um sujeito acaboclado, pela entrevista e pelo carinho com que nos recebeu em sua casa em Brusque/SC.

A Prof^a. Dr^a. Eliane Tomiasi Paulino, por nos aceitar em sua disciplina junto a graduação em Geografia, para que cumpríssemos nosso estágio docente.

A Prof^a. Dr^a. Margarida de Cássia Campos e Prof^a. Dr^a. Jolinda de Moraes Alves, pelas contribuições em minha banca de qualificação.

Agradeço imensamente as Professoras Doutoradas Jolinda de Moraes Alves, Carla Holanda da Silva, Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes e Ângela Maria de Sousa Lima, por terem aceito participar de nossa banca de defesa do doutorado e por terem contribuído imensamente para o encerramento desta etapa.

Aos queridos Geotemaquistaneses, colegas de trabalho e amigos, Kévo, Naibi, Mateus, Thiara, Émerson, Evandro, Heitor, Vanessa, Gustavo, Dean, Mariana, Margarida, Diego, sou grata pelo tempo feliz e pelas tardes de muita prosa.

Aos amigos feitos em Londrina, em especial ao Cléverson Gonçalves pelo carinho, amizade e apoio desde então, ao Lucas Zimerman pela acolhida e refeições maravilhosas. Também agradeço aos colegas e amigos da pós-graduação em Geografia da UEL, especialmente ao Anderson, Silas, Fran, Rafael, Arthur, Patrícia e Fábio.

Aos professores e funcionários envolvidos com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, em especial ao secretário Anderson e as Professoras Dr^{as}. Tânia Maria Fresca e Márcia Siqueira, pelo aprendizado em suas disciplinas e pela amizade.

Ao povo brasileiro e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa de Doutorado, vida longa e próspera!

Muito obrigada!

Talvez um dia, não mais existam aramados
E nem cancelas, nos limites das fronteiras
Talvez um dia milhões de vozes se erguerão
Numa só voz, desde o mar as cordilheiras
Da mão do índio, explorado, aniquilado
Ao Camponês, mãos calejadas, e sem terra
Do peão rude que humilde anda chagueando
E dos jovens, que sem saber morrem nas guerras

América Latina, Latina América
Amada América, de sangue e suor

Talvez um dia os gemidos das masmorras
E o suor dos operários e mineiros
Vão se unir à voz dos fracos e oprimidos
E as cicatrizes de tantos guerrilheiros
Talvez um dia o silêncio dos covardes
Nos desperte da inconsciência deste sono
E o grito do sepé na voz do povo
Vai nos lembrar, que esta terra ainda tem dono

E as sesmarias, de campos e riquezas
Que se concentram nas mãos de pouca gente
Serão lavradas pelo arado da justiça
De norte a sul, no Latino Continente.
(Francisco Alves / Humberto Zanatta)

RESUMO

Nesta tese, entendemos que para se compreender a gênese e a atual materialidade e a imaterialidade de um determinado espaço geográfico é preciso buscar na sua origem (raiz) os fatos e processos decorrentes dos movimentos da sociedade que resultaram nesse presente analisado. E, neste caso, como os contraditórios movimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos na formação sócio-espacial de Santa Catarina teriam resultado na desterritorialização de suas populações tradicionais e, conseqüentemente em sua invisibilização, tanto ao longo de sua construção histórica quanto na contemporaneidade. Durante o processo histórico da formação sócio-espacial do estado de Santa Catarina, a busca pelo desenvolvimento econômico foi pautada pela opção aos interesses das elites em detrimento de seu povo, da base que lhe deu alicerce. Isso é um “norte” do sistema capitalista, que aos poucos foi se engendrando pelo Estado, assim como pelo mundo, e criando desigualdades já no cerne de suas formações. Desse modo, algumas questões nos vêm à mente, como por exemplo: no que as opções e decisões feitas pelo estado em sua busca pelo desenvolvimento resultou de fato em suas regiões e em sua população? O quê e quem se desenvolveu ou se des-envolveu? Existe, de fato, uma “identidade catarinense”? Como criar uma identidade única em um Estado que surge a partir da invasão e espoliação de terras dos seus povos originários? Um Estado que surge sobre o sangue derramado de milhares de pessoas e que, não satisfeito, apoia ainda uma guerra contra seus descendentes, a Guerra do Contestado, e a vinda de imigrantes europeus afim de, dentre outros objetivos, branquear sua população. Uns escolhidos e outros escoraçados. Contemporaneamente, o discurso sobre a identidade catarinense ainda passa uma falsa noção de unidade, de isonomia, tanto em suas características econômicas, quanto sociais e populacionais. Por isso a necessidade de desconstruí-lo, haja visto que tanto em nossa pesquisa de mestrado quanto de doutorado temos percebido que isso não condiz com a realidade. Essa falsa noção de homogeneidade também perpassa as características populacionais, onde o próprio Estado difundiu um discurso atrelado às políticas de branqueamento empregadas em alguns períodos da história nacional e estadual. Tal discurso ainda é percebido especialmente através da mídia e das campanhas submetidas ao turismo. Elas tentam vender uma imagem vinculada ao “padrão europeu” tanto dos lugares e das paisagens quanto da população, assim como da difusão do discurso de eficiência “desse” povo ao labor, do “povo ordeiro” que trouxe o desenvolvimento a Santa Catarina. Discurso este que somado ao encobrimento dos fatos históricos que destituíram os povos tradicionais de seus territórios fez com que os mesmos fossem marginalizados/invisibilizados pela história oficial, e assim, também foi negada a sua importância dentro dos processos históricos e da formação sócio-espacial de Santa Catarina. Diante de tais aspectos é que optamos por trabalhar metodologicamente com a categoria da formação sócio-espacial pautada especialmente em Milton Santos (1977, 1982) a fim de descortinar os processos de desterritorialização e invisibilização de duas comunidades tradicionais catarinenses: uma na vertente litorânea, os pescadores (as) artesanais em Penha e, a outra, na vertente do interior, os caboclos (as) do Contestado, em Lebon Régis. Esta escolha se deve ao fato de acreditarmos que os territórios tradicionais e sua posterior desterritorialização são elementos inerentes a formação sócio-espacial catarinense e foram diretamente atingidos pelos processos decorrentes dessa formação.

Palavras-chave: Caboclos; Pescadores artesanais; Desterritorialização; Invisibilidades; Povos tradicionais.

ABSTRACT

In this thesis we understand that in order to understand the genesis and current materiality and immateriality of a given geographical space, it is necessary to look for in its origin (root) the facts and processes resulting from the movements of society that resulted in this present that has been analyzed. And, in this case, how the political, economic and social movements contradictory that occurred in the socio-spatial formation of Santa Catarina would have resulted in the deterritorialization of their traditional populations and, consequently, their invisibility, both during their historical construction and in contemporary times. During the historical process of the socio-spatial formation of the state of Santa Catarina, the pursuit of economic development was determined on the choice of the interests of the elites over their people, from the base that gave them support. This is a "north" of the capitalist system, which has gradually been engendered by the state as well as the world, and creating inequalities since at the heart of its formations. Thus, some questions come to mind, such as: What have the choices and the decisions made by the state in its pursuit of development actually resulted in its regions and population? What, and who developed or got dis-involved? Is there, in fact, a "Santa Catarina's identity"? How to create a unique identity in a State that arises from the invasion and land dispossession of the original peoples? A State that arises from the bloodshed of thousands of people and, unsatisfied, still supports a war against their own descendants, the "Contestado" War, and the coming of European immigrants in order, among other goals, to wash whiten its population. Some chosen and others expelled away. Contemporary, the discourse on the identity of Santa Catarina's people still gives a false notion of unity, of isonomy, both in its economic and its social and population characteristics. Because that is why the need to deconstruct it, given that both in our master's and doctoral research we have realized that this is not in line with reality. This false notion of homogeneity also permeates the population characteristics, where the State itself spread a discourse linked to the whitening policies employed in some periods both of national and state history. Such discourse is still perceived especially through the media and the campaigns submitted to tourism. They try to sell an image linked to the "European standard" both places and landscapes and the population, in addition to spreading the discourse of efficiency about "that" people to work, the "orderly people", who brought development to Santa Catarina. This discourse, added to the masking of the historical facts that deprived the traditional peoples of their territories, made them marginalized/concealed by official history, and thus, their importance within the historical processes and the socio-spatial formation of Santa Catarina. Given these aspects is that we chose to work methodologically with the category of socio-spatial formation based especially on Milton Santos (1977, 1982) in order to unveil the deterritorialization and their invisibility processes of two traditional communities of Santa Catarina: one on the coast, fishermen (fisherwomen) handcrafted in Penha and the other, in the interior, the Caboclos (and Caboclas) of the Contestado, in Lebon Régis. This choice is because we believe that the traditional territories and their subsequent dispossession are elements inherent in the socio-spatial formation of Santa Catarina were directly affected by the processes resulting from this formation.

Keywords: Caboclos; Artisanal fishermen; Desterritorialization; Invisibilities; Traditional peoples

RESÚMEN

En esta tesis entendemos que para comprender la génesis y la materialidad e inmaterialidad actuales de un espacio geográfico dado es necesario buscar en su origen (raíz) los hechos y procesos resultantes de los movimientos de la sociedad que resultaron en este presente que ha sido analizado. Y, en este caso, cómo los contradictorios movimientos políticos, económicos y sociales que ocurrieron en la formación socioespacial de Santa Catarina habrían resultado en la desterritorialización de sus poblaciones tradicionales y, en consecuencia, su invisibilidad, tanto durante su construcción histórica como en los tiempos contemporáneos. Durante el proceso histórico de formación socio-espacial del estado de Santa Catarina, la búsqueda del desarrollo económico se caracterizó por la opción por los intereses de las élites, a expensas de su pueblo, la base que dio a su fundación. Esto es un "norte" del sistema capitalista, que gradualmente ha sido engendrado por el Estado y el mundo, y está creando desigualdades que están ya en las entrañas de sus formaciones. Por lo tanto, algunas preguntas vienen a la mente, como por ejemplo: en las opciones y decisiones tomadas por el Estado en su búsqueda del desarrollo, ¿Cómo han dado como resultado, de hecho, en sus regiones y su población? ¿Qué y quién se desarrolló o se des-involucró? ¿Hay, de hecho, una "identidad del habitante de Santa Catarina"? ¿Cómo crear una identidad única en un Estado que nació de la invasión y despojo de sus pueblos originales? Un Estado que nació del derramamiento de sangre de miles de personas y, insatisfecho, aún apoya una guerra contra sus descendientes, la Guerra del Contestado y la llegada de inmigrantes europeos para, entre otras cosas, blanquear a su población. Algunos elegidos y otros expulsados. Al mismo tiempo, el discurso sobre la identidad del pueblo de Santa Catarina todavía tiene una falsa noción de unidad, de isonomía, tanto en sus características económicas cuanto en las sociales y de población. Es por eso que es necesario deconstruirlo, dado que tanto en nuestra investigación de maestría como de doctorado nos hemos dado cuenta de que esto no está en línea con la realidad. Esta falsa noción de homogeneidad también impregna las características de la población, donde el propio Estado ha difundido un discurso vinculado a las políticas de blanqueo empleadas en algunos períodos de la historia nacional y estatal. Tal discurso todavía se percibe especialmente a través de los medios y las campañas de turismo. Intentan vender una imagen vinculada al "estándar europeo" tanto de lugares y paisajes como de la población, así como difundir el discurso de eficiencia de "esta" gente al trabajo, la "gente ordenada" que trajo el desarrollo a Santa Catarina. Este discurso, que se sumó a la ocultación de los hechos históricos que privaron a los pueblos tradicionales de sus territorios, los hizo marginados/ invisibilizados por la historia oficial, y por lo tanto también se les negó su importancia dentro de los procesos históricos y la formación socioespacial de Santa Catarina. Teniendo en cuenta estos aspectos, elegimos trabajar metodológicamente con la categoría de formación socioespacial basada especialmente en Milton Santos (1977, 1982) para desvelar los procesos de desterritorialización y invisibilidad de dos comunidades tradicionales de Santa Catarina: una en la costa, pescadores (as) hecho a mano en Penha y el otro, en el interior, los Mestizos 'Caboclos' (as) del Contestado, en Lebon Régis. Esta elección se debe al hecho de que creemos que los territorios tradicionales y su posterior desterritorialización son elementos inherentes a la formación socioespacial de Santa Catarina y se vieron directamente afectados por los procesos resultantes de esta formación.

Palabras clave: Caboclos; Pescadores artesanales; Desterritorialización; Invisibilidades; Pueblos tradicionales.

LISTA DE ABREVIações

UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
NUPAUB	Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Húmidas Brasileiras
AMARP	Associação dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
AMFRI	Associação dos municípios da Foz do Rio Itajaí
IDMS	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
SIDMS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável
ACCC	Associação Cultural Coração do Contestado
APAPE	Associação de Pescadores Artesanais de Penha
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
FES	Formação Econômica e Social
PCC	Papel e Celulose Catarinense
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IGR	Instância de Governança Regional

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Localização das regiões analisadas	07
Figura 02 -	Vegetação nativa do planalto catarinense	34
Figura 03 -	Mapa das frentes de colonização de Santa Catarina	39
Figura 04 -	Serraria Lumber	62
Figura 05 -	Tábuas sendo carregadas no trem	63
Figura 06 -	Praia da Armação, Colônia de pescadores artesanais Z5.....	69
Figura 07 -	Armação de Itapocorói, por Debret.....	71
Figura 08 -	Praia da Armação, Porto das Canoas	75
Figura 09 -	Barcos na praia da Armação	79
Figura 10 -	Caboclos presos	86
Figura 11 -	Foto de São João Maria de Jesus	87
Figura 12 -	O Monge João Maria e as “virgens”.....	95
Figura 13 -	Pintura com a imagem de Maria Rosa.....	96
Figura 14 -	Cartaz da V Semana do Contestado	105
Figura 15 -	Apresentação das crianças durante a V Semana do Contestado	106
Figura 16 -	Apresentação das crianças durante a V Semana do Contestado	106
Figura 17 -	Símbolo da Associação Coração do Contestado	107
Figura 18 -	Fonte de águas do Monge, Matos Costa -SC	108
Figura 19 -	Roseira centenária.....	109
Figura 20 -	Crematório de Perdizinhas	109
Figura 21 -	Sepultura do Monge José Maria	110
Figura 22 -	Colônia de pescadores artesanais, Praia da Armação do Itapocoroy, Penha/SC	112
Figura 23 -	Barcos ancorados sobre a praia da Armação.....	112
Figura 24 -	Notícia sobre fraudes no salário defeso em 2019	115
Figura 25 -	Notícia sobre cortes no salário defeso em 2019.....	115
Figura 26 -	Notícia sobre cortes em mídia alternativa.....	116
Figura 27 -	Identidade Catarinense.....	119
Figura 28 -	Dados sobre o crescimento populacional dos indígenas em Santa Catarina	121
Figura 29 -	Mapa dos territórios indígenas em Santa Catarina.....	122
Figura 30 -	Localização aproximada das terras indígenas no estado.....	123
Figura 31 -	Reportagem sobre o Governador de SC e a defesa da eugenia.....	126

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PROCESSOS DESTERRITORIALIZANTES	14
2.1.	O espaço geográfico e a formação sócio-espacial	14
2.2.	Os processos desterritorializantes	21
2.3.	A desterritorialização, o conflito e a resistência	27
3.	FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS CATARINENSES NO CONTEXTO BRASILEIRO	34
3.1.	Colonização da Serra abaixo	43
3.1.1.	Açorianos e madeirenses para a colonização litorânea	49
3.2.	Colonização da Serra acima: o Caboclo	54
4.	DUAS VERTENTES: A SERRA ACIMA E O LITORAL – INTERLIGADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	67
4.1.	Penha e os pescadores artesanais	69
4.2.	Lebon Régis e os Caboclos	84
5.	ENTRE CABOCLOS E BALEEIROS – TRAÇOS, CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS DOS POVOS TRADICIONAIS DE SANTA CATARINA	99
5.1.	A invisibilização dos povos tradicionais e a questão da identidade catarinense	119
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
7.	REFERÊNCIAS	135

1. INTRODUÇÃO

Durante o processo histórico da formação sócio-espacial do estado de Santa Catarina, a busca pelo desenvolvimento econômico foi pautada pela opção aos interesses das elites em detrimento do povo, da base que lhe deu alicerce. Isso é um “norte” do sistema capitalista, que aos poucos foi se engendrando pelo estado, assim como pelo mundo, e criando desigualdades sócio-espaciais já no cerne de suas formações. Nos remetendo a essas formações sócio-espaciais e aos seus processos históricos, algumas questões nos vêm à mente, como por exemplo: No que a escolha feita pelo Estado em sua eterna busca pelo desenvolvimento resultou de fato em suas regiões e em sua população? O que, e quem se desenvolveu ou se des-envolveu?

Contemporaneamente o discurso sobre a identidade catarinense passa uma falsa impressão de noção de unidade, isonomia, tanto em suas características econômicas, quanto sociais e populacionais, por isso a necessidade de desconstruí-lo, haja vista, que tanto em nossa pesquisa de mestrado¹, quanto nessa pesquisa atual de doutorado, temos percebido que isso não condiz com a realidade. Essa falsa noção de homogeneidade também perpassa as características populacionais, onde o próprio estado difunde um discurso atrelado às políticas de branqueamento populacional empregadas em alguns períodos da história nacional² e estadual. Tal discurso ainda é percebido, especialmente através da mídia e das campanhas submetidas ao turismo no estado, que tentam vender uma imagem vinculada ao “padrão europeu”, tanto dos lugares e paisagens, quanto da população, além da difusão do discurso da eficiência “desse” povo ao labor, do “povo ordeiro” que trouxe o desenvolvimento a Santa Catarina. Discurso esse que somado ao encobrimento dos fatos históricos que destituíram os povos tradicionais de seus territórios fez com que os mesmos fossem invisibilizados pela história oficial, bem como fora negada a sua importância dentro dos processos históricos e da formação sócio-espacial de Santa Catarina. Haja vista que enquanto “grupos subalternos”, seu trabalho na lida cotidiana mesmo que gerando excedentes e estando em equilíbrio em relação aos seus lugares e as suas necessidades, não fora valorizado

¹ Em nossa dissertação de mestrado intitulada: “O território da pesca artesanal da colônia Z4, Barra Velha, SC: o paradoxo entre a tradição e a modernidade”; pesquisamos sobre as transformações ocorridas nas tradições da pesca artesanal e a desterritorialização da colônia de pescadores Z4, do município de Barra Velha/SC. Barra Velha que é vizinho a Penha, ora abordado nesta tese e que compartilham de diversas características sociais, históricas e econômicas.

² Especialmente o período de 1870 a 1914, período em que o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social, com viés eugenista, influenciaram muito o pensamento brasileiro (CARVALHO, 2005), mas também nos referimos ao período em que Vargas (1930-1945) promoveu políticas de incentivo a imigração de europeus e ao branqueamento da população.

ou considerado, pois as “rodas” dessa engrenagem sempre precisam de mais ‘energia’ para se mover e àqueles que não acompanham o seu ritmo e sua voracidade restam as perdas, as espoliações, explorações e/ou a luta.

Desse modo, procuramos apreender como esses movimentos contraditórios, políticos, econômicos e sociais, ocorridos na formação sócio-espacial de Santa Catarina teriam resultado no processo de desterritorialização de suas populações tradicionais, e conseqüentemente na invisibilização desses povos em todo esse processo e na contemporaneidade.

Consideramos importante também comentar, que tais preocupações que agora fazem parte dos objetivos desta tese, permeiam nosso pensamento antes mesmo da construção e início de nosso mestrado, que fora realizado em Guarapuava, na UNICENTRO (2010-2013) sob orientação da Professora Doutora Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes, a qual, além de me orientar em todo o percurso do mestrado, também ajudou a escolher o objeto da pesquisa.

Passei a ter contato com a história e diferentes realidades presentes no município de Barra Velha –SC, área de estudos do mestrado, quando em 2008 minha mãe, padrasto e irmã caçula foram residir no município. Justamente nesse período surgiu uma polêmica envolvendo os pescadores artesanais, sua colônia de pesca e o Governo municipal da época. Aquela gestão estava tentando aprovar um projeto de revitalização da Praia Central da cidade e neste projeto estava prevista a retirada do porto das canoas de seu lugar. A questão dividia parte dos moradores, alguns defendiam a permanência dos pescadores, pois a pesca praticada por esses descendentes dos colonizadores açorianos foi a primeira atividade econômica do local e a cidade cresceu no entorno da colônia. De fundadores do município eles passaram (para alguns) a ser considerados um estorvo, algo que atrapalhava o visual, o desenvolvimento turístico da praia, etc.

Essa questão e a possibilidade de o projeto vir a ser colocado em prática, provocou mais indignação do que apoio, e compartilhando de tal sentimento, comecei a pensar no assunto, e em como alguém poderia ter considerado aquilo viável. Contando então para minha futura orientadora, a mesma também fora sensibilizada pela problemática e me instigou a ver a possibilidade de pesquisar essa realidade. O desafio foi aceito e em 2013 defendi minha dissertação, com a alegria de ter acompanhado de perto a questão e de ter visto os pescadores se manterem na praia Central, que era uma de suas maiores angústias na época. Foi então, ao longo do mestrado, que por conta do tema escolhido, passei a ter contato com leituras sobre os povos e comunidades tradicionais, especialmente com a vasta obra do Professor Dr. Antônio Carlos Diegues e de seu grupo de pesquisas na Universidade de São Paulo, o NUPAUB (Núcleo de

Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras). A partir dessa experiência e das leituras feitas nesse período, o meu olhar sobre os povos tradicionais passou a ser um pouco mais crítico, não que antes não fosse sensível a muitas das questões socioambientais que os envolvem, mas não tinha noção das dívidas históricas que a sociedade brasileira tem com esses grupos e nem a sua significância e contingente perante a invisibilização que lhes é imposta.

Mais tarde em 2015, depois de ter sido aprovada no curso de doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, e ter passado pela angústia de talvez ficar sem seguir em frente por falta de orientador, depois de alguns contratempos, tive a feliz notícia de que havia sido aceita pelo Nilson e tínhamos que decidir qual seria o tema de nossa pesquisa e pensar nos caminhos a percorrer. Enquanto ainda decidíamos o objeto da pesquisa, que já sabíamos teria a pesca artesanal e Santa Catarina envolvidos, fomos em meu primeiro trabalho de campo para a região do Contestado catarinense, área e sujeitos profundamente conhecidos e estudados pelo meu orientador e condutor nesse novo universo. Como dizem os caboclos da região: fui encantada! Tal encantamento e deslumbramento fizeram par com a indignação em saber de todo o sofrimento e provações pelos quais aquele povo havia e tem passado ao longo desse século e meio, antes e após a guerra do Contestado. Contraditoriamente tudo ocorrera tão próximo a minha terra natal e eu não fazia ideia, isso que fiz todo o meu ensino básico no sudoeste do Paraná, a alguns quilômetros da região mais envolvida pela guerra, fato esse que ajuda a comprovar as invisibilidades que discutiremos nesta tese.

Entrando em contato com o mundo caboclo, por várias vezes lembrei-me de meu avô que era de região próxima ao Contestado (Palmas) e tinha costumes caboclos, um descendente de alemães acaboclado, e de tantas vezes que ouvi seus causos e a frase: “Esse é caboclo forte”! Pena ele ter falecido antes de eu se quer imaginar seguir na carreira acadêmica, com certeza ele teria contribuído e muito.

Um dos elementos que mais chamou minha atenção nesse primeiro contato foi a cultura alimentar, as comidas que eu sempre comi na casa dos meus avós, o mate, o café com virado de feijão, a quirera com carne de porco, o bolinho da graxa etc. A casa sempre aberta (“sem tramedas”), o prato de comida sempre a disposição de quem aparecesse, fosse quem fosse, a solidariedade que depois vi no contestado. Essas lembranças familiares me fizeram pensar que mesmo eu desconhecendo a guerra e as perseguições sofridas por aquela gente, por mais que tenham sido negados pela história oficial da época e invisibilizados pela sociedade e Estado brasileiro, o mundo caboclo resistia, estava ali sendo cultivado pela cultura, já que esta é mais difícil de conter ou de apagar.

Nessa primeira incursão ao Contestado também tive os primeiros contatos com pessoas que tenho muita estima e que fazem parte do movimento de revalorização da cultura cabocla, de ressignificação dessa identidade por tanto tempo perdida e negada pelos “vencedores” da guerra. Os tabus criados para distorcer os fatos e desvalorizar todo um povo que foi vítima e não algoz de sua própria morte.

Enfim, esse encantamento nos fez perceber quão diversos e ao mesmo tempo próximos são os universos dos caboclos e dos pescadores de Santa Catarina, ambos grupos dentro de um mesmo estado da federação, em regiões com características históricas e geográficas tão díspares, mas vivendo angustias e perdas semelhantes, tendo seus territórios desconsiderados pelos gestores e atores que articularam a formação sócio-espacial catarinense. Trata-se, portanto, de duas formações sócio-espaciais distintas, mas com características comuns, como a desterritorialização dos seus povos tradicionais e a posterior invisibilização dos mesmos, pois para esta pesquisa retirar o território de um povo tradicional é também invisibilizá-lo.

Daí então chegamos ao foco dessa tese e a necessidade de retomar as análises da Serra Abaixo e dos pescadores, porém desta vez com o intuito de fazer um comparativo entre as duas formações sócio-espaciais e os povos tradicionais dessas regiões, os caboclos da Serra acima e os pescadores da Serra abaixo.

Desse modo, consideramos importante destacar que entendemos como formação sócio-espacial o movimento de produção da sociedade ao longo do tempo no espaço geográfico, nesse processo estão imbricadas as relações de produção e reprodução sociais espacialmente organizadas, “trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial” (SANTOS, 1982, p. 10). Consideramos que tal categoria seja pertinente para essa pesquisa, pois concordamos que ela nos dê a possibilidade de conhecer “uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de evolução” (SANTOS, 1982, p. 12), num dado momento histórico.

Debatendo acerca do pensamento de Santos sobre tal categoria, Pereira (2003, p.101) nos esclarece que os estudos fundamentados pela formação sócio-espacial devem “iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço”. Desse modo, entendemos que para se compreender a gênese, a materialidade e a imaterialidade atual de um determinado espaço geográfico, é preciso buscar na sua origem, os fatos e processos decorrentes dos movimentos da sociedade que resultaram nesse presente analisado. Diante de tais aspectos, é que optamos por trabalhar metodologicamente com a categoria da formação sócio-espacial, pautada, especialmente em Milton Santos (1977, 1982), a fim de, descortinar os processos de

desterritorialização de duas comunidades tradicionais catarinenses, uma na vertente litorânea, os pescadores artesanais, e outra na vertente do interior, os caboclos do Contestado, esta escolha se deve ao fato de acreditarmos que os territórios tradicionais e sua posterior desterritorialização são elementos inerentes a formação sócio-espacial catarinense, pois foram diretamente influenciados pelos processos decorrentes dessa formação.

Para tanto, delimitamos duas regiões específicas, determinadas a partir de uma regionalização utilizada no próprio estado, que são as associações de municípios. Optamos por duas associações, uma em cada contexto, a AMARP – Associação dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe e a AMFRI – Associação dos municípios da Foz do Rio Itajaí, e dentro de cada associação escolhemos os dois municípios que melhor representam os grupos estudados, Penha no litoral e Lebon Régis no interior. A diferenciação entre as duas regiões e os municípios escolhidos, se deve ao fato de se encontrarem em duas formações sócio-espaciais bem distintas, apesar da pouca distância entre eles, aproximadamente 352km, a Nordeste Catarinense e vale do interior, com supremacia do predomínio da Pequena Produção Mercantil depois da fundação das colônias de Dona Francisca/Joinville e a Serrana do Planalto Norte Catarinense, que apresenta o domínio histórico do latifúndio em um sistema similar ao coronelismo, onde se localiza Lebon Régis. Salientando que no conjunto regional dessas formações sócio-espaciais, há exemplos de territórios de resistência, encontrados nos municípios de Lebon Régis e Penha, objetos de análise da presente pesquisa (Figura 1).

Outro fator preponderante para esta escolha foram às discrepâncias existentes entre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o IDMS³ (Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável) entre as duas regiões, a AMARP com seus 14⁴ municípios tem o IDH e o IDMS mais baixo do estado, já a AMFRI com seus 11⁵ municípios apresenta os índices mais altos. Penha possui um IDH considerado alto com valor de 0,743, em 2010 (IBGE), o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é a longevidade da população, com índice de 0,867, seguida da renda, com índice de 0,739, e de educação, com índice de 0,640. Comparando com Lebon Régis, este possui índices mais baixos, constando o mesmo

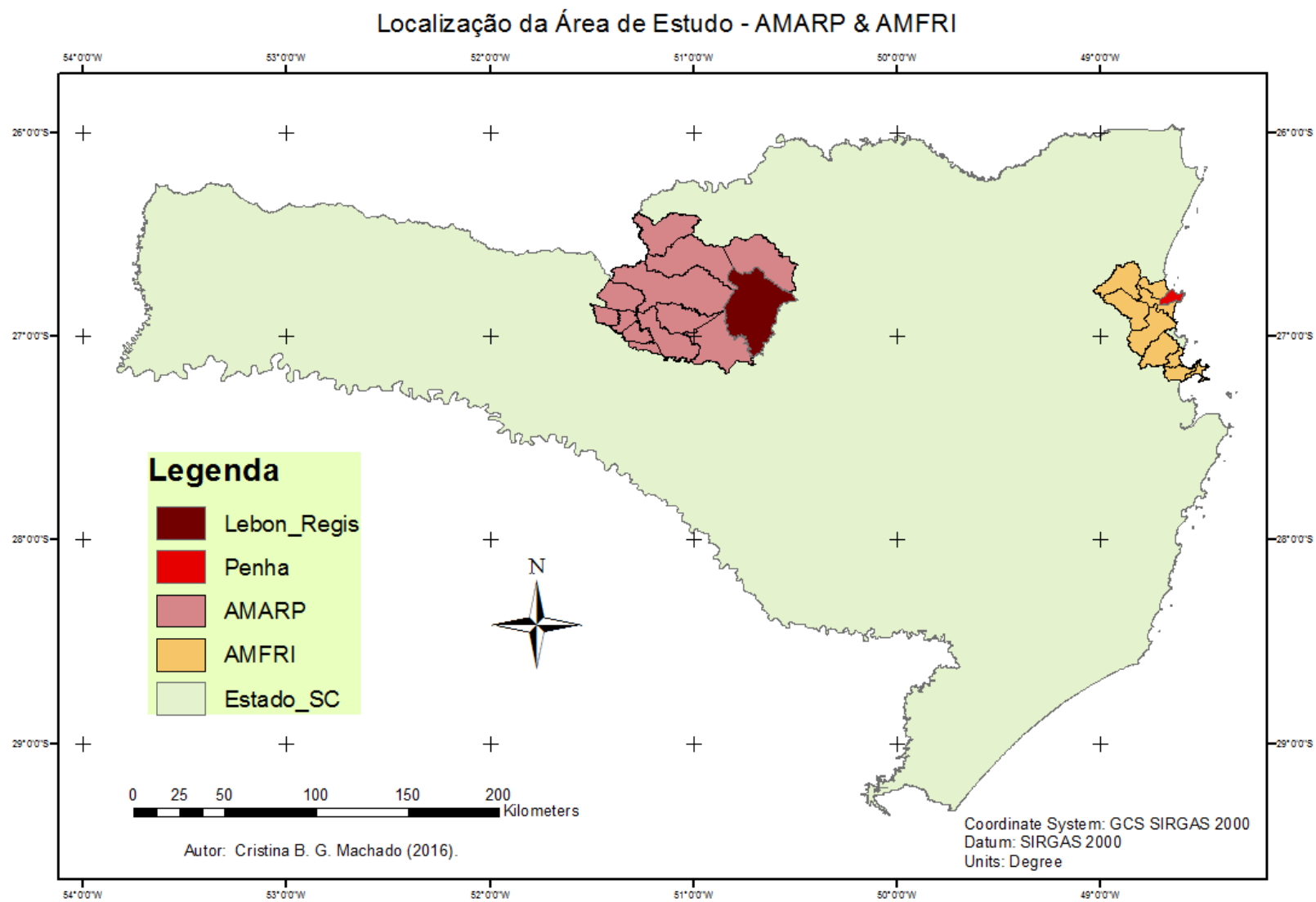
³ Utilizamos o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS, fornecido pelo site da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e da rede SIDMS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. Fonte: <http://www.fecam.org.br/>

⁴ Arroio Trinta, Lebon Régis, Matos Costa, Timbó Grande, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiã, Iomerê, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso e Videira.

⁵ Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Penha, Itajaí, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Porto Belo.

um IDH de 0,649, considerado baixo para o estado, a renda com índice de 0,632, a longevidade assim como Penha também é o índice mais alto chegando a 0,806 e a educação o mais baixo com 0,537. A priori, percebe-se que esses índices não espelham tão bem a realidade das comunidades, pois a riqueza não é distribuída de forma equitativa e os altos índices não significam uma boa qualidade de vida a todos que dividem o mesmo espaço geográfico. São as faces do “desenvolvimento contraditório do capitalismo”, do “desenvolvimento desigual” (SMITH, 1988) que acreditamos estar estampado na paisagem, para além dos índices econômicos.

Figura 01: Localização da área de estudos.



Fonte: Autora, 2016

De forma mais contundente nas cidades da AMFRI, onde espaços elitizados para o turismo foram sobrepostos aos territórios tradicionais de tal forma que camuflam as disparidades sociais, dando a falsa impressão de homogeneidade. Isso é diferente do que é percebido na AMARP, onde a pobreza e as desigualdades sócio-espaciais são mais latentes, menos maquiadas.

Essas são algumas das diferenças existentes entre as duas regiões estudadas, e consideramos relevante também ressaltar que os dois grupos experienciaram momentos difusos em suas construções históricas, os caboclos pelo massacre e quase extermínio da Guerra do Contestado, promovida pela ganância sobre as suas terras, e os pescadores pelas mudanças advindas do modelo de desenvolvimento via indústria da pesca, especulação imobiliária e turismo, ambos tiveram suas terras seculares disputadas de forma predatória e excludente, resultando em processos de desterritorialização destas comunidades tradicionais. Tais eventos deixaram marcas e ainda estão presentes no cotidiano desses sujeitos, mesmo após cem anos do final da Guerra, os caboclos ainda sentem suas consequências, além de travarem outras batalhas atualmente contra a monocultura do pinus, por exemplo.

E os pescadores, com o desmonte atual de estruturas que vinham na última década dando subsídios capazes de mantê-los em atividade, com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2015, entre outros fatores, já percebem um novo declínio em sua atividade.

Sendo assim, nosso objetivo geral é analisar como os movimentos contraditórios, políticos, econômicos e sociais, ocorridos na formação sócio-espacial de Santa Catarina, em especial das regiões das associações municipais AMFRI E AMARP, teriam resultado no processo de desterritorialização de suas populações tradicionais, uma na vertente litorânea e outra na vertente do interior, e conseqüentemente na invisibilização desses povos em todo esse processo e na contemporaneidade.

Nossos objetivos específicos são:

- Caracterizar o processo de formação sócio-espacial catarinense com enfoque para as populações tradicionais das duas regiões estudadas, os pescadores artesanais e os caboclos da serra acima;

- Verificar a relação entre a tradição secular e a resistência destas comunidades em face as atuais multiterritorialidades e as principais estratégias utilizadas por elas para manter seus territórios tradicionais;

- Averiguar os conflitos e resistências dessas populações tradicionais frente a entrada do capital tanto nacional quanto internacional, e possíveis políticas públicas;

- Entender como os movimentos econômicos/sociais contraditórios ocorridos na formação sócio-espacial de Santa Catarina teriam resultado no processo de desterritorialização das populações tradicionais das regiões estudadas nesta pesquisa.

Tendo por base os objetivos propostos, nossa pesquisa está embasada nos seguintes procedimentos metodológicos: Revisão bibliográfica sobre a temática da pesquisa; Análise documental e análise bibliográfica das publicações acadêmicas sobre a formação sócio-espacial de Santa Catarina, especialmente das duas regiões analisadas, a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e a Associação dos Municípios da Região do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), bem como, das populações tradicionais investigadas, os pescadores artesanais e os caboclos. Trabalhos de campo nas duas regiões em questão, com a realização de entrevistas, coleta de documentos históricos, fotografias, reportagens de jornais etc. E realização da observação simples;

Cabe destacar que esta pesquisa tem como base teórico-metodológica aportes qualitativos e quantitativos que procuram uma inter-relação entre os processos da formação sócio-espacial catarinense e a desterritorialização dos povos tradicionais do estado. Pois acreditamos que a formação desses territórios e a sua desterritorialização fazem parte e são também resultados dos processos inerentes a formação sócio-espacial de Santa Catarina e a invisibilidade de seus povos tradicionais.

Como opção metodológica, buscamos técnicas para estruturar o trabalho dentro do que pensamos ser o mais viável e condizente com nossos objetivos. Deste modo, optamos em trabalhar com entrevistas abertas semiestruturadas, pois acreditamos que dando maior liberdade de fala aos nossos entrevistados, elementos novos surjam com maior facilidade do que se nos prendêssemos totalmente a um roteiro específico ou a um questionário. Foram realizadas 10 entrevistas, porém só identificaremos 4 dos nossos entrevistados, o restante ficará no anonimato por questões éticas e por terem solicitado que assim fosse. Também utilizamos informações obtidas em conversas informais realizadas nos campos e registradas em caderno de campo durante a participação de eventos e em contato com os sujeitos da pesquisa. Os quatro entrevistados que identificaremos são o presidente da Associação Cultural Coração do Contestado, o senhor Carlos Nedi Veiga da Silva; a presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Penha (APAPE), a senhora Mirela da Costa, o Bispo Emérito de Caçador Dom Luiz Carlos Eccel e a pesquisadora e professora da UNESPAR de União da Vitória-PR, a Dra. Diane Daniele Gemelli.

Além das ferramentas metodológicas que dão sustento a pesquisa, consideramos alguns conceitos geográficos basilares em nossas análises e dentre eles

destacamos o espaço e o território, que nos ajudam a compreender fatores de identificação, defesa e força, empreendidos pelos povos tradicionais. Isto porque, é por meio das ações, das reações e das interações dos seres humanos com o espaço, que ocorrem as transformações deste em território. E neste aspecto, o conceito de espaço torna-se importante para elucidar os processos de apropriação e expropriação vivenciados por essas populações em Santa Catarina. Segundo Santos,

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas e objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

Compreender o espaço, portanto, é compreender a realidade em sua totalidade, como se dá sua formação, organização, modificação e as relações entre os elementos que o compõem. O homem vivendo em sociedade apropria-se do espaço, produzindo territórios e paisagens, sendo estas últimas processualidades históricas da formação de cada território (SAQUET, 2003). Quanto ao território, também é um conceito importante aqui, uma vez que as relações de poder que se estabeleceram entre estado, elites e população, ou seja, a luta de classes, resultaram nas configurações que atualmente podem ser percebidas ao analisarmos a formação sócio-espacial recente do estado e a perda de território das populações tradicionais, bem como, sua marginalização e invisibilização.

Esses grupos tratados por diversos autores como comunidades tradicionais, populações tradicionais, serão aqui entendidos como “povos tradicionais”. Apesar de consistirem desde sua origem como uma pequena produção mercantil, esses povos apresentam diferentes relações com o meio natural e seus recursos, representam outro modo de vida, que diverge, em partes, ao modo de vida urbano contemporâneo, para Almeida:

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção (ALMEIDA, 2010, p. 105).

A legislação brasileira reconhece esses sujeitos e seus grupos, apesar de, no caso específico dos pescadores tradicionais, não reconhecer e nem regulamentar seu território, como feito a outras comunidades tradicionais como os quilombolas, por

exemplo. Esses sujeitos são reconhecidos pela legislação brasileira que define comunidade ou povo tradicional, como sendo os:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

Esses sujeitos desenvolveram saberes e formas de manejo dos recursos naturais que ultrapassam os interesses econômicos e sua sobrevivência, mas que abarcam sua “reprodução cultura e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos” (DIEGUES, 1999, p. 24). Para este autor, podem ser compreendidas como uma sociedade e/ou comunidade tradicional aquelas que se caracterizarem pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações...
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87-88).

Diegues (1999) faz um adendo sobre esse conceito diferenciando às “comunidades tradicionais não indígenas, das comunidades tradicionais indígenas”, para ele um dos principais elementos de ligação desses grupos com a natureza é a sua relação com o território. Ele também traz nessa mesma obra um conceito de território dentro da perspectiva dessas comunidades, onde o território “pode ser uma porção da

natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES, 1999, p. 25).

Essa relação de pertencimento ao seu território, tão bem colocada por Diegues, nem sempre é percebida pelos gestores dos lugares nos quais esses povos se encontram. É assim no litoral com os pescadores artesanais e lugares em que habitam, e é, e foi assim com os caboclos do planalto catarinense. Por isso esses povos são tão prejudicados por políticas que não são pensadas considerando as especificidades dessa população, as necessidades locais e muito menos os seus territórios seculares.

Os pescadores e pescadoras de Penha estão organizados em uma colônia de pesca, a Colônia Z5, e também possuem uma associação de pescadores a APAPE, Associação de Pescadores de Penha. A maioria das colônias teve a mesma origem, e são resultado de uma política de ocupação territorial, criada no Brasil no século XVIII, com o intuito de impulsionar o “movimento colonizatório” no litoral catarinense, e evitar perdas territoriais para a Espanha. Desse modo, Portugal incentivou a vinda de açorianos e madeirenses para a região a fim de fomentar a agricultura e a pesca, especialmente a pesca de baleias, cujo óleo tinha importante valor comercial neste período. Tanto para o consumo da corte, quanto para a exportação (SILVA, 1992).

Os caboclos e caboclas são indivíduos miscigenados, híbridos e continuam sua metamorfose (TOMAZI, 2005), estão em constante construção, e sendo assim, não temos a pretensão de classificar ou predeterminar os sujeitos, pois não acreditamos em uma exatidão, um fim, e essa talvez seja a maior riqueza desse grupo. Mesmo com a perda da terra e das milhares de vidas durante o genocídio que foi a Guerra do Contestado. Mesmo assim eles resistem ao tempo e às adversidades e nesses cem anos (do final da guerra que foi de 1912-1916) a cultura se fortaleceu e prevaleceu aos horrores da guerra.

A Guerra do Contestado foi um dos maiores massacres realizados no Brasil, deixou um saldo de milhares de mortos, tantos outros desalojados de suas terras e alijados de seu modo de vida. Além dos problemas enfrentados antes e durante o período da Guerra, os caboclos do Contestado continuam sentindo os efeitos negativos deste período, não é por acaso que essa região é a mais pobre e desigual do estado de Santa Catarina. Mesmo com investimentos e criação de indústrias na região, as benesses continuam sendo mal divididas, e o Estado que seria o mediador, se ausenta e falha mais uma vez, aumentando ainda mais a dívida histórica com essa população.

Apesar de tudo que passaram, dos traumas e estigmas deixados pela guerra, os caboclos continuaram seguindo suas vidas, suas tradições e hoje se esforçam em um movimento de revalorização e preservação de sua história e percebemos que a

sobrevivência e a resistência desses povos tradicionais se dá por meio das práticas tradicionais reinventadas, seja da pesca artesanal feita no litoral ou da coleta do pinhão no Contestado.

Tantas foram às rupturas, mas as formas de resistências estão suprimindo lacunas deixadas pelo tempo e pelo descaso das autoridades, a união das comunidades locais em prol da manutenção dos sítios históricos é louvável e reforça ainda mais as suas identidades, suas origens caboclas. A manutenção das tradições, das festas, comidas, ritos e dos lugares sagrados os fortalece, e pode ser uma maneira de promover um desenvolvimento local, aumentando a renda dessas localidades e de suas famílias. O mesmo se aplica aos pescadores artesanais, que através da manutenção dos ritos, signos e tradições da pesca e da cultura repassada por seus antepassados resistem às mudanças e as desterritorializações trazidas com a modernidade.

Estas resistências entre tantos outros elementos puderam ser por nós percebidos e apreendidos em muitos dos trabalhos de campo e entrevistas realizadas nas duas regiões. Ao longo da tese apresentaremos registros feitos, como fotografias e entrevistas, bem como, cabe salientar que parte das nossas análises estão pautadas nas observações feitas em campo, que em certos momentos deixaram de ser apenas observadas, mas experienciadas com alguns sujeitos dos grupos estudados, especialmente na região do Contestado onde esse contato acabou sendo mais intenso e participativo, extrapolando a relação formal da pesquisa para relações de afetividade.

Diante do exposto, este trabalho está organizado em quatro capítulos, o primeiro intitulado: Formação sócio-espacial e processos desterritorializantes; onde apresentamos questões conceituais relacionadas as nossas principais categorias de análises. O segundo intitulado: Formações sócio-espaciais catarinenses no contexto brasileiro; onde apresentamos os principais processos históricos que resultaram na formação sócio-espacial catarinense e suas relações com outras escalas, nacionais e globais. No terceiro, intitulado: Duas vertentes: a serra acima e o litoral, discutimos as duas regiões e especialmente os municípios escolhidos para a pesquisa focando nos povos tradicionais que as compõem e nos fatos e processos que levaram a perda de seus territórios, ou parte deles, e em como esses grupos têm reagido a tais processos, no quarto e último capítulo: Entre caboclos e baleeiros – Traços, conflitos, resistências e permanências, onde abordamos questões relacionadas as resistências desses povos, a identidade catarinense e a invisibilidade via desterritorialização.

2. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PROCESSOS DESTERRITORIALIZANTES

2.1. O espaço geográfico e a formação sócio-espacial

Entendemos como formação sócio-espacial o movimento de produção da sociedade ao longo do tempo, nesse processo estão imbricadas as relações de produção e reprodução sociais espacialmente organizadas, “trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial” (SANTOS, 1982, p. 10). Consideramos que tal categoria seja pertinente para nossa pesquisa, pois concordamos que ela nos dê a possibilidade de conhecer “uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de evolução” (SANTOS, 1982, p. 12), num dado momento histórico.

Essa totalidade diz respeito à totalidade construída para a pesquisa, que não seria obtida como um reflexo da sociedade estudada, e sim uma aproximação desta. Concordamos com Santos (1982, p. 12) quando ele ressalta que “é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da formação econômica e social, a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa dessas frações”, ou seja, não perder a noção da totalidade e “permitir o encontro da unidade sem perda da diversidade do mundo social e natural” (VIEIRA, 1992, p. 25).

Porém, como apreender essa totalidade concreta e transformá-la em totalidade abstrata sem perder elementos fundamentais ao seu entendimento, “como conseguir que o pensamento, ao reproduzir espiritualmente a realidade, se mantenha a altura da totalidade concreta e não degenere em totalidade abstrata?” (KOSIK, 2010, p. 48-49). A resposta talvez seja não deixando de observar as contradições sociais inerentes ao concreto analisado, observando o fenômeno sem perder a essência, o abstrato e o concreto, o todo sem deixar de vislumbrar as partes (VIEIRA, 1992, p. 46). Esse talvez seja o nosso maior desafio, buscar uma visão do todo dentro de nosso objeto de pesquisa, sem nos perdermos nas fragmentações da realidade analisada (MAMIGONIAN, 1972).

A categoria da formação sócio-espacial vem para esta pesquisa como um aporte metodológico e analítico, a fim de pautar a construção dos territórios analisados, e apreender a realidade por nós estudada, ou seja, para analisar os processos que territorializaram, desterritorializaram e causaram invisibilidades aos povos tradicionais de Santa Catarina, durante a sua formação econômica, social e espacial.

Por meio do aprofundamento nesta categoria de análise, nos deparamos com as suas origens no método do materialismo histórico e dialético, especificamente na categoria criada por Marx, da Formação Econômica e Social, desse modo, consideramos relevante nos aproximar desta referência, a fim de entender essas “origens” e a própria formação sócio-espacial. Vieira (1992, p. 02) ao analisar as similaridades (ou heranças) da categoria da Formação Sócio-espacial com o marxismo, destaca que ambos se preocupam com “a totalidade, a interdisciplinaridade e a relação homem natureza”.

Cunhada então, a partir da categoria marxista da Formação Econômica e Social (FES), a categoria da Formação Sócio-espacial, teve seu alicerce pautado no pensamento de diferentes autores (SERENI 1970; SANTOS 1977, 1982; MAMIGONIAN, 1996; VIEIRA, 1992; etc.), e podemos dizer que ela é uma evolução ou reconstrução a partir da FES. “A categoria de Formação Econômica e Social (FES) teve sua conceituação inicial elaborada por Marx e Engels e sistematizada por Lênin buscando compreender a totalidade da história e o desenvolvimento de uma sociedade” (BASTOS, J.M.; CASARIL, C., 2016, p.277).

Para Vieira (1992, p. 10) o começo desse debate na Geografia brasileira teve “o seu marco político no famoso encontro da AGB de 1978, em Fortaleza, e seu marco teórico no artigo de Milton Santos intitulado: Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”. Esse evento de 1978 é um “marco” para a Geografia brasileira, pois culmina com a “reabertura política” do país, após anos de repressão e perseguição política a pensadores de todas as áreas, e com a volta do exílio de alguns deles, como o próprio Milton Santos. Vieira (1992, p. 11) também argumenta que esse período histórico demarca uma

reaproximação teórica entre a geografia e a história, através das categorias de Modo de Produção e Formação Social, axiais para o materialismo histórico e dialético. A História preocupa-se com a diversidade no tempo, a Geografia, com a diversidade no espaço. E a totalidade? É o encontro das duas.

Daí o caráter interdisciplinar da FES e da FSE, não é possível conhecer determinado espaço geográfico sem entender sua história, e para esta pesquisa, sem entender sua formação social, econômica e espacial, já que pensamos que todos esses elementos estão entrelaçados radicalmente, somando-se ainda nesse conjunto, às questões culturais e naturais.

Sereni (2013) ao analisar a evolução desse conceito dentro da teoria e dos escritos de Marx, nos coloca que, a intencionalidade dele não era a de explicar uma sociedade de forma estática e acabada, e sim a sua evolução, os processos que a construíram, já que o mesmo percebia a sociedade capitalista de forma heterogênea,

através da luta de classes, onde nem todos os indivíduos de uma mesma sociedade alcançariam ou viveriam do mesmo modo, sob as mesmas condições produtivas, e também destaca que nas FES não existe “uma linha de sucessão única e obrigatória das diversas formações sociais e épocas históricas da qual se pretendesse deduzir algum tipo de “fatalidade histórica” (*fatalité historique*)” onde uma formação social sobreporia outra mais antiga, de forma obrigatória, na mesma intensidade em todos os lugares (espaços) com toda a população. Esses processos não são simples e muito menos lineares, daí a necessidade de perceber sua dinamicidade, como tão bem coloca o autor:

O uso comum, em suas duas acepções, do termo *Gesellschaftsformation*, prova-nos como, em Marx, a noção de “formação social” – inclusive quando é tomada como critério de uma determinada periodização historiográfica – é sempre entendida no sentido dinâmico e não estático; como um processo, em suma, e não como a substância (por assim dizer) de uma época ou de uma fase histórica em si mesma, imóvel e acabada (SERENI, 2013, p. 304).

Cabe ainda lembrar, que para Marx (2013, p. 115), o processo histórico de formação da sociedade é tido como natural, decorrente de ações orquestradas por categorias e dentro delas, sujeitos de determinadas classes, que atuam economicamente transformando a sociedade em geral, para ele, existe uma “lei econômica do movimento da sociedade moderna”, e a mesma “não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto”. Dentro deste raciocínio, se nos remetermos aos sujeitos de nossa pesquisa, os pescadores artesanais e os caboclos do Contestado, percebemos que eles enquanto sujeitos sociais de “grupos subalternos” e sem muito poder político/econômico, dentro desse movimento contraditório e histórico de construção da sociedade catarinense, não foram poupados das “dores do parto”, nessa luta de classe eles são os mais precarizados, submetidos às vontades da classe detentora de poder. Nessa relação e disputa de poder, esses sujeitos acabam a mercê das vontades e ações dos agentes hegemônicos, por mais que tenham tentado resistir. Sobre esse aspecto Marx ainda coloca que:

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (MARX, 2013, p. 116).

A partir desse pensamento de Marx, entendemos que o indivíduo pouco ou nada pode fazer, mas sim o coletivo, a classe, ele também nos remete ao fato de que o proletariado por vezes está tão destituído de poder e precarizado, que se tornam meras “criaturas”, que por maior que seja a sua resistência contra os movimentos do capital,

que tendem a desconstruí-los ou cooptá-los, eles sempre sairão em desvantagem, pois esse movimento é também, acima de tudo, excludente, para aqueles que não estão entrelaçados a ele, a sua lógica.

Sobre essa questão Gramsci (2001), à luz do marxismo, aponta que esses grupos seriam os “grupos subalternos”, diferentemente do que se teria no proletariado, esses grupos não tem agregação ou consciência de classe, são formados por uma massa dominada sem organização ou formação política qualquer. “Os grupos subalternos não estão necessariamente unificados em classes sociais, pois, para que isso ocorresse, deveriam possuir formações, agregados próprios que interviessem politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social” (GALASTRI, 2014, p. 36), são considerados subalternos porque são dominados/manipulados por grupos dominantes, não se restringem a classe operária ou proletariado, são mais diversas, mas estão em constante relação de poder com os grupos dominantes, bem como nas lutas de classe pelo viés marxista. Tal pensamento faz sentido se pensarmos que a sociedade se torna cada vez mais complexa ao longo dos tempos, o que desafia cada vez mais quem pretende interpretá-la. Além dessa subalternidade perante grupos dominantes ou hegemônicos, o Estado capitalista fomenta e reproduz essas relações, essas desigualdades, sempre ao lado de quem tem maior poder econômico e político, daí entendermos que essas relações só serão alteradas com esses grupos mais próximos ou fazendo parte do Estado, nesse modelo atual essas relações se perpetuarão.

Outro ponto que consideramos relevante em relação a categoria da formação sócio-espacial é que ela representa “a unidade das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 2013, p.315). Acrescentamos ainda a questão do espaço geográfico nessa afirmativa de Sereni, que foi uma das contribuições de Milton Santos.

Santos (1982) argumenta que essa categoria que é tão importante na teoria marxista passou muito tempo na penumbra, sem uma releitura que a atualizasse, potencializasse, e que o fato de não considerar o Espaço conceitualmente em suas análises, tinha seu arcabouço teórico metodológico enfraquecido diante das constantes transformações mundiais. Mundo esse, cada vez mais complexo, dinâmico e contraditório, dialeticamente como Marx o criticara, porém tal categoria, para Santos (1982) apresentava um caráter insatisfatório para as análises geográficas.

De acordo com Santos (1982, p. 10) “deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço”. Para ele se trata de “uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial, mais do que de

uma Formação Econômica e Social (FES), tal qual foi interpretada até hoje” (Id., 1982). A partir desses questionamentos e do texto citado, Santos ao trabalhar com o espaço pelo viés da FES acaba transformando-a em uma nova categoria. Não que o mesmo já não estivesse presente na formação econômica e social de Marx, pois os estudos dele sobre a Inglaterra, por exemplo, eram sobre a sociedade espacialmente organizada, bem como o próprio capitalismo que se espacializa, territorializa.

Desse modo, Santos (1977) ao perceber que esta categoria marxista era fundamental para as análises geográficas em sua totalidade, mas que na mesma, necessitavam estarem explícitas as relações espaciais, formula então, a categoria da “Formação sócio-espacial”. Considerando que o espaço é socialmente produzido ao longo dos tempos, e que ele “não tem um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais”, e “reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”, sendo assim, podemos afirmar que o espaço se reproduz e evolui em função dos modos de produção ao longo do tempo, “influenciando também a evolução de outras estruturas, e por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (SANTOS, 1982, p.18). Ainda sobre o aspecto geográfico desta categoria, Espíndola (2002, p. 08) coloca que a partir dessa resignificação feita por Santos, a Formação econômica e social “adquire o status de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações sócio-espaciais”.

A formação sócio-espacial auxilia no entendimento do desenvolvimento desigual do capitalismo, ela expõe as contradições e fraturas sociais acarretadas por esse processo ao longo do tempo, no espaço. No texto de 1977, Santos não predetermina as escalas ideais de análise desta nova categoria em relação ao espaço, mais tarde, em 1982 ele irá fazê-lo, e apesar de trazer um debate mais específico sobre a escala nacional, no fragmento a seguir ele nos aponta que:

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. (...) A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção puro, quanto pelas necessidades internas (...). As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 1982, p. 14 e 15).

Ao colocar que os lugares são diferentes e que isso é resultado dos arranjos espaciais dos modos de produção, subentende-se que essa escala de análise também é pertinente a categoria, discussão que será feita posteriormente por Mamigonian (1996), onde a crítica é feita em relação a escala utilizada por Santos (1982), onde o

mesmo associa a categoria da formação sócio-espacial às análises em escala geral, nacional e global, porém para Mamigonian (1996) tal categoria pode ser trabalhada em outras escalas, como a regional, por exemplo. Nesse mesmo fragmento do texto de Santos, também fica claro que as transformações espaciais movidas pelo processo de formação social, iniciam-se em escala regional e partem para a geral, global, daí a necessidade de se trabalhar em diferentes escalas de análise, ou da totalidade sem perder de vista as partes, e vice e versa. Inclusive a escala local, apesar dos autores citados não a considerarem.

Concordamos que não existem sociedades “a-espaciais”, e que o espaço estava já de alguma forma presente nas análises do Marx, Engels e Lênin, mas Milton Santos teve o importante papel de estruturar e explicitar esse viés espacial dentro da ciência geográfica. O que facilitou e muito os estudos geográficos a partir de então, já que nosso principal horizonte é o espaço, e compreender o espaço é compreender a realidade em sua totalidade, como se dá sua formação, organização, modificação e as relações entre os elementos e indivíduos que o compõem, já que “o espaço, ele mesmo é social” (SANTOS, 1977, p. 81). Desse modo concordamos que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas e objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

E para interpretá-lo, ou compreendê-lo, concordamos com este autor, quando ele afirma que a categoria da FES seria a mais apropriada para isso (SANTOS, 1977), até então, pois para nós acrescenta-se a sua contribuição, a categoria da Formação Sócio-espacial.

Tendo o espaço também como uma construção histórica, o pensamento de Gramsci (1978, p. 119) vem compor a esse raciocínio dizendo que “o processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo, pela qual o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é essencial”. Por isso, consideramos essencial para entender os processos desterritorializantes que atingiram, e ainda afetam os povos tradicionais de Santa Catarina, a compreensão dos processos históricos que levaram a tais movimentos e ao processo de formação sócio-espacial do estado de Santa Catarina e das duas regiões analisadas.

Concordamos com Santos (1977) quando ele coloca “que nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas é fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais”, remetendo esse

pensamento aos povos tradicionais catarinenses, pensamos que o maior problema esteja no modo como esses processos ocorreram e ainda ocorrem, processos, por vezes, engendrados com o uso da força e de diversas formas de violência, seja pelos atores locais ou pelo próprio estado, e que só aumentaram os antagonismos e as desigualdades entre as classes envolvidas. Haja vista que, não existe neutralidade nesses processos, pois:

O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não tem um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas (SANTOS, 1977, p. 91).

Na maioria das vezes essas transformações no espaço são moldadas e impulsionadas pelas necessidades dos agentes capitalistas e/ou hegemônicos e não pelas necessidades dos sujeitos locais, esses geralmente, desprovidos de poder de barganha (político e capital) contra essas outras “forças”, são alijados e impelidos a seguir o fluxo das decisões desses outros agentes resultando muitas vezes em conflitos, em disputas de poder.

Tanto os espaços urbanos, quanto os rurais, dentro da lógica capitalista são considerados como produtos sociais, resultado das ações desiguais, combinadas e acumuladas através do tempo (SANTOS, 2006), podem acontecer de forma espontânea, como também são engendrados por agentes que produzem e consomem espaços. As ações destes agentes são complexas, derivadas da dinâmica de acumulação do Capital e de suas necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção (CORRÊA, 1989). Tais práticas levam a um movimento constante no processo de reestruturação espacial que acontece, dentre outras formas, pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano/rural, pela revalorização/reutilização de antigas áreas (inclusive expropriando seus antigos moradores), densificação do uso do solo, relocação diferenciada da infraestrutura e transformação, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas, bem como, podem levar a processos determinados para esta pesquisa como desterritorialização. Isso quando tratamos o espaço construído e embutido de significados sociais e de relações de poder, como sendo um território.

Pautando-nos no que Santos (1977, p. 91) afirma sobre a o papel do espaço e da população nas formações econômicas e sociais, de que não existe neutralidade, e de que o espaço reproduz a totalidade social sob a influência das transformações sociais, políticas, econômicas, e acrescentamos ainda as culturais, então porque não entender a desterritorialização e a invisibilização decorrente a partir dela como sendo

parte desses processos?

Pensamos nesta abordagem para nossa pesquisa, pois percebemos os territórios dos grupos estudados, como parte dos resultados dos processos históricos decorrentes da formação sócio-espacial catarinense. Tais territórios são intrínsecos a essa formação, foram amalgamados por ela, daí a percepção em unir tais categorias. Os povos tradicionais sofreram e sofrem consequências decorrentes de tais processos, tendo como os mais contundentes a desterritorialização, a perda de seus territórios ancestrais.

2.2. Os processos desterritorializantes

Criar territórios é uma necessidade/condição inerente ao ser humano, para que assim possa habitar um determinado espaço e ativar o processo de reprodução social e material da vida. É por isso então que chamamos um espaço transformado pela ação humana através de processos complexos que se materializam e se sobrepõe definindo processos de territorialização, de território. Sobre esse aspecto Raffestin esclarece que:

Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. O espaço é a “prisão original”, de acordo com a definição de Gunnar Olson, a “jaula”, segundo Jean Brunhes; ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Desse modo, pode se dizer que o território dos povos tradicionais é uma apropriação oriunda de sua territorialização e do seu poder sobre o território, poder vindo de seu conhecimento sobre o mesmo, de sua adaptação ao meio e de suas necessidades, e não de sua possessão ou propriedade como mercadoria, mais relacionado ao seu “espaço-tempo vivido”, o território é sua identidade (HAESBAERT, 2007). Seria também o que Santos (2000) chama de “território como abrigo”, diferente do “território como recurso” presente nas relações dos atores hegemônicos, onde o território seria tido como “um meio para se obter um fim”, o lucro, já para os “atores hegemonzados” o território seria “um fim em si mesmo”. Em se tratando de território, Santos (2002) também argumenta que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma

identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. (SANTOS, 2002, p. 97).

As relações de poder que se manifestam pelas lutas de classe, também são as responsáveis pelos territórios pertinentes a essas classes, já que esses “mecanismos de poder” estão presentes em toda a sociedade em seus mais amplos e diversos aspectos, para Foucault (2008, p. 4-5):

Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado.

A disputa pelo poder, consiste também em quem vai decidir sobre o território, o espaço, o Estado, ou a população, é um emaranhado de relações, ou de mecanismos de poder, que regem a vida em sociedade.

As relações de produção no modo capitalista são um exemplo disso. Quem detém maior poder, seja econômico, político, bélico, etc., é quem designa, na grande maioria das vezes, a reprodução do espaço e, conseqüentemente a formação sócio-espacial dos lugares. Porém, essas relações não são lineares, existem resistências, contradições e dialéticas.

Saquet (2007) nos chama a atenção para a importância das territorialidades caracterizadas pelas relações materiais e imateriais do território, as “(i) materialidades”, que podem ser percebidas através das sensações, do real e das representações, submetendo-as as dimensões políticas, econômicas e culturais, ressaltando que tais dimensões não podem ser dissociadas, lidas sem uma interligação.

Por conseguinte, percebemos que o território deva ser analisado levando em conta todas essas “dimensões”, o território como uma construção social, deve ser abordado pela sua multidimensionalidade, ou seja, considerando suas dimensões sociais, espacial, política, econômica, cultural e ambiental. Bem como, as suas redes, pois o território também é composto por redes, desse modo nos identificamos ao pensamento de Saquet quando este afirma que:

É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e

relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território (SAQUET, 2008, p. 87).

Desse modo, ao considerarmos que o território tenha várias dimensões, se torna difícil pensá-lo por um único viés, pois certas características materiais e imateriais o permeiam, por isso concordamos que ele seja um “híbrido” (LATOURE, 1991), que deva ser apreendido considerando os seus diferentes vieses, o que para esta pesquisa significa pensá-lo através de suas materialidades, imaterialidades, movimentos e contradições. Além de suas reterritorializações, suas ressignificações em novos territórios, talvez daí entendê-lo como híbrido, além de todas suas particularidades, entender os mistos entre novas e velhas territorialidades e ou territórios destes sujeitos.

Especialmente ao analisarmos territórios de populações tradicionais, onde as imaterialidades estão repletas de signos e identidade, a tal ponto, que são capazes de servir como sustentáculo territorial, e, mesmo quando as materialidades são desterritorializadas, as imaterialidades dão o suporte até uma reterritorialização. Pois acreditamos que a territorialidade dos sujeitos é que demonstra o caráter simbólico presente nos territórios (HAESBAERT, 2016). Ainda sobre o território das populações tradicionais Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, *apud* HAESBAERT, 2016, p. 73) colocam que:

Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer esse princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer.

Pensamento esse que se coaduna em partes com o que Santos (2002, p.97) aponta, de que o território é a base das trocas “materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi”. A capacidade de reagir, ou a resiliência difere de um grupo ou sujeito a outro, consideramos que essa capacidade é intrínseca às imaterialidades do território, quanto mais presentes, maior a resiliência e mais rápida a reterritorialização dos sujeitos, quanto mais frágil, maior a chance de “desaparecer”.

Também na sociedade contemporânea percebemos que existem numerosos territórios e territorialidades, até “multiterritorialidades”, quando sujeitos permeiam de acordo com sua capacidade e velocidade dotada por sua posição dentro do modo capitalista de produção, por múltiplos territórios. Enquanto outros sujeitos e classes são tão fragilmente territorializados que hora são excluídos, hora reclusos em seus territórios. Não possuem os mecanismos que geram essa fluidez ou permeabilidade entre diversos territórios, que algumas classes possuem dentro do sistema capitalista, sendo assim, concordamos com Haesbaert quando ele coloca que:

Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão sócio-espacial (HAESBAERT, 2004, p. 372).

Essa afirmação também nos remete as formas de controle social empregadas principalmente pelo Estado, que faz com que alguns lugares e conseqüentemente seus habitantes fiquem reclusos, ou tenham sua mobilidade e territorialização limitada por sua “mão” nem tão invisível. Existem muitas diferenças entre os diversos tipos de territórios e os sujeitos que lhe pertencem, bem como, no modo de mediação e nas formas de poder e articulação entre os sujeitos e seus territórios, entre as formas de territorialização de cada grupo, “para uns o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global” (HAESBAERT, 2016, p. 97), esse primeiro território seria mais próximo do que percebemos através dos territórios dos povos tradicionais, por exemplo, onde o território é tido como seu abrigo, recurso, força, identidade e a perda do mesmo lhes destitui muito mais do que conexões e redes voltadas à circulação, mas sim a vida, suas existências. Por isso pensamos que a repercussão disso, da desterritorialização para esses grupos e esses territórios, significa também a sua invisibilidade, um obscurantismo em relação a existência desses grupos. Mais fácil negar o que não se vê, ou o que não se quer ver, se quer esconder, assim foi com os caboclos e caboclas do Contestado no fim da guerra e assim é contemporaneamente, pois sabemos que essa população resiste a perda de suas terras e muitos sobrevivem sem muitas alternativas de trabalho e de uma vida digna, pois perderam seu “abrigo” e hoje se fundem a uma massa de trabalhadores sem perspectiva de futuro. Coadunando com esse pensamento do Haesbaert (2016, p. 97), Godelier (1984, p. 9) aponta que:

O território fornece, em primeiro lugar, o homem como espécie, mas também, os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção; os meios para a produção dos aspectos materiais das relações sociais – aquelas que compõem a estrutura determinada de uma sociedade, como as relações de parentesco.

Esta colocação nos faz refletir também sobre os pescadores artesanais, onde o território é diferenciado de outros grupos, é mais fluído, vai além-mar, dele depende sua sobrevivência e também sua vida, existe uma dependência direta com a natureza e seus ciclos, o clima, o tempo que pode mudar a cada hora, mas vai além das relações

do trabalho, da lida cotidiana⁶. O seu território também é menos visível ao mero observador que o do camponês, do caboclo, por exemplo, não é facilmente percebido na paisagem, (pois no caso de Penha, o que restou deste território é a praia onde eles atracam os barcos e o mar), mas é cheio de signos, de especificidades que só são notadas por quem faz parte do grupo, quem recebeu o conhecimento dos mais velhos e quem circula e depende dele. Daí a importância desse território para a vida dessas comunidades, por não terem “terra” ou “posse”, mais vulneráveis se tornam, pois dependem muito do amparo das normas e leis do Estado. São sujeitos mais “precarizadamente territorializados”, pois não possuem total controle ou segurança sobre seu território (HAESBAERT, 2007).

Os territórios tradicionais haviam recebido maior atenção do Estado nas últimas duas décadas, não que isso represente muitos avanços, mas alguns conceitos relacionados a eles estão em pauta na legislação. Lowen Sahr & Sahr apontam que a legislação brasileira tem empregado comumente os termos “território e territorialidade”, especialmente quando estão tratando das populações tradicionais, e tem aderido, pelo menos as vistas da lei, a tratados e regulamentos que dizem respeito aos povos tradicionais e seus territórios, e a sua integração ao Estado, e nos trazem o exemplo a seguir, onde:

Dentro do processo de integração das “populações tradicionais” ao Estado-nação, foi promulgado no dia 19 de abril de 2004 pela Presidência da República o Decreto no. 5.051, no qual o Brasil aderiu à Convenção nº 169 sobre os “Povos Indígenas e Tribais” de 1989 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Esta convenção busca traçar diretrizes para que os governos nacionais, com participação dos povos interessados, desenvolvam ações com vistas “a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade” (Art. 2º.) (LOWEN SAHR & SAHR, 2009, p. 153).

Eles também apontam que para a legislação o termo Território é utilizado para tratar das questões culturais e religiosas ligadas as terras tradicionais dessas populações, difere, portanto, do debate realizado pela Geografia. E que também difere em partes do território dentro da perspectiva dessas populações, onde ele “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES, p. 25, 1999).

⁶ Em nossa pesquisa de mestrado (GROSS-MACHADO, 2013) a maioria dos nossos entrevistados, pescadores artesanais da Colônia Z4 (Barra Velha/SC), nos relataram sobre a relação deles com o mar, a identificação com os ciclos naturais, o clima e o respeito a eles, bem como, nos relataram que não conseguiram se adaptar a outros tipos de atividades que não a pesca, e muitos tentaram, mas voltaram para a pesca. Por isso a necessidade nesta pesquisa em nos atentarmos para além das materialidades, elas não dão conta de nos mostrar todas as especificidades dos territórios analisados.

Diegues (2001, p. 83) também acrescenta que para essas populações o território é tido como um “meio de subsistência”, “meio de trabalho e produção”, e apresenta aspectos “materiais” das relações sociais, ou seja, o território está relacionado a manutenção e a reprodução material da vida.

Essa relação de pertencimento ao território, tão bem colocada por Diegues, nem sempre é percebida pelos gestores dos lugares nos quais esses povos se encontram. Por não terem “terra” ou “posse” são tão prejudicados por políticas que não são pensadas considerando as especificidades dessa população e as necessidades locais.

Esses grupos também acabam sendo mais vulneráveis a processos desterritorializantes, especialmente, quando por traz destes estão questões vinculadas a posse e a propriedade privada da terra, e quando envolvem disputas com agentes capitalistas que de alguma forma foram atraídos por seus territórios ancestrais. Contraditoriamente, muitas vezes atraídos por recursos naturais que foram preservados e mantidos por esses povos. Como o exemplo da floresta de Araucária, principal chamariz da empresa estrangeira Lumber que desterritorializou via conflito armado toda uma população que a manteve preservada à gerações. Contradições inerentes ao desenvolvimento desigual do capitalismo, que produz e reproduz espacialmente essas discrepâncias, que podem ser tidas como formas de exclusão ou segregação social, “gentrificação” (SMITH, 1988) ou ainda como desterritorialização. Desse modo, afinamos com Haesbaert, quando esse coloca que:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de formas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão sócio-espacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização sócio-espacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Nesta perspectiva é que pensamos tais processos em nossa pesquisa, a desterritorialização de populações tradicionais (e não só delas), como uma forma de “exclusão sócio-espacial”, de invisibilidade que reflete o *modus operandi* desse sistema, e essas desterritorializações e desigualdades sócio-espaciais decorrem, e são de certa forma, reguladas pelas estruturas desse sistema, que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir o Capital e o poder das classes dominantes, seja por via da exploração do trabalho ou dos territórios dos grupos dominados.

2.3. Desterritorialização, conflito e resistência

A partir dos anos 1980, a globalização e seus efeitos sobre os lugares e territórios foram amplamente debatidos, especialmente no meio geográfico. Alguns autores previam um efeito aniquilador sobre as culturas e especificidades locais, como se o mundo fosse criado em forma de ilhas, isoladas ou semi, e que essa ligação em redes poderia massificá-lo em um único modo de vida, esse pensamento vindo com o final da Guerra fria e do auge do imperialismo no mundo, se justifica pelo contexto histórico do período. Contemporaneamente, tais pensamentos apresentam outra evolução, sim houve uma grande difusão de culturas via modernização/expansão do meio técnico-científico-informacional, porém, também houve resistências e permanências.

Reconhecendo que o processo de globalização não foi capaz de destruir certas características socioespaciais, principalmente, aquelas relacionadas aos aspectos culturais (materiais ou imateriais), evidenciamos, então, a permanência de elementos identificadores de identidades coletivas, principalmente em sociedades tradicionais (como a camponesa) que não se inseriram completamente na onda modernizante. Acreditamos, então, que ocorre, embora de maneira relativizada, a identificação de certos grupos sociais com uma determinada espacialidade (território, região, lugar) e suas representações simbólicas. Portanto, estaríamos diante da resistência da identidade com perspectiva territorial, principalmente, ainda verificável em sociedades tradicionais que não foram destruídas (CHELOTTI, 2010, p. 173).

Seria então através dessa “identidade territorial” que os sujeitos e grupos se reterritorializariam. Segundo Chelotti, existem duas vertentes no pensamento que abordam a desterritorialização, ambas debatem sobre os possíveis impactos da globalização sobre as sociedades. Uma vinculada ao pensamento dos filósofos Deleuze e Guatarri (1997) aponta que não exista um processo de desterritorialização sem uma posterior reterritorialização, já a outra vertente está mais focada na desterritorialização em si, como forma de “desenraizamento”. Esses diferentes pensamentos também ocorrem porque são feitas análises em escalas diversas, e com perspectivas diferentes, uns pensam o processo em uma escala mais ampla, vinculada aos Estados/nações, políticas territoriais e as fronteiras, outros em escala local/regional, relacionados a análises de grupos específicos, como os povos tradicionais, por exemplo. Dentro dessa primeira perspectiva, Ianni coloca que:

À primeira vista, a desterritorialização lança a ideia de sociedade global no cerne da pós-modernidade. Aí muita coisa muda de figura, desloca-se, flutua, adquire outro significado, dissolve-se. Ao lançar-se além dos territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos,

tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se (IANNI, 1995, p. 103-104).

Acrescentando ai, se torna invisível. Nessa perspectiva de Ianni (idem) depois de uma desterritorialização ou desenraizamento, tal território é extinto e o que permanece já não é o mesmo território, concordamos em partes com Ianni (1995), mais em relação a questão espacial ou material de um território, durante a reterritorialização tais características são mais difíceis de serem reconstruídas, reconectadas em uma nova reterritorialização. Porém, ao analisarmos os territórios considerando seu caráter híbrido, material e imaterial, coadunamos nosso pensamento mais próximo ao de Deleuze e Guattari (1997) onde os territórios podem ser reterritorializados a partir da identidade e da territorialidade dos sujeitos. Esses filósofos veem a desterritorialização como “linhas de fuga”, onde a desterritorialização para eles:

é o movimento pelo qual se abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Nesta perspectiva a reterritorialização não necessariamente precisaria de uma base espacial para acontecer, ela se daria de outras formas, o que nos leva a pensar que também poderiam se permanecer ativas pela identidade dos sujeitos até que esses encontrem novas possibilidades de materializá-las reterritorializando-as. Outro ponto fundamental dentro da visão de Deleuze e Guattari é que eles defendem que para se entender a sociedade capitalista, as linhas de fuga são a categoria fundamental para isso em oposição a Marx e às contradições do modo de produção capitalista, como pode-se perceber na seguinte afirmação:

Uma sociedade nos parece definir-se menos por suas contradições do que por suas linhas de fuga, ela foge por todos os lados, e é muito interessante tentar acompanhar em tal ou qual momento como as linhas de fuga se delineiam (DELEUZE, 1992, 212).

A questão central dessa reflexão de Deleuze e que de certa forma nos inquieta, é o fato de pensar diferente do que ele expôs, se as “linhas de fuga” não seriam contradições dentro do capitalismo? Pois pensamos que as contradições provocam também desterritorializações ou determinam as “linhas de fugas” no movimento

contraditório do capitalismo, que em um momento atrai e no outro repele os trabalhadores, ora desencadeia territorializações, ora desterritorializações. Quando, e se, os mesmos forem necessários a lógica (perversa) do trabalho no sistema, eles se tornam visíveis, se já podem ser descartados são invisibilizados e ignorados.

O Capital via modos de produção atrai os trabalhadores para determinados locais territorializando-os ou dando condições para iniciar processos territorializantes, e posteriormente repele, expulsa ou segrega os trabalhadores desses mesmos espaços, mas desta vez os desterritorializando. Dessa forma, podemos dizer que esse movimento dialético ou contraditório do Capital sobre o espaço social e conseqüentemente sobre os territórios é que provoca as “linhas de fuga” do Deleuze (1992), ou seja, a desterritorialização.

Tendo em vista a desterritorialização como sendo também, um processo de exclusão social, concordamos com Haesbaert (2003, p. 1773) quando ele afirma que

os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias identitárias.

Tais processos são mais contundentes e desagregadores quando vinculados a grupos subalternos, pois para eles as tais “linhas de fuga” não são uma opção ou evolução a partir da ótica dos sujeitos envolvidos, quando esse movimento é voluntário, ele perde esse caráter da “exclusão territorial” e torna-se outro fenômeno. Desterritorialização é um processo agressivo a quem está em seu meio, às vezes mais, outras vezes menos, mas trata-se de disputa por poder, por solo, por tudo o que pode significar o território para um grupo, uma população. E essas disputas sempre causam mal estar, sofrimento e muitas vezes a morte dos sujeitos e o seu aniquilamento como grupo. Haja vista que:

Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (“os aglomerados humanos de exclusão”), a estes, sim, é que efetivamente deve se dirigir o termo desterritorializados. É ali que, sem nenhuma dúvida, a desterritorialização se realiza em toda a sua perversidade (HAESBAERT, 2003, p.1775).

Diante desse pensamento lembramos os sujeitos desta pesquisa, os caboclos(as) da região do Contestado catarinense, que foram desterritorializados de forma violenta, durante um conflito pela disputa por terras e a riqueza verde de seu solo, e os pescadores(as) da Penha, que embora não tenham vivido a morte através da guerra, também perderam territórios, foram espoliados e esquecidos na produção do

espaço da cidade, e hoje, assim como os caboclos também são invisibilizados e desconsiderados pelos governantes catarinenses.

A desterritorialização é em si um conflito, pois se dá pela disputa de território entre dois ou mais lados, e o poder é que a embasa, quanto mais desprovidos dele, em uma disputa por território forem os grupos ou sujeitos envolvidos, mais fácil de serem desterritorializados. O que torna esse processo ainda mais complexo e imbricado de subjetividades são os conflitos e as resistências que se desenrolam dentro/por detrás dele.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão sócio-espacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização sócio-espacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

É por essa visão da desterritorialização que nos embasamos, observando-a como um processo desmobilizador de territórios e de grupos, processo que molda o espaço e a formação sócio-espacial dos lugares. Processo esse tão frequente na história da sociedade capitalista e responsável por muitos dos conflitos sociais existentes mundo a fora. Haja vista que conflito social e território estão sempre atrelados, já que “o conflito social é um conflito territorializado, encarnado no território” (ZIBECHI, 2015, p. 100). Ainda sobre conflito, Fernandes (2004) acrescenta que por serem territoriais, os conflitos não se restringem ao momento do enfrentamento entre as classes, sujeitos e o Estado, o enfrentamento faz parte do conflito, mas não o é, por si só. Sendo assim pode-se pensar que a “conflitualidade” é intrínseca aos processos de desterritorialização, já que

A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. (FERNANDES, 2004, p.2).

Ele ainda complementa que o conflito é um processo interno ao desenvolvimento, e é produzido em diversas escalas geográficas em diferentes dimensões da vida, e muitos dos conflitos por terra, por território, se dão pela imposição do modelo de desenvolvimento hegemônico, em voga, em cada período histórico. Surgindo especialmente, quando os sujeitos das classes subalternas são pressionados pela introdução de um novo modo de produção, ou sistema produtivo que envolva seus

territórios e/ou terras. Que quebrem com sua reprodução social de até então. Essa imposição, geralmente realizada pelo uso da força, da violência, do poder, acaba resultando em insatisfação, revoltas, arrefecimento das relações sociais entre as classes, resultando em conflitos.

A guisa de complementação, para Abbagnano (2007, p. 176) conflito significa “contradição, oposição ou luta de princípios, propostas ou atitudes. Kant chamou as antinomias (v.) de "Conflito de teses". Hume falara de um Conflito entre a razão e o instinto: o instinto que leva a crer, a razão que põe em dúvida aquilo em que se crê”. O conflito vinculado a processos como o da desterritorialização seria como que uma reação quase instintiva de um grupo ou sujeito em resposta a uma determinada pressão externa, e/ou aos impactos de uma disputa por poder. Alguns autores da Geografia têm trabalhado essa questão pelo aporte da “conflitualidade”, além da questão do conflito em si, pois esta “é o processo de enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro” (FELÍCIO, 2006, p. 19). Fernandes (2005) debate acerca dessas diferenças entre conflito, o ato em si, e a conflitualidade, sentimento que move o conflito, e que não sessa com o desenrolar do conflito, ficando sempre uma tensão entre pelo menos um dos lados envolvidos, desse modo, ele coloca que:

O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. (FERNANDES, 2005, p.26).

O conflito acontece quando se tem resistência, especialmente nos processos de desterritorialização, o ato de resistir ao processo gera conflito e alimenta as conflitualidades, e vice-versa. Desse modo, concordamos também que:

A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p. 5).

Para Porto-Gonçalves (2013, p.19) o conflito “aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder”, para ele o conflito também indica que, “sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos

sociais têm visões/ práticas distintas. O conflito é a contradição social em estado prático”. Conflitos também são tidos como as formas mais expressas/explicitas de resistência, porém nem toda a resistência resulta em conflito, mas cremos que toda a resistência tem conflitualidades em seu cerne.

Resistência é um termo em voga nas ciências sociais contemporaneamente, e na Geografia, especialmente para aqueles que trabalham com questões ligadas a conflitos, tanto rurais quanto urbanos, e movimentos sociais, em geral acabam utilizando-o, nas formas mais variadas possíveis, daí a dificuldade em encontrar um único viés conceitual, se é que isso seja necessário ou que acrescente academicamente às ciências que o utilizam. Enfim, para esta pesquisa não temos a pretensão de enquadrá-lo em uma única perspectiva.

Pautamo-nos na visão bastante ampla de Chauí (1987, p. 63) quando esta analisa a resistência através de elementos da nossa cultura popular, que dentre tantas observações destaca que, a “resistência tanto pode ser difusa, como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafites espalhados pelos muros das cidades, quanto localizada em ações coletivas ou grupais”, ela destaca que não se refere “às ações deliberadas de resistência, mas a práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência”. Práticas que podem ser sutis ou mais deliberadas, desde uma desobediência civil de um grupo que se negue a abandonar uma área da cidade ocupada de forma considerada “irregular”, a adaptação de uma população em um conjunto habitacional, quando esta quebra os padrões massificados dessas construções, onde para Chauí é uma forma de resistência, também pode ser percebido com o processo de (re) territorialização desse grupo, quando o mesmo dá a um espaço frio e padronizado características identitárias e culturais.

Chauí (1987) também destaca a religiosidade presente em alguns movimentos populares ocorridos no Brasil, como sendo formas de resistências, comumente e levemente julgados como manifestações de fanatismo desses grupos, como os casos por ela citados de “Canudos e do Contestado”, onde a religiosidade fez parte da construção dessas resistências, a religiosidade deu o amparo, a força e o estímulo necessários à resistência política e social dos sujeitos envolvidos, sendo assim, para ela:

Frequentemente, também esses movimentos brasileiros são interpretados como produto do fanatismo de populações isoladas e carentes. No entanto, como assinalaram os estudos de Ralph dela Cava, Douglas Monteiro e Marli Auras, os movimentos religiosos populares de Canudos, Juazeiro e Contestado não são resultado de isolamento sócio-político redundando em fanatismo, mas são uma resposta concreta, de caráter religioso, articulada as transformações

políticas na sociedade brasileira e percebidas como adversas para os fracos e desprotegidos (CHAUÍ, 1987, p. 75).

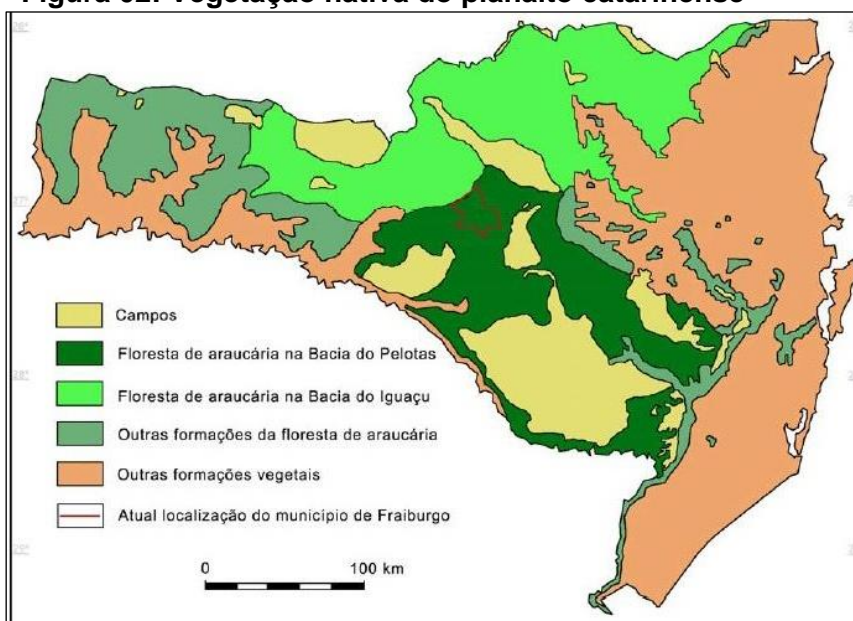
No caso do Contestado, a religiosidade deu força e impulsionou a resistência durante o conflito, e após ele, nas etapas da reterritorialização dos sobreviventes. Desse modo, percebemos o processo de reterritorialização de um grupo desterritorializado por um conflito, como uma forma de resistência.

Ainda pensando a resistência em relação aos processos engendrados no território, nos remetemos a Foucault (1985, p. 241) que analisa as relações de poder, também presentes nos territórios, e as resistências às expressões de poder, onde ele coloca que, “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente”. Desse modo, a partir do momento em “que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”. Assim como acontece com a conflitualidade, pois o poder é uma relação, “relação de luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica” (FOUCAULT, 1985, p. 15). Contemporaneamente o contestado resiste, se reinventando e reorganizando em torno de sua história, onde mesmo os períodos de guerra, de dor e luta, fortalecem esses movimentos, e os pescadores em Penha resistem fortalecendo suas relações com o trabalho, com o território da pesca, com as relações de compadrio e camaradagem, e vão se reterritorializando apesar das perdas, como será visto no capítulo 4 desta tese.

3. FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS CATARINENSES NO CONTEXTO BRASILEIRO

O estado de Santa Catarina possui duas divisões naturais em seu relevo, o litoral e o planalto, e em suas interfaces as serras do mar e a serra geral. Ambos ambientes distintos, constituídos de ecossistemas específicos em cada área, e vegetação natural característica, sendo predominante a vegetação da Mata Atlântica no litoral e serras, e a vegetação de campos e floresta de Araucária no planalto (Figura 02).

Figura 02: Vegetação nativa do planalto catarinense



Fonte: BRANDT, 2007, p.166.

Tais características naturais foram essenciais no início da formação social do estado, onde características físicas (relevo), biológicas (vegetação) e humanas (ex. a pesca, extração da erva-mate e da madeira) convergiram em relações complexas, que são percebidas ao analisarmos a formação sócio-espacial do estado. As ideias de Cholley (1964, p.141) nos dão esse aporte e facilitam essas correlações, que para ele são “convergências de fatores físicos, biológicos e humanos, provocadas pelo homem para obter a colheita necessária a sua sobrevivência”. Algumas associações ou “combinações geográficas” teriam características mais complexas, dependendo da intensidade com que se dão os fatores humanos, e noutras os fatores físicos e biológicos teriam prevalecido, como no caso dos povos tradicionais, que utilizavam técnicas rudimentares e dependiam mais da natureza e seus ciclos. Essas convergências ou combinações,

podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais

complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo mais interessantes, que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos (CHOLLEY, 1964: 140).

A partir dessa afirmação de Cholley (1964) consideramos que tanto no litoral, quanto no planalto catarinense as características naturais (físicas e biológicas) foram predeterminantes nas estratégias da colonização inicial de suas regiões, o elemento humano (branco, colonizador) foi introduzido nas regiões de acordo com essas condições. A dificuldade de acesso imposta por obstáculos naturais, também influenciou, inicialmente, na escolha das áreas ocupadas, a exemplo disso, o litoral que tivera suas primeiras incursões através do mar, o que facilitou o seu acesso, e o planalto, que teve a origem de sua colonização atrelada a sua vegetação nativa, áreas de campos com a introdução dos latifúndios pastoris e a extração da erva-mate nas florestas de araucária (PEREIRA, 2003, p. 104).

As terras catarinenses foram sendo colonizadas por diversos contingentes populacionais que chegaram a partir do século XVII, europeus, em sua maioria portugueses e espanhóis, em um primeiro momento, depois também os africanos escravizados, e a partir do final do século XIX europeus de outras regiões, como os alemães e italianos. Essas terras que eram habitadas por seus povos originários foram sendo transformadas ao longo dos séculos, bem como a sua população. Pouco restando de seus povos nativos, como afirma Peluso Jr.:

Os primeiros povoadores foram os silvícolas, de que restam, apenas, os Kaingangs de Ibirama e de Xanxerê. Os europeus que chegaram ao litoral de Santa Catarina no século XVI encontraram um povo de cultura recuada, (...), os náufragos daqueles primeiros séculos da nossa história foram generosamente acolhidos pelas tribos que viviam a beira mar (...) mas a caça ao índio, realizada pelos paulistas, transformou as relações entre eles e os ádvenas em estado permanente de guerra (PELUSO JR., 1991, 254).

Os indígenas do estado foram praticamente dizimados, restando poucos grupos, e é importante frisar que essa população deixou muitas marcas na cultura, economia, e na população catarinense, pois o caboclo que é um dos sujeitos desta pesquisa é o resultado dessa mistura de povos.

Sabe-se que o início da colonização portuguesa se deu pelo nordeste brasileiro, assim como, durante o processo inicial de colonização existiram disputas e tensões entre Portugal e Espanha por conta do território e de suas riquezas. Disputas essas que começaram a cessar somente após o cumprimento de alguns tratados como o de Tordesilhas (1494), de Utrecht (1715) e, principalmente, com a efetiva colonização e fortificação do litoral, especialmente da porção sul do país, que durante os séculos

XVI e XVII eram pontos estrategicamente fracos, passíveis de invasões e entrada de incursões espanholas, como por exemplo, as realizadas por Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca e Aleixo Garcia, que foram os primeiros europeus a desbravar o território do sul da colônia portuguesa utilizando-se do Caminho de Peabiru⁷ (BRANDT, 2007).

A coroa portuguesa efetivamente começa a ocupar o território de sua colônia americana, no século XVI, através da criação do sistema de capitanias hereditárias e da doação de sesmarias, modelo de colonização ou de “regime de propriedade” similar ao feudal praticado até então na Europa (MAMIGONIAN, 1997, p. 68). Com o sucesso da produção açucareira no nordeste da colônia, no início do século XVII deram início a construção de fortificações pelo litoral nos eixos Bahia – Pernambuco, e também para o norte e para o sul, “da embocadura do Amazonas até São Vicente” (Id., 1997).

Enquanto o povoamento do Nordeste avançava, o insucesso da produção de açúcar em São Vicente levou ao surgimento de uma economia natural mais modesta nas fazendas de lavouras que se expandiram pelo litoral paulista, em direção ao sul: Itanhaém, Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco, Desterro e Laguna, na base de concessão de sesmarias, as últimas já no século XVII, num povoamento esparso e de baixa densidade demográfica (MAMIGONIAN, 1997, p. 68).

Silva (1992, p. 29) aponta que essa colonização ao sul do território se deu pela “condução de homens ricos, como ocorrera com os vicentistas Domingos Brito Peixoto e seu filho” que tinham interesses em ocupar Laguna. Segundo a autora, Portugal determina que a colonização ao sul se dê pelas mãos dos paulistas “e o comando de tal empreendimento ficaria a cargo de alguém de influência, de recursos e de confiança da corte” (*idem*). Estes eram vicentistas que acabaram organizando “subcorrentes de povoamento pelo planalto e pelo litoral”. Desse modo:

O início da povoação do planalto catarinense deu-se quando Morgado de Mateus, o governador de São Paulo, é chamado a Corrêia Pinto para fundar Lages. E pelo litoral, partiram de São Vicente, contornando toda a orla marítima, e migrações sucessivas, em pequenos grupos familiares, de um modo quase invisível. Estende pelas ilhas próximas a uma série de vilas e povoados rudimentares. De São Vicente passam a Itanhaém; desta a Cananéia; desta a Iguape; e daí por diante. Vai distendendo-se por Paranaguá, Desterro, São Francisco até Laguna (SILVA, 1992, p. 29).

Essas frentes de colonização impulsionadas pela coroa portuguesa tinham o intuito de explorar novas áreas, mas principalmente ocupar áreas e garanti-las a coroa

⁷ “Originário do tupi-guarani, o termo Peabiru quer dizer “caminho forrado” ou “caminho batido”. Consistia em uma ampla rede de caminhos ligando o litoral Sul e Sudeste brasileiro ao Peru, construído antes da chegada dos portugueses. Os primeiros exploradores europeus a palmilharem estes caminhos em Santa Catarina seriam Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca e Aleixo Garcia, ambos a serviço da Espanha, no século XVI. Posteriormente o caminho também seria usufruído por missionários e bandeirantes” (BRANDT, 2007, p. 46).

em detrimento de possíveis investidas da Espanha. Concomitantemente a esta primeira tentativa de povoamento do Brasil meridional, em 1680 foi criada a Colônia de Sacramento, em território hoje pertencente ao Uruguai, construindo-se uma guarnição militar, na margem esquerda do rio da Prata, em frente a Buenos Aires (CAMPOS, 1989).

Paralela a essa entrada pelo litoral até o Prata, também se deu um avanço pelo planalto paulista, através de sesmarias de grandes extensões, que privilegiavam as áreas de campos naturais para a criação de gado, e que, com o incentivo da coroa portuguesa acabaram se expandindo para o sul, passando por pontos como “Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa, Curitibaanos, Lajes (sic), Vacaria, Cruz Alta e São Borja, já nos Pampas gaúchos” (MAMIGONIAN, 1997, p. 68).

De acordo com Espíndola (2012) e Vieira (1992) essa foi a terceira corrente de colonização em direção ao sul da colônia, e a mais significativa, pois a partir da criação de Sacramento e de Laguna é que os vicentistas começam a circular pelo litoral entre esses dois pontos e descobrem as cabeças de gado que foram abandonadas pelos jesuítas em uma frente de colonização anterior, que fora a segunda tentativa de colonização do sul. Para Espíndola (2012, p.2) ocorreram três importantes frentes de colonização em direção ao sul do Brasil, e mesmo com a investida de Martin Afonso no século XVI ao rio da Prata, apenas é considerada como sendo de fato a primeira corrente de colonização, a que “foi realizada por jesuítas espanhóis, que atravessaram o Rio Uruguai e estabeleceram, em 1626, a primeira redução jesuítica (São Nicolau)”. Ele também acrescenta que apesar da intensão dos padres jesuítas ser a catequese, eles também se ocuparam em desenvolver atividades econômicas, mesmo que rudimentares, através da pequena agricultura, da exploração da madeira e da criação de gado.

A segunda frente que teve a intenção de ocupar o Sul se deu em 1631 quando Raposo Tavares e outros bandeirantes invadem e destroem “as reduções do Guayra, forçando os padres a ocuparem a parte central do estado do Rio Grande do Sul e a fundarem novas missões” (VIEIRA, 1992, p. 120). Espíndola (2012, p. 2) acrescenta ainda que:

A população restante dessas reduções migrou para a outra banda do Uruguai, e o gado dispersou-se para o Sul do rio Camaquã, área que se tornou conhecida como Vacaria do Mar (base de origem do rebanho da Campanha Gaúcha). O constante sequestro desse gado por parte dos espanhóis vindos do Sul obrigou os padres a salvarem as cabeças restantes, reunindo-as em outra área (Vacaria dos Pinhais – zona de campos cercada de mata araucária).

Vacaria dos Pinhais que fora descoberta na terceira frente de colonização pelos vicentistas que circulavam entre Laguna e Sacramento, estes já faziam usufruto do gado deixado pelos jesuítas desde sua chegada a região, mas com esse avanço eles abrem novos caminhos pela Serra Geral “entre Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. Assenhorando-se das terras, esses ocupantes, juntamente com os paulistas, ao expulsarem os jesuítas e indígenas, criaram novas estâncias” (ESPÍNDOLA, 2012, p.2). Desse modo, nas regiões de planalto e campos do Brasil meridional a colonização foi mais intensa e acelerada que no litoral, sesmarias foram concedidas a tropeiros, estancieiros e posseiros, e por conta do gado e da criação dos latifúndios, essa região resultou em uma dinâmica econômica diferente do litoral. Haja vista, que já no final do século XVII essas áreas de campos forneciam bovinos e muares ao Rio de Janeiro, São Paulo, e posteriormente a Minas Gerais, numa “precoce integração ao mercado nacional” (MAMIGONIAN, 1991, p.69).

Neste período é notável a diferença entre o planalto, já mais desenvolvido economicamente e o litoral da região sul, como destaca Mamigonian:

Enquanto o povoamento dos campos meridionais estava garantido pela presença de grandes estâncias, existindo apenas o problema das missões jesuíticas nas pendências entre Portugal e Espanha, no litoral o povoamento continuava muito escasso no início do século XVII, comprometendo o reconhecimento do domínio português, como demonstrou o Tratado de Utrecht (1715). Evidenciava-se a necessidade de reforçar a presença portuguesa, sobretudo na ilha de Santa Catarina (MAMIGONIAN, 1997, p. 69).

Partindo dessa necessidade e /ou fragilidade na colonização territorial do Sul, a coroa lança, o que Mamigonian destaca como uma das maiores intervenções estatais portuguesas no sul da colônia, que fora o segundo povoamento do litoral de Santa Catarina (o primeiro foi o Vicentista) com a chegada de açorianos e madeirenses. Intervenção que ocorreu “tanto a nível geopolítico, [...], como a nível geoeconômico, já que o retorno comercial (armações de baleias, etc) e a coleta das rendas reais (contratos, impostos, etc) estavam calculados, a partir dos gastos militares e de povoamento preliminares” (MAMIGONIAN, 1997, p. 69).

Tanto os vicentistas, quanto os açorianos, por meio de suas atividades socioeconômicas influenciaram a formação sócio-espacial do litoral catarinense dando-lhe características particulares, em decorrência das condições naturais e da “evolução econômico-social interna, aliada aos interesses da metrópole portuguesa e à conjuntura mundial, cujas heranças impregnaram o território e as comunidades de grande parte da orla catarinense” (PEREIRA, 2003, p.107).

As condições naturais e humanas com que os colonizadores europeus se depararam em Santa Catarina acabou refletindo na distribuição espacial dos modos de

produção que se estabeleceram aqui (*idem*). As formações desse período foram subordinadas a políticas externas a elas, mas

Constituem estruturas específicas ditadas pelas particularidades do meio natural e humano das diferentes regiões do Novo Mundo. O processo histórico adquire, pois, uma especificidade, visto que as estruturas coloniais internas não se reduzem à mera projeção do capital mercantil. O modo de produzir dominante será definido segundo as relações de produção – cujo elemento decisivo é a propriedade dos meios de produção – e as forças produtivas que vão estabelecer as possibilidades de cada área (PEREIRA, 2003, p. 102).

Diferente do que ocorrera no Nordeste do país, em Santa Catarina a economia que se organiza, tanto no litoral quanto no planalto, acaba se voltando ao atendimento dos interesses do mercado colonial interno, ao invés de produzir mercadorias para atender as metrópoles europeias (PEREIRA, 2003).

Resumidamente, pode-se afirmar, que nessa primeira fase da colonização de Santa Catarina, que vai do século XVII ao XVIII, houve três principais frentes e/ou etapas de colonização (ESPÍNDOLA, 2012; MAMIGONIAN, 1997), bom ressaltar que mesmo os jesuítas não se fixando em Santa Catarina eles acabaram influenciando na colonização do planalto catarinense devido ao gado deixado por eles e capturado/comercializado pelos vicentistas e paulistas (tropeiros) que vieram posteriormente. A segunda fase da colonização do estado se deu com a chegada de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos a partir de 1828, sendo os alemães os primeiros a chegar e a fundar a colônia de São Pedro de Alcântara (PELUSO JR, 1991, p. 255).

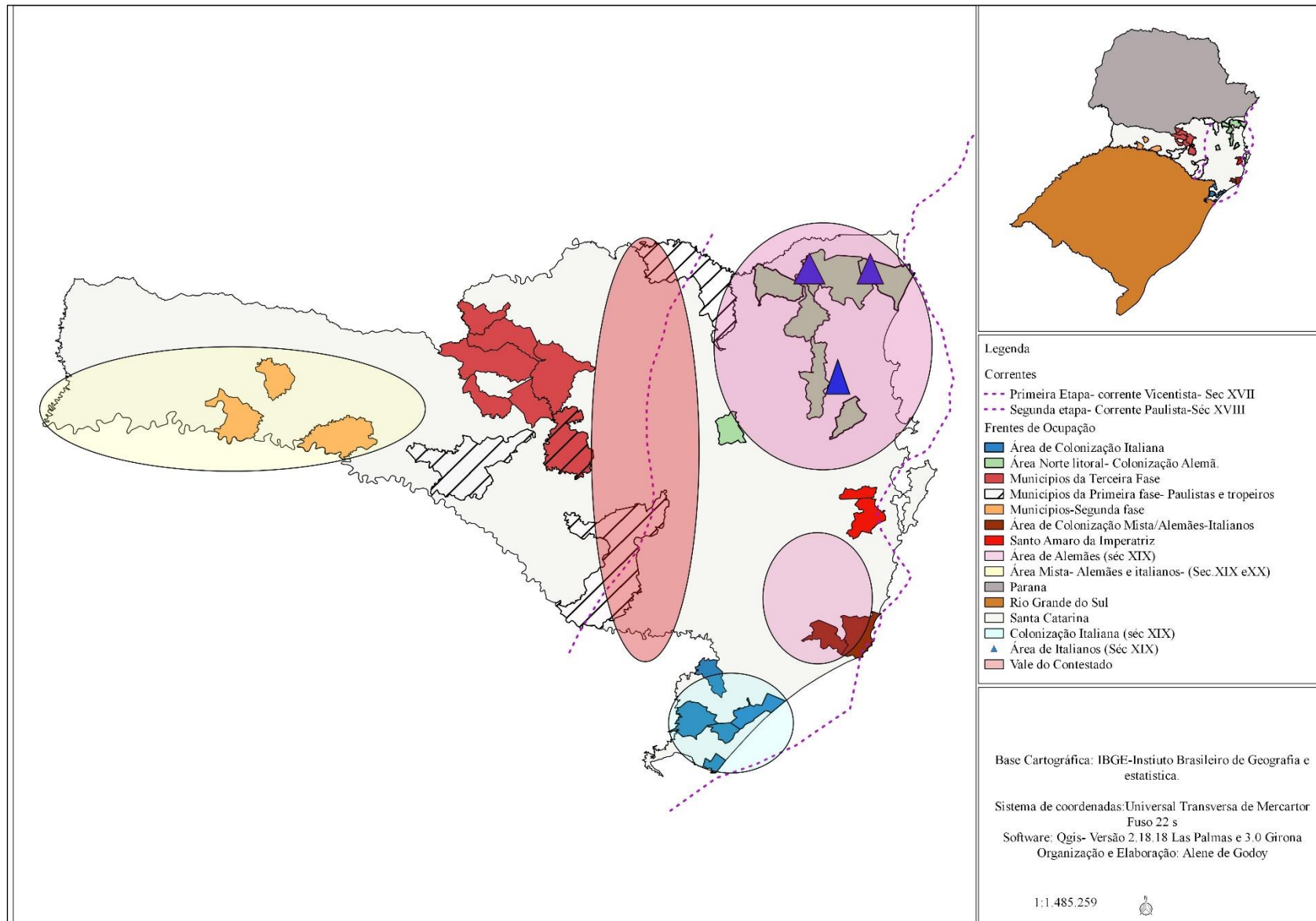
Sendo assim, como demonstrada na figura 03 (mapa das frentes de colonização de SC), a primeira fase da colonização é representada com a primeira frente de colonização que foi com os vicentistas (XVII), a segunda frente com os paulistas (XVIII) e a terceira e última frente dessa fase com os açorianos e madeirenses (XVIII). Já a segunda fase da colonização do estado está representada pelas frentes de colonização dos alemães e italianos já no século XIX.

No começo do século XX (pós-guerra do Contestado) a colonização se efetiva definitivamente em Santa Catarina, através da chegada de imigrantes via empresas colonizadoras como a “Southern Brazil Lumber & Colonization Company⁸, a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia (Caxias do Sul) e capitais comerciais do Rio Grande, dentre outras que intensificaram o comércio de terras no Oeste catarinense”, dividindo-o “em lotes de 200 a 300m de largura por 1 km de profundidade, que seriam

⁸ Multinacional norte-americana responsável pela guerra do Contestado, como veremos no subitem 2.2 deste capítulo.

vendidos a descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, São Leopoldo, Novo Hamburgo, entre outros)” (ESPÍNDOLA, 2002, p. 26).

Figura 03 – Mapa das frentes de colonização de Santa Catarina



Fonte: Autora 2018.

Em síntese sobre essa etapa da colonização de Santa Catarina, Espíndola (2002) aponta que se verificou:

que a segunda etapa do processo de ocupação foi decisiva para a criação de uma nova estrutura econômica e social, a formação de uma pequena produção mercantil, que - ao lembrar o povoamento do nordeste dos EUA, no século XVII - foi um fator fundamental para a constituição de atividades variadas (pequenos comerciantes, pequenas oficinas, artesanatos, manufaturas, etc.) em contraste com as atividades desenvolvidas na área criatória dos campos e planaltos, e próximas das atividades desenvolvidas pela pequena produção açoriana-madeirense das áreas litorâneas (2002, p.29).

Essa segunda etapa da colonização do sul do país também ocorreu por estratégia do Estado, o objetivo era colonizar áreas de matas do sul do Brasil, além de proteger as terras e expulsar os indígenas que comumente saqueavam as tropas que cortavam o interior, daí a escolha pelos imigrantes da Europa Central, que além de agricultores também poderiam servir como soldados, já que muitos eram “soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e camponeses pobres oprimidos que estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo” (WAIBEL, 1958, p. 212).

Desse modo, a partir de 1820, formaram-se novas colônias alemãs no sul do país, uma em São Leopoldo/RS (1824), outra nas margens do Rio Negro/SC (1829) e em São Pedro de Alcântara/SC (1829), todas próximas aos caminhos dos tropeiros, nos locais de saída e entrada deles na mata (WAIBEL, 1958, p. 212 - 213).

Sobre essa segunda etapa da colonização, Peluso Jr.(1991) destaca que após esses primeiros grupos, novas levadas de imigrantes alemães foram chegando ao longo do século XIX, fundando ou aumentando colônias já existentes, em uma terceira fase da colonização do território catarinense, mas além desses:

Outros grupos tomaram parte dessa fase da colonização: sardos em 1836, belgas em 1845 e, mais tarde, italianos. Outras nacionalidades forneceram ponderáveis contingentes à nova população que se somavam à já existente: polacos, russos, franceses, dinamarqueses, ingleses, norte-americanos, etc. (...) A fase seguinte consistiu na expansão desses núcleos(...) mas o aumento da população catarinense, nesta fase, decorreu da abertura das terras do rio do Peixe e do antigo município de Chapecó à colonização (PELUSO JR., 1991, p. 255).

Essa abertura das terras do vale do rio do Peixe e da região de Chapecó a qual o Peluso Jr. se refere, foi resultado da Guerra do Contestado e das ações do Estado e da empresa colonizadora Lumber (entre outras), que após o conflito teria loteado a região atraindo essa nova leva de colonos vindos de outras áreas de Santa Catarina, mas especialmente de antigas áreas de colônias alemãs e italianas do Rio Grande do

Sul. Desse modo, com a terceira fase (ver mapa na figura 03) já no início do século XX, a colonização do território catarinense se completa com a comercialização dessas terras do oeste do planalto e pela colonização dos europeus e seus descendentes que possuíam uma imensa capacidade de se expandir pelo território. Vindos do Rio Grande do Sul com certo excedente populacional e com dificuldade em subdividir suas pequenas propriedades e torná-las produtivas para todos os seus descendentes, esses sujeitos continuaram migrando e criando assim novas correntes migratórias para outras áreas do Sul e do país, e foram avançando por mais de um século, dando origem a outros núcleos povoadores (BERNARDES, 1969).

Mesmo com povos de mesma origem, o estado apresentou diferenças em toda a sua formação sócio-espacial, especialmente em suas duas macrorregiões, que nessa pesquisa diferenciamos por “Serra abaixo” a porção litorânea e “Serra acima” o planalto.

3.1. Colonização da Serra abaixo

Quando tratamos ou tentamos apreender os processos que resultaram na formação sócio-espacial catarinense contemporânea, precisamos nos remeter ao seu passado pré-colonial, haja vista que muitas das atividades socioeconômicas realizadas no estado têm relação com esse passado. Com alguns desses grupos que são praticamente invisibilizados na história oficial e na atualidade, seja pela mídia ou pelos governos estaduais que ignoram essa população e sua contribuição.

O litoral de Santa Catarina já era ocupado há muitas gerações antes da chegada do homem branco, uma das áreas inerentes a esta pesquisa é representada pelos municípios da AMFRI, mais especificamente ao município de Penha, cuja ocupação remonta ao período pré-colonial. Existem vestígios arqueológicos como os sambaquis⁹ que comprovam a presença, no passado, de grupos coletores, caçadores e seminômades. Vários grupos humanos passaram, em diferentes momentos, a viver no território que contemporaneamente condiz ao estado catarinense (BOER, 1992; BRIGHENTI, 2013).

De acordo com Schmitz (2013) o início da ocupação humana em Santa Catarina teria ocorrido há mais de 8.000 anos, era composta por povos caçadores que

⁹ Depósitos antigos de materiais encontrados no litoral, popularmente identificados como “monte de conchas”, que testemunham a ocupação por nativos (indígenas). Também podem ser encontrados no local fragmentos de artefatos como lâminas de machados, esculturas em rochas, pontas de flechas e anzóis de osso (MASJ, 1999).

circulavam pela região do planalto e pelas matas a oeste do “Alto Uruguai”, a segunda etapa dessa ocupação, mais recente, teria acontecido a partir de 1.000 A.C, e era composta por grupos de pescadores e coletores que permaneciam próximos a estuários, mangues e baías do litoral. Essas duas populações não teriam deixado descendentes diretos nessas regiões, que mais tarde seriam novamente ocupadas por dois outros povoamentos, que são:

O primeiro, de uma população que os linguistas consideram um desdobramento do núcleo Jê dos cerrados do Brasil Central, que teria começado seu deslocamento para o Sul ao redor de 3.000 anos atrás. Os arqueólogos captam sua presença a partir do primeiro milênio de nossa era, tanto no Planalto das Araucárias como na planície costeira do Atlântico. Estes são considerados os antepassados dos índios Kaingang e Xokleng, que hoje vivem de São Paulo ao Rio Grande do Sul. O segundo desses povoamentos mais recentes é de uma população de origem amazônica, identificada como Guarani que, no segundo milênio de nossa era, colonizou as várzeas do rio Uruguai e a planície costeira expulsando os ocupantes anteriores (SCHMITZ, 2013, p. 6).

Essas populações puderam ser registradas por causa dos vestígios que deixaram pelos locais por onde passaram, como os restos de alimentos e alguns desses artefatos encontrados nos sambaquis, que demonstram que esses grupos dispunham de técnicas e de um vasto conhecimento dos ambientes litorâneos, o que lhes permitiu, em alguns casos, o sedentarismo.

Aproximadamente 3.500 anos depois (800 anos d.C.) teriam chegado a região outros grupos, pertencentes a Tradição Itararé que, diferentemente dos primeiros, não se utilizavam de tantas conchas como nos sambaquis, mas eram muito parecidos nos hábitos alimentares. Estes também possuíam um diferencial em técnicas que os permitia produzir artefatos de barro cozido. Suas origens são desconhecidas, mas pelas semelhanças das cerâmicas, seriam ancestrais dos índios Xokleng, que viviam entre a Serra do Mar e o Planalto Catarinense.

Em 1.400 d.C., chegaram ao litoral outras populações identificadas como sendo da Tradição Tupi-guarani, que teriam migrado da Amazônia em torno de 2000 anos atrás. Essas populações já praticavam a agricultura com plantas atualmente conhecidas, como o milho, o aipim (mandioca, macaxeira) e o algodão. Também eram pescadores e produziam cerâmicas como os Itararés. Esses grupos eram os ancestrais dos índios Guarani ou Carijó que foram encontrados na região pelos colonizadores europeus a partir do século XVI, e que ainda estão presentes em Santa Catarina, seja em reservas ou não (MASJ, 1999). Resumidamente Goularti Filho explica que em Santa Catarina houve três principais etnias no período da colonização:

Os carijós, que faziam parte do tronco Tupi-guarani, e os Xokleng e Kaingang, que pertenciam ao grupo Jê. A população Carijó que ocupava o litoral era sedentária e praticava a agricultura e a pesca. Os Xokleng eram nômades, transitavam entre o litoral e o planalto e viviam da pesca e da caça. Já os Kaingang, que habitavam o planalto, eram seminômades, alimentavam-se do pinhão, praticavam uma agricultura rudimentar, caçavam e coletavam mel e frutos (GOULARTI FILHO, 2002, p. 71).

Esses grupos deixaram muitas heranças na região, como a pesca, o plantio da mandioca e a produção do beiju (massa feita com a fécula da mandioca) e da farinha de mandioca. Outros traços herdados são também percebidos na própria cultura da pesca, como nas canoas de um tronco só e nas redes feitas da fibra de tucum (planta encontrada nos mangues, cuja fibra era tecida e feita a rede de pesca). Os açorianos também utilizaram desta fibra em suas pescarias, antes de passarem a utilizar o fio de nylon (GROSS-MACHADO, 2013).

Para autores, tais como Peluso Jr., 1991; Silva, 1992; Brandt, 2008, os primeiros contatos dessas populações com os europeus foram ocorrendo logo depois da chegada destes ao continente, o acesso se dava pelo litoral e inclusive alguns foram realizados por conta de naufrágios, em que os indígenas teriam resgatado e acolhido os sobreviventes. Como no caso do Aleixo Garcia, que junto de outros sobreviventes teria sido resgatado pela população que ocupava a Ilha de Santa Catarina, e nesse contato com os nativos é que ele descobriu a ligação do litoral catarinense via Caminho do Peabiru ao Peru, chegando a região que hoje pertence ao Paraguai em 1524.

Aleixo seria um sobrevivente da viagem comandada pelo espanhol Juan Dias Solis cuja missão dada pela coroa espanhola, era “descobrir uma passagem para o Pacífico que permitisse a Espanha dominar uma nova rota para as Índias”, porem depois de um confronto com índios próximo ao rio da Prata, no Uruguai, e do naufrágio do navio que ocupavam, Aleixo e outros sobreviventes ficaram na ilha de Santa Catarina (SANTOS, 2003, p.432). Esse autor também esclarece que os indígenas do litoral sul do país eram amigáveis, daí o fato de muitos viajantes europeus aportarem nas águas desta região. Amigáveis ou inicialmente ingênuos sobre as verdadeiras intenções dos homens brancos que aqui chegavam.

Estima-se que no período da chegada dos portugueses ao Brasil havia uma população de 4 a 6 milhões de indígenas distribuídos ao longo do território. O processo de exploração e massacre a esta população também se iniciou com a chegada dos europeus ao continente, como relata Santos (2003):

A catequese foi logo iniciada. Integrantes da Ordem dos Jesuítas, criada por Santo Inácio de Loyola (1534), se dedicaram a conversão do gentio. Mas o índio foi logo usado como escravo nos empreendimentos econômicos que começaram a surgir. Pouco adiantou o Papa Paulo III, em 1537, ter reconhecido que os índios eram homens e que deveriam ser convertidos e respeitados (SANTOS, 2003, p.433).

Além de escravizados, mortos em conflitos a “disseminação de doenças, como a gripe, a varíola, o sarampo, a tuberculose, tornou-se comum. Entre Cananéia e Laguna, os carijós desapareceram no primeiro século da invasão europeia” (SANTOS, 2003, p. 433). A partir desses primeiros contatos com os forasteiros, os povos tradicionais de Santa Catarina, neste caso os indígenas ou povos originários, começaram a ser sistematicamente desterritorializados, conforme as áreas iam sendo ocupadas pelos estrangeiros, os indígenas foram sendo mortos, cassados ou coagidos a se esconder, a limitar suas áreas de circulação, de alimentação, seus territórios. Com a intensificação da colonização no estado e:

com a instalação das colônias Blumenau (1850) e Joinville (1851), a cada dia mais terras eram tomadas dos xokleng. A partir de 1870, começaram a chegar italianos. Diversas colônias foram abertas também no sul do estado, como Urussanga e Nova Veneza. A floresta dava lugar às cidades, às estradas, às propriedades de colonos, com seus pastos e roças. Não poucos foram os empreendimentos madeireiros. Os estoques de caça e outros recursos alimentícios que a floresta proporcionava, como o palmito e o pinhão, foram logo disputados pelos recém-chegados (SANTOS, 2003, p. 441).

Os colonos recém-chegados também não sabiam ao certo o que lhes aguardava nas novas terras, e a disputa para reproduzir as condições materiais de vida, para ambos os grupos, gerou uma série de conflitos em vários locais da região, e a “violência se exacerbava” (Id. 2003), índios atacavam os colonos, esses revidavam e vice-versa. Os indígenas perdiam suas terras a força e muitos dos colonos tornavam-se assassinos. Além das terras, tiveram parte de seu contingente aniquilado, sofreram processos de destribalização, e boa parte dos sobreviventes ainda foram aldeados em reservas. Santos (1970) acrescenta que:

Essas populações reagiram à presença do branco. Mas a reação, diferenciada em cada momento e lugar, não chegou a diminuir ou adiar a intensidade da expansão das frentes pioneiras. (...) Os muitos ataques que os Xokleng efetivaram contra os colonos brancos somente se realizaram quando o grupo já não tinha para onde recuar e os bugreiros não lhes davam outra alternativa (SANTOS, 1970, p. 18).

Os Xokleng reagiram de modo diferente dos Kaingang, tiveram mais resistência, já o Kaingang do planalto catarinense, segundo Santos (1970) foram mais

brandos, não reagiram com violência física, e acabaram sendo envolvidos pela frente pastoril que os alcançou, “pulverizou os elos de solidariedade que aglutinavam os vários grupos tribais e a seguir rebentou com a organização social tradicional, forçando a destribalização e a miscigenação” (Id., 1970, p. 18). Lago (2000) acrescenta que provavelmente os carijó da planície litorânea já eram sedentários, pois diferente dos Kaingang, estes tinham uma gama maior de plantas domesticadas, ele sugere que devido as melhores condições do solo que no planalto, eles já se dedicassem a agricultura muito antes da chegada do europeu, haja vista que a mandioca (ou Aipim como é popularmente conhecida no estado) era uma das bases alimentares desse povo, que também passou a ser amplamente utilizada pelos colonizadores.

Seja na forma de farinha, de biju ou do amido, essa raiz é muito utilizada no estado, principalmente no litoral. Além da difusão de plantas por eles cultivadas como o milho e a mandioca, muitas frutas também teriam sido cultivadas ao longo de seus trajetos e de suas áreas de acampamentos, mesmo antes da sedentarização. Os europeus herdaram os frutos da “jardinagem tropical”, pois “as árvores frutíferas que os ocidentais encontravam dispersas nas planícies e encostas litorâneas não seriam apenas um legado natural da biodiversidade, mas demonstração de interferência cultural” (LAGO, 2000, p. 159). Além disso, entre outros elementos culturais, também houve apropriação das técnicas e apetrechos de pesca, como o exemplo da “canoa de um troco só” utilizada até hoje por pescadores artesanais da região (GROSS-MACHADO, 2013).

Portanto, pode-se dizer que o estado catarinense teve suas raízes regadas com muito sangue de seus povos originários, primeiro o sangue do indígena que fora massacrado na origem de sua formação sócio-espacial, posteriormente o sangue dos caboclos na definição de suas fronteiras, de seu território legal. Além dos genocídios ainda ficou como legado desses processos a invisibilidade desses povos, de suas histórias e de suas contribuições para a construção desse estado e da nação, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade e academia, que apesar do conhecimento, muitos pesquisadores desconsideraram essas populações originárias em suas análises históricas.

Santos (1970, p.20) coloca que a “limpeza da terra” em Santa Catarina se deve aos vicentistas, eles fizeram esse processo de prender e retirar os indígenas de seus territórios e torna-los escravos, mão de obra para “a frente agrícola que se instalara no Nordeste do país, explorando a economia canavieira”. Assim eles serviram para o trabalho em outras regiões e “liberaram” as terras que ocuparam milenarmente, bem como, suas produções rurais, suas técnicas mesmo que rudimentares de manejo e

produção, de farinha de mandioca, por exemplo, serviram de base para os colonos implementarem/adaptarem às suas. Santos (1970) também coloca que no século XVII quando se efetiva a colonização da ilha de Santa Catarina por Dias Velho, quase já não existiam mais indígenas no litoral, tamanho o impacto das ações dos bandeirantes na região.

Com a terra esvaziada de sua população original, no litoral de Santa Catarina foi mais fácil a ocupação dos colonos e a divisão das terras em pequenas propriedades, diferente do planalto com seus latifúndios, aqui a intenção do Estado era produzir alimentos e ocupar a região, além de outras questões já levantadas. Com essa base da economia voltada para a pequena agricultura, a manufatura da baleia e a pesca, é que introduz o estado na economia nacional. E o papel dos açorianos nesse início foi fundamental, como expõe Goularti Filho (2002, p. 98):

Inicialmente, a produção de alimentos em Santa Catarina estava ligada às atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, como o cultivo da cana de açúcar para a fabricação de aguardente e melado, da mandioca para a fabricação de farinha e polvilho, do arroz, do café e as atividades pesqueiras.

Esse autor também destaca que após a vinda dos italianos em uma segunda leva de imigrantes, já no século XIX, o estado começa a diversificar os alimentos produzidos e vendidos para outras áreas do país como o Rio de Janeiro. Esses outros imigrantes introduziram produtos de origem animal derivados de suínos, como a banha, salames e demais embutidos, bem como os de leite, queijos e manteiga.

Resumidamente, já que os povos originais, devido ao modo como foram tratados, pela coroa e demais, não foram considerados como um povo a contribuir com o novo estado, e sim foram excluídos desse processo, inclusive da história oficial destas formações regionais, onde se considera que a primeira etapa da “ocupação”, leia-se, colonização, do estado teve início com a chegada dos jesuítas, em segundo com o deslocamento de bandeirantes e a preação dos indígenas, depois com o movimento dos vicentistas ao longo de todo o litoral e finalmente com a chegada dos açorianos e madeirenses no litoral. Por isso é que para alguns autores que trabalham exclusivamente com o viés histórico econômico (marxista ou não) da formação sócio-espacial do Estado, os povos nativos e tradicionais, em grande parte são desconsiderados nesse processo, com exceção aos açorianos em sua fase inicial, no auge das armações baleeiras, antes dessa atividade entrar em decadência.

3.1.1. Açorianos e madeirenses para a colonização litorânea

No litoral, a vinda dos açorianos e madeirenses, se deu ao longo do século XVIII, após a instalação da Capitania de Santa Catarina¹⁰, foram trazidos pela Coroa, com o intuito de ocupar o território e protegê-lo dos espanhóis, como relata Santos (1970):

Instalada a capitania de Sta. Catarina, seu governo tratou de garantir os interesses que a Coroa tinha sobre essa área estratégica, para estender seus domínios até o rio da Prata. Assim, efetivou planos para povoar o litoral com “casais açorianos” e passou a construir vários fortes nas entradas de baías e portos abrigados. (...) Os açorianos foram localizados entre S. Miguel e Laguna, e alguns poucos levados para Rio Grande. (...) Devido aos objetivos militares da migração, não houve interesse de se penetrar nos vales litorâneos e assim travar relações com os Xokleng que ali habitavam (SANTOS, 1970, p. 21).

Além desse caráter estratégico, também cabe ressaltar o viés econômico, já que essa população fora trazida para suprir a região com alimentos, através da agricultura e especialmente, estabelecer em alguns pontos do litoral, armações baleeiras¹¹, que consistiam na pesca da baleia e na elaboração do seu óleo que era mandado para a corte no Rio de Janeiro (SILVA, 1992).

Diferente dos outros portugueses que vieram para a colônia no século XVIII por conta do ouro nas Minas Gerais, os açorianos que começaram a vir depois de janeiro de 1748 foram levados para o sul e a região amazônica com o intuito de ocuparem espaços nos extremos do país, diferente de outras emigrações esta teve características especiais, pois:

Em vez de para o centro da Colônia dirige-se para as suas duas extremidades, despovoadas e sem valor econômico; ao contrário da grande propriedade rural, é organizada para o pequeno proprietário agrícola, e, por fim, é integralmente financiada pelo Estado (CARUSO; CARUSO, 1996, p.70).

Se “despovoadas” isso se deve a já realizada limpeza da terra e expulsão dos povos originários de tais regiões. Desse modo, os primeiros açorianos (em torno de seis mil) a chegarem à Colônia, instalaram-se na ilha de Santa Catarina e na vila do Desterro no início de 1748, vieram em busca de oportunidades e atraídos pelos editais lançados pela coroa e pelo “Conselho Ultramarino de Lisboa” com propagandas sobre o Brasil.

¹⁰ Em 1738 foi criada a Capitania de Santa Catarina e Silva Paes, emérito engenheiro militar, nomeado governador da Ilha de Santa Catarina (1739-1749), tendo sido o responsável pela fortificação da Ilha (LUZ, 2000).

¹¹ “As armações destinadas ao processamento de baleias, visando a obtenção de óleo (iluminação, lubrificante e impermeabilizante) e espermacete, foram implantadas desde 1772 (...) chegando a caçar 500/ano” (LAGO, 2000, P. 173).

Tais editais diziam que para aqueles que quisessem mudar para o Brasil seria lhes facilitado o transporte, via Fazenda Real, como também “destinados 2\$400 réis às mulheres de mais de 12 e menos de 25 anos de idade; 1\$000 réis para cada filho dos casais; farinha para o sustento durante um ano; um quarto de légua para estabelecer seu sítio e morada, além de diversos instrumentais” (SILVA, 1992, p. 39). Desse modo, a partir de 1747 foram criados vários povoados na região, concretizando-se assim o projeto político de colonização do litoral catarinense, com caráter político-militar associado ao socioeconômico, sendo assim,

Uma pequena produção mercantil assegurou a posse efetiva da terra, colocando-se como possibilidade para compor parte da força de trabalho no interior da manufatura baleeira. Esta, por sua vez, valia-se do modo de produção escravista e tinha por finalidade alimentar o Estado e os capitais mercantis portugueses. Assegurada a posse, a militarização e a produção, estava também garantido o acesso ao Prata (SILVA, 1992, p. 39).

Esses imigrantes foram então se espalhando ao longo da costa catarinense e implantando sua pequena agricultura para abastecer suas famílias, a Capitania, a pesca de baleias, e além da produção de artefatos e ferramentas, eles também mecanizaram a produção de farinha de mandioca, de beiju, fizeram engenhos para a produção de açúcar, etc.

A fundação das armações teve início em meados de 1742, com a fundação da Armação de Nossa Senhora da Piedade (ou Armação Grande), quando então os financiadores das manufaturas da baleia passam a recrutar homens para o trabalho, além do uso da mão de obra escrava (SILVA, 1992). De acordo com Ellis (1958, p. 161) os homens livres, os colonos açorianos e madeirenses, que fora da temporada¹² de caça as baleias eram lavradores, trabalhavam na agricultura e/ou na pesca artesanal de outras espécies. Quando esses homens ficavam com as atividades voltadas a pesca/caça da baleia, eles dividiam-se (inclusive salarialmente) por função e recebiam por baleia capturada, os arpoadores com salários maiores (na época 3\$000 réis), depois os patrões das lanchas (1\$000 réis), então as lanchas de socorro (\$800 réis) e os remadores com salários mais baixos, os escravos ficavam com o trabalho em terra, especialmente com a extração do óleo.

Silva (1992) aponta que por volta de 1772 as armações baleeiras já instaladas (duas) apresentavam um dinamismo econômico e geravam lucros para a coroa, porém a crise econômica se aprofundava em Portugal e os conflitos com a Espanha se

¹² A temporada de caça às baleias ia de junho a setembro, quando os cetáceos vinham para a costa brasileira a procura de águas calmas e mornas para se reproduzirem e terem seus filhotes (ELLIS, 1958).

acirraram, tanto é que em 1777, uma frota com 116 embarcações invade a ilha de Santa Catarina tomando a posse das manufaturas baleeiras. Importante destacar, que deste episódio, após grande prejuízo na produção, os capitais de Lisboa decidem criar uma nova armação fora da ilha, e fundam a Armação do Itapocorói (1778) no lugar que hoje é conhecido como Praia da Armação, pertencente ao município de Penha, na região correspondente a AMFRI, nossa área de estudo na Serra Abaixo.

Após a criação da Armação de Itapocorói foram criadas mais três armações na costa, em 1795 a Armação de Garopaba, em 1796 a Armação de Imbituba e a Armação da Ilha da Graça (1807) em São Francisco do Sul, totalizando seis armações no estado. Houve ainda uma tentativa frustrada por um naufrágio (onde teria afundado os equipamentos), no município de Barra Velha, mas que apesar da não fundação de uma armação, os pescadores açorianos do local chegaram a pescar algumas baleias e beneficiá-las de maneira improvisada em engenhos de farinha (derretimento da gordura para extração do óleo) (GROSS-MACHADO, 2013).

Sobre esse período da instalação das armações, Mamigoniam (1997) acrescenta que após a fortificação da Ilha de Santa Catarina, os portugueses passaram a investir na manufatura baleeira, no idos de 1742 foi criada então a primeira delas, a Armação da Piedade, há poucos quilômetros da maior fortaleza da Ilha, a fortaleza de Anhatomirim. Ele também destaca que esta armação era inicialmente de propriedade do comerciante português Gomes Moreira, membro do Conselho Ultramarino e seus sócios (1742-53), mais tarde fora concedida a outros grandes comerciantes portugueses, como Perez de Souza, Quintella, sucessivamente.

As armações é que delinearão a formação sócio-espacial do litoral catarinense no final do século XVIII, nesse mesmo período Portugal encerra seus monopólios e abre possibilidades de negócios com os capitais mercantis de sua metrópole, porém no caso das armações a “ausência de interessados fez com que a Coroa passasse a administrar diretamente os estabelecimentos” (...) tratava-se da estatização de um setor em crise” (SILVA, 1992, p. 50), esta autora também destaca que em todo o período que a coroa administrou as armações, somente uma obra de investimento foi realizada, na Ilha da Graça na barra norte de São Francisco, em 1807, fato esse que também contribuiu ao declínio e fim dessa atividade.

Desse modo, com o tempo, pela falta de renovação nas estruturas das armações, pela ampla concorrência com produtores norte-americanos e ingleses que detinham meios mais modernos para a captura e produção, pelo fato das frotas de outros países também pescarem no litoral sul brasileiro, e pela queda nos estoques pesqueiros, essa atividade entrou em decadência. Dados apontados por Silva (1992, p.

52) demonstram queda significativa ao longo dos anos na quantidade de animais capturados, por exemplo, na Armação da Piedade que apresentou uma média anual de 500 animais capturados no período de 1748-1750, sessenta e sete anos depois esse número caiu para 12 animais capturados no período de 1817-19 nesta armação. No montante de todas as armações no mesmo período (1817-1819) a produção anual caiu para 73 animais capturados. O que acabou inviabilizando de vez a atividade. Apesar disso é preciso salientar que a produção agrícola dessa população, que também era o que os mantinha economicamente, logo decaiu, haja vista que:

A manufatura escravista das armações articulava-se à pequena produção agrícola familiar cujos excedentes eram comercializados, alçando o litoral catarinense a uma posição de destaque no contexto do Brasil-colonial como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios. (...) contudo, embora precoce, a pequena produção mercantil açoriana não desembocou em relações capitalistas de produção. Apesar da diferenciação social existente no interior dos processos produtivos (sobretudo na pesca), registrou-se a partir do final do século XVIII um empobrecimento dessa área que se aprofundou no decorrer do século XIX. (PEREIRA, 2003, p.105).

Segundo Pereira (2003) esse “atraso” se deve ao fato de eles não terem ultrapassado as relações pré-capitalistas, o que só ocorrera na região de fato, com a chegada dos outros imigrantes europeus, que promoveram a industrialização e a diversificação de produtos ligados à agricultura.

Outro período que teve impacto sobre essa população tradicional, agora com os descendentes de açorianos e pescadores artesanais, foi a criação da indústria da pesca e da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca)¹³ pelos militares, houve uma divisão no trabalho, alguns permaneceram na pesca tradicional e o fazem até hoje, e outros foram cooptados pela indústria. Quando viram proletários dessa indústria, o modo de vida e o saber fazer da pesca artesanal tende a se perder ao longo dessas gerações, como visto em entrevistas realizadas em 2012 na região da AMFRI, especificamente na região de influência de Itajaí (GROSS-MACHADO, 2013). Porém, também percebemos um movimento contrário, homens que saíram para a pesca industrial e outras indústrias da região, principalmente para a indústria de eletrodomésticos de Joinville, e que retornaram a pesca artesanal, não se adaptaram

¹³ De acordo com Silva (1992) a SUDEPE articulava-se ao Estado repressivo em nome do desenvolvimento da indústria, reprimindo e coagindo pescadores artesanais a saírem da pesca artesanal e/ou se vincularem a pesca industrial. Utilizando-se do argumento de fiscalizar o setor e manter os estoques de pescados em equilíbrio, muita violência fora empregada naquele período contra os pescadores que resistiam na atividade fazendo com que muitos desistissem. Silva (1992) também declara que a tendência à extinção da atividade era clara no período de seus estudos e que muito se justificava pelas ações do governo militar, muitos filhos de pescadores desistiram de seguir a profissão dos pais quebrando assim o ciclo que alimentaria a atividade, do mesmo modo que o conhecimento, o saber fazer da pesca também se perderia levando-a de fato a extinção.

ao trabalho mecanizado e formalizado pelas empresas. Preferem ainda a certa autonomia que a pesca artesanal lhes proporciona, além da menor exploração do seu trabalho pelo capital industrial.

Talvez aí esteja o ponto que ainda mantém os sujeitos na pesca artesanal, os que possuem os meios de produção, ou seja, os barcos e materiais próprios ainda não se sujeitam a certas condições do mercado, e mesmo alguns que trabalham como tripulantes e meeiros em barcos de outras pessoas, ainda preferem a pesca artesanal¹⁴ pela remuneração maior e a possibilidade de estarem mais próximos das famílias. É claro também, que devido a substituição da força de trabalho humana pelas máquinas que facilitam o processo, todo um exército de mão de obra é criado, e esses sujeitos podem estar presentes na pesca artesanal por falta de opções, isso não pode ser descartado, porém em nossas entrevistas isso não foi relatado. Quanto a alienação do trabalho na pesca, Silva (1992) coloca alguns elementos que apontam a criação desse excedente na mão de obra com a substituição do homem pela máquina:

Estas evidências são observadas com a introdução, por exemplo, da power block, instrumento utilizado no processo de cercamento do pescado, cujo trabalho, anteriormente, era realizado por 22 homens. (...) a introdução da máquina motivou a substituição de 6 a 8 homens em cada embarcação. (...) Portanto, a introdução dessas máquinas modificou significativamente a relação que se formalizava entre os trabalhadores do mar e sua natureza inorgânica (SILVA, 1992, p. 171).

Do mesmo modo Marx (2011) observou que a atividade, (que no nosso caso, é a pesca) passa a estar mais relacionada a máquina do que ao sujeito, este de dominador do processo passa a mero observador, um operário que observa e preserva a máquina de avarias. Essas mudanças na divisão do trabalho, movidas pelos avanços do capitalismo, cada vez mais, transforma o que os pescadores chamam de “arte da pesca” em operações mecanizadas. Essa é a tendência, porém se existem resistências, essas nos interessam mais.

Contemporaneamente, com a permanência de um bom contingente na pesca artesanal, como no caso do município de Penha e da colônia de pescadores artesanais da Armação do Itapocorói, novas demandas surgem, bem como novos conflitos, como os experienciados entre os barcos da pesca artesanal e os da pesca industrial na disputa pelo território pesqueiro (GROSS-MACHADO; GOMES; 2014).

Essa população tradicional que teve seu auge com sua produção mercantil voltada primeiro a pesca da baleia e a pequena agricultura, posteriormente com a queda

¹⁴ Isto nos foi relatado em entrevistas realizadas na Colônia de pescadores da praia de Armação, em Penha/SC, em julho de 2017.

da manufatura baleeira se readaptaram a pesca artesanal de outras espécies e se mantiveram na atividade pesqueira tradicionalmente desenvolvida por eles, mais tarde com a indústria da pesca e o incentivo do Estado (pós 1964) veem uma nova queda em sua atividade e conseqüentemente em seus territórios tradicionais. Somando-se também ao início das atividades turísticas e imobiliárias em todo o litoral catarinense a partir da década de 1960 e a constante perda de seus territórios em terra para esses mercados, é notório apreender que essas populações vêm resistindo, e quais as formas e causas desses movimentos, de certa forma, contraditórios ao capital regional.

Os processos de marginalização e desterritorialização percebidos no litoral são semelhantes aos ocorridos na serra acima, no planalto catarinense com seu povo caboclo, que também teve que se readaptar, ou reterritorializar, aos movimentos promovidos pelo avanço do capital em suas terras, seja pelo Estado ou por capitais financeiros nacionais e internacionais. E assim como os pescadores vem resistindo há décadas mesmo com tanto desgaste, Guerra e desigualdades sociais e espaciais.

3.2. Colonização da Serra acima

O planalto catarinense fora ocupado efetivamente após o litoral, apesar de já ter sido incursionado eventualmente por alguns grupos, especialmente pelos bandeirantes à caça de indígenas e gado. Como apresenta Ehlke (1973, p. 33):

Enquanto o litoral já havia recebido apreciável concurso povoador, o planalto catarinense antigo “Sertão de Curitiba”, até 1766 – ano da fundação de Lages -, haveria de permanecer oficialmente despovoado, muito embora penetrações já ali viessem sucedendo há mais de um século.

“Oficialmente despovoado” considerando a visão e o discurso da coroa naquele período, pois, muitas etnias já habitavam esse território, especialmente os Kaingang que possuíam maior número, mas também os “Botocudos, Gualacho, Guañana, Guanaó e Iratin” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 105). A colonização pela coroa portuguesa tem seu início efetivo com a abertura de novos caminhos para as tropas que tinham o intuito de vasculhar a região em busca de gado vacum, muares e cavalos que andavam soltos pelas áreas de campos, com a função de abastecer os mercados das Minas Gerais. Desse modo, “a coroa portuguesa investiu na abertura de longos caminhos que partiam do centro da colônia em direção ao Prata” (Id., 2002, p.105).

Os indígenas que resistiram à captura pelos bandeirantes acabaram servindo de mão de obra aos primeiros fazendeiros da região e aos tropeiros, e diferentemente

do ocorrido no litoral, desde o início de sua formação sócio-espacial foram associados os grandes latifúndios com a pecuária. Pelo fato de terem um contingente maior de indígenas nessa região, o processo de miscigenação e/ou branqueamento, também foi maior e mais contundente, dando início a outra formação étnica que é o povo caboclo. População que resultou dessa mistura entre o europeu, os negros africanos e as populações originais de diversas etnias.

Foram criados dois caminhos principais que cortavam a região do planalto catarinense e ligavam o Rio Grande do Sul à Sorocaba, onde os animais eram vendidos em uma feira. Um dos caminhos “saía de Vacaria e passava pelos atuais municípios de Lages, Curitiba e Porto União, e o outro que saía de Cruz Alta e passava pelos campos de Palmas (Chapecó e Palmas). Ambos se encontravam em Castro no Paraná, seguindo até Sorocaba” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 106). Com a abertura desses caminhos muitas outras vilas foram surgindo nos locais onde os tropeiros acampavam, e faziam suas trocas comerciais.

Para Fraga (2017, p. 110) o tropeirismo foi fundamental na estruturação social e econômica do planalto catarinense, pois através dele surgiram (inicialmente) as vilas de Campos Novos, São Joaquim, Curitiba e Lages, que se tornaram cidades fundamentais na formação sócio-espacial catarinense. Ainda sobre o papel exercido pelos tropeiros neste período, Fraga (2017, p. 110) também acrescenta que esse movimento pode ser percebido de:

diferentes maneiras: o abastecimento da região mineradora e outras, sem os quais a exploração das jazidas seria impossível; a ocupação da região interior do Brasil, contribuindo para consolidar o domínio português, ao mesmo tempo em que fundaram diversas vilas e cidades. O comércio de animais foi determinante para integrar efetivamente o sul ao restante do país.

Além também de promover a integração das regiões por onde passava e interligar locais mais afastados das já existentes cidades e vilas, e serem responsáveis e ou facilitadores de trocas culturais e de informações por onde passavam (Id., 2017).

Das vilas que foram sendo criadas ao longo desses caminhos de Santa Catarina, Lages foi a primeira a despontar, pois a presença dos campos naturais facilitou a criação de gado, surgindo ali algumas estâncias com essa finalidade, logo a vila adquiriu certa centralidade, em “1840 já possuía um número expressivo de fazendas de criação de gado” (HÜBENER; PIAZZA, 1997, p. 84). Nessas fazendas a mão de obra era de escravos nos serviços domésticos e basicamente as atividades pastoris eram realizadas por caboclos/agregados que tinham suas pequenas roças nos fundos de pastos dos fazendeiros. Sobre tais relações Silva observa que:

A estrutura social do Planalto Catarinense, em virtude da predominância da pecuária e conseqüentemente do latifúndio, compreendia até o início da República a presença de personagens tais como: o coronel - fazendeiro, lavradores, criadores ou meio fazendeiros, agregados, peões e o posseiro também chamado de intruso. A complexa relação de dominação-subordinação que envolvia, de um lado coronéis-fazendeiros e, de outro, os agregados, relação esta escamoteada pelo "compadrio", permitiu, pelo menos durante a Colônia e o Império, a manutenção de um certo equilíbrio social, ou melhor, impediu a explicitação dos conflitos sociais existentes (SILVA, 1983, p.03).

Esse "equilíbrio" se manteve pelo tempo em que tal situação era a mais favorável para os coronéis da região, a partir do momento em que surgem novas perspectivas de lucros maiores com a entrada do capital estrangeiro via empresas colonizadoras, como a Lumber, por exemplo, esse falso equilíbrio é rompido. E as relações de subserviência dessas populações já não são mais tão interessantes. Vinhas de Queiroz (1966, p. 42-43) que dentre as classes percebidas nesse período, os coronéis eram os que detinham maior poder político e econômico, mas também existiam o que ele chama de "camponeses ricos" que eram em grande parte "pequenos criadores, determinados empreiteiros do mate e [...] ainda alguns lavradores na lavoura de fumo", existiam classes médias dentre os mais abastados, mas mesmo assim o autor ressalta que:

Era nítida dentro da classe dos grandes proprietários de terras a separação entre a camada superior, a dos coronéis – que em geral eram os homens mais ricos de cada município e monopolizavam o poder político -, e os demais fazendeiros, que àquele tempo e naquela área nem sempre tinham a propriedade de suas terras, mas apenas a posse. Estes últimos, quando muito eram capitães e não coronéis da Guarda Nacional, e seu comportamento foi bastante diverso durante a guerra sertaneja. Ao lado das classes e camadas rurais, é preciso considerar aquelas que existiam nas vilas e cidades da região. Ali sob o poder político dos coronéis e muitas vezes entrando em conflito com eles, havia uma incipiente burguesia comercial e manufatureira (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 43).

Além desses sujeitos também existiam "artesãos", "caixeiros" e "trabalhadores braçais" e segundo Vinhas de Queiroz "essa gente dos burgos, de tendência oposicionista e radical, teve também o seu papel na Guerra do Contestado (idem).

Um bom exemplo do que foram essas fazendas nesse período é a Fazenda do Cedro, considerada a maior fazenda pastoril do planalto catarinense, que "em 1942, entre 1.859 fazendas de criação, somente 67 mediam mais que 1.000 hectares, ressaltando entre essas a Fazenda do Cedro, com sua área superior a 7.000 hectares" (PELUSO JR., 1991, p. 99). Segundo Peluso Jr. (1991) em estudo realizado nessa fazenda, os trabalhadores (chamados por ele de "agregados") ligados às atividades

pastoris não recebiam salários, eram pagos pela lida com o gado, com um pedaço de terra para morar, plantar e criar alguns animais, só recebiam algum pagamento se realizassem serviços além dos realizados com o gado do fazendeiro. Sobre a situação dos caboclos ou agregados nesta fazenda, Peluso Jr. (1991) destaca que:

A existência do agregado na região remonta à origem do povoamento do planalto catarinense. Os paulistas que o realizaram trouxeram em sua companhia agregados e escravos para a lida no campo, em geral mestiços os primeiros, e os segundos, pretos. A abolição da escravidão (1888) tornou agregados os escravos que permaneceram nas fazendas, e atualmente persiste a diferença racial entre os membros das fazendas: os proprietários são brancos, e os agregados, mestiços e pretos (PELUSO JR., 1991, p. 111).

Outro ponto importante dessa relação é que além de mão de obra para a pecuária exercida pelo fazendeiro, os agregados, ou para nós os caboclos é quem forneciam alimentos para o mesmo e seus familiares, cultivavam parte da terra com milho, trigo, feijão etc. e forneciam ao proprietário das terras.

Nessa divisão do trabalho, durante o período escravocrata, nessas fazendas do planalto catarinense, os escravos ficavam com os serviços domésticos, o que pode levar a uma falsa impressão sobre a sua representatividade na sociedade deste período, porém, Marcon (1999) esclarece que apesar de sua invisibilidade, os negros e caboclos eram quase a metade da população do Planalto Serrano, no final do século XIX chegavam a 45,2% do total de habitantes. Auras (1991) relata que até mesmo o trabalho exercido pelos peões, que eram “homens livres”, também não era remunerado, muito raramente recebiam pagamento quando exerciam alguma outra função que não a da lida cotidiana com o gado. Essa que lhe ocupava quase todo o tempo era feita em troca da moradia nas terras dos coronéis, do modo que Peluso Jr. (1991) relatou sobre a Fazenda do Cedro.

Esta população vivia nos fundos de pastos das grandes fazendas e ali tinham suas pequenas roças e alguns animais para criar, isso em troca de seu trabalho nas fazendas, por isso é que alguns autores colocam que o período não era ainda capitalista, pois não existia proletariado. Sendo assim, o que existia no Brasil nesse período era uma “economia mercantil-escravista cafeeira nacional” (GOULARTI FILHO, 2002, p.109). A formação espacial da região era basicamente dividida entre os grandes coronéis latifundiários e o restante das terras era ocupada por posseiros, como descreve Brandt (2007):

No planalto de Santa Catarina se estabeleceu desde fins do século XVIII uma significativa parcela de pequenos e médios sítiantes, na maioria posseira, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos naturais. Sua fonte de renda básica estava

relacionada à agricultura de subsistência e ao uso da terra e de recursos em comum dos campos, pinheirais e ervais nativos (BRANDT, 2007, p.7).

O uso da terra realizado pelos posseiros/caboclos tinha caráter coletivo, não tinham o costume de cercar as áreas que ocupavam e a criação de animais também se dava assim, criavam porcos soltos sob os pinheirais (Id., 2006), além da extração da erva-mate, vegetação associada à mata de araucária.

Tanto os coronéis, quanto os caboclos dependiam dos tropeiros para efetuar trocas de mercadorias e/ou vendas. O coronel escoava seu gado via intermédio deles, tinham total dependência comercial dessa rede. Fraga (2017) explica que o que fez movimentar esse período e as tropas foi a intensificação da mineração nas Minas Gerais e as necessidades geradas por esse processo, principalmente alimentos e animais para o transporte do que era produzido nas minas. Essas populações tinham certa autonomia, pelo distanciamento com outros centros não poderiam depender de muitos produtos de fora, mesmo para os fazendeiros os únicos produtos que dependiam de outros mercados para comprar eram “o sal e o ferro” (QUEIROS, 1966, p. 23).

Com a abertura dos caminhos dos tropeiros estava garantida a circulação, mesmo de forma rudimentar, pelo interior do estado, porém até o começo do século XVIII ainda não havia uma ligação entre o litoral e o planalto, entre a Ilha e o “sertão” e embora a ilha ficasse em um ponto estratégico com saída para o mar, eles, caso precisassem não teriam por onde escapar e nem tinham possibilidade de receber mercadorias ou ajuda do interior caso houvesse um ataque por mar, daí surge a necessidade de se ampliarem os acessos ao interior da capitania (SANTOS, 1997, P. 358). Foi assim então que foi programada a estrada dos conventos que “saía de Araranguá, ao sul de Laguna, atingiria o planalto curitibano, e já estava concluída em 1730”, porém a Ilha ainda continuava sem ligação direta com o Sertão (SANTOS, 1997, p. 358). Isso só ocorre de fato com a estrada de São José a Lages no início século XX, sendo que a “primeira iniciativa de promover uma ligação entre Lages e o litoral, até a freguesia de São José de Terra Firme, foi após a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina em 1777” (GOULARTI FILHO et al, 2011, p.4).

Além de promover a integração regional e movimentar a economia de todo o interior do sul do Brasil o tropeirismo também atuou no “estabelecimento das fronteiras meridionais, entre portugueses e espanhóis, que tinham pretensões no extremo sul, mais precisamente na colônia de Sacramento” (FRAGA, 2017, p. 111). E seu declínio só ocorre na metade do século XX, e com a “decadência advinda da modernidade e da relação custo-tempo fez surgir, no final do século XIX, a ideia de uma ligação ferroviária

unindo a região das tropas (...) dando início ao segundo grande ciclo da região” (FRAGA, 2017, 114).

Segundo Vieira e Pereira (1996) outra frente de colonização que avançou em direção ao oeste do planalto, no período após a Guerra do Contestado, fora a de imigrantes originários dos núcleos coloniais de alemães e italianos do Rio Grande do Sul, que compraram glebas¹⁵ para introduzir uma agricultura já voltada ao mercado interno, que estava se ampliando e gerando essa demanda por gêneros alimentícios, a fim de atender aos núcleos urbanos do período, diferente da região de Lages, esta pequena produção mercantil era pautada por minifúndios.

Essa frente de colonização do Vale do Rio do Peixe, com o incentivo da vinda de descendentes e colonos alemães, também teve caráter estratégico, já que a colonização dessa região ainda era pouco intensa, mas a pressão feita pela Argentina sobre as fronteiras foi contundente nesse processo. Heinsfield (1996, p. 385) explica que nas últimas décadas do século XIX “a Argentina reivindicou uma área brasileira de aproximadamente 30.000Km². Esta disputa territorial foi levada ao arbitramento internacional, quando o então presidente norte-americano Groover Cleveland deu ganho de causa ao Brasil”. Com esse arbitramento de Cleveland resolveu-se a questão do conflito com a Argentina, porém na área contestada outro conflito surge entre Paraná e Santa Catarina, também pela disputa entre ambos sobre a quem pertenceria essa região, bem como, as riquezas naturais (madeiras e ervais que eram considerados o “ouro verde” da época na região), os impostos e encargos gerados por ela. Esse era um dos pontos dessa disputa, que é aguçada após ser definida a fronteira brasileira com a Argentina, já que os dois estados viam vantagens em tomar posse daquelas áreas. Auras (1984, p. 26-27) esclarece que:

A Constituição de 1891 assegurava aos Estados o direito, dentre outros, para decretar impostos sobre exportações de mercadorias de sua própria propriedade e sobre indústrias e profissões. O problema foi submetido ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, dá ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná interpôs recurso a tal decisão, volta o Supremo Tribunal Federal a pronunciar-se, em 1909, novamente favorável a Santa Catarina. Ainda um terceiro e último pronunciamento se verifica, em 1910, quando aquela corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa, que advogou a causa paranaense. Face à intransigência do Paraná, a questão arrasta-se até 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os estados, Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), mediados pelo presidente da República Wenceslau Bráz assinam um acordo, findando o prolongado litígio e estabelecendo os limites atuais entre as partes até então discordantes.

¹⁵ Da empresa, principal causadora do conflito que desencadeou na Guerra do Contestado, a colonizadora Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

Importante destacar que o acordo final dessa disputa entre Paraná e Santa Catarina só irá acontecer depois do final da Guerra do Contestado¹⁶, fato que marcou definitivamente a região contestada, pela barbárie e pelas milhares de mortes ocorridas durante o período de 1912 a 1916.

Após a delimitação das fronteiras internacionais, com o intuito de fixar de vez as fronteiras com a Argentina e ocupar as terras brasileiras é que se iniciará uma nova etapa da formação sócio-espacial catarinense. Para facilitar a vinda de imigrantes, especialmente do Rio Grande do Sul e fixa-los efetivamente na nova região, bem como proporcionar uma forma de transportar mercadorias que seriam por eles posteriormente produzidas, além de fortalecer as redes de comunicação e transporte no sul do país é que se integra a migração à construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Esses imigrantes precisavam de terras para produzir já que sua principal ocupação era a agricultura, e a questão da disponibilidade de lotes também estava, em grande parte, vinculada à ferrovia, haja vista que a empresa responsável por sua construção ganhou do Estado a concessão das terras que margeariam a nova ferrovia (THOMÉ, 1992). A empresa que assume a construção da ferrovia em 1888, a *Brazil Railway Company*¹⁷, sob a direção de Achilles Stengel, leva então dois anos para construir o trecho de União da Vitória a Marcelino Ramos, atravessando de Norte a Sul o vale do Rio do Peixe (QUEIROZ, 1966), a empresa ainda recebeu uma concessão de terras do Governo Federal para pagar pela construção da estrada, que correspondia às terras do entorno do eixo principal da estrada. Sobre as condições para essa apropriação das tais terras concedidas, Queiroz (1966) relata que:

A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Desse modo a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais (QUEIROZ, 1966, p. 71).

¹⁶ Existem muitos outros elementos relacionados a estrada de ferro e a Guerra do Contestado que são pertinentes a nossa pesquisa, mas trataremos deles no terceiro capítulo deste relatório, pois estão intrinsecamente ligados aos caboclos e sua desterritorialização.

¹⁷ Como declara Queiroz (1966, p. 70) em 1908 “o engenheiro Achilles Stengel, nomeado superintendente dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande montou acampamento em Calmon, em plena zona contestada, e ali pôs em funcionamento o escritório central da obra. (...) Até aquela época a concessão da estrada pertencia a uma companhia francesa, mas esta cederá os seus direitos à *Brazil Railway Company*, organizada na cidade de Portland, Estado do Maine, EUA. Em pouco tempo, a *Brazil Railway* além da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaúcha, geria a Sorocabana, possuía vultosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira Mamoré, obtinha os direitos da Vitória – Minas, dirigia a *Port of Pará* no extremo norte e a Companhia do Porto de Rio Grande, dispunha de armazéns frigoríficos e indústrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc. Esse *Trust* era administrado no Brasil por Percival Farquhar”. Por isso a empresa também era conhecida como “Sindicato Farquhar”.

Necessário também destacar que essa concessão não respeitava a Lei de Terras de 1850, que proibia a aquisição de terras devolutas, com exceção de que fossem compradas. Segundo Queiroz (1966) a empresa teria ainda reclamado de que haviam pessoas ocupando as terras que lhe foram concedidas, e o governo do Paraná autorizou a retirada desses sujeitos, caboclos da região, pois reafirmou a posse dessas terras para a empresa. Também é notório que a empresa não obedeceu aos limites estabelecidos abocanhando uma área maior de terras, e para aqueles que se manifestassem contrários a posse da empresa, era usado o “corpo de segurança”, um grupo de cerca de 200 homens que inicialmente eram encarregados de expulsar ou deter possíveis revoltosos (Id., 1966). Sobre esse “corpo de segurança”, Fraga, (2006, p. 183 – 184) coloca que:

Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça Brasileira, conhecido como “corpo de segurança da Lumber”. Causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no sertão contestado. Fortemente armado, o grupo vasculhava os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso foi apenas o começo daquela que seria a maior guerra camponesa do Brasil.

Esse comportamento predatório da empresa em agir de forma violenta contra os caboclos que ocupavam aquelas terras há gerações foi um dos estopins da guerra, a Lumber assim como os coronéis e os Governos estaduais e federal são coautores das “mais de 30 mil mortes desse conflito” e do quase extermínio dessa população e do seu modo de vida (FRAGA, 2017).

Em relação ao início dessa outra frente de colonização do vale do Rio do Peixe, a partir de 1920, a chegada desses primeiros colonos alemães instaura definitivamente na região outro modo de produção, onde a terra que antes nas mãos dos caboclos era um bem comum passa a ser uma “propriedade privada”, e a agricultura que basicamente supria as necessidades locais, agora é feita para o mercado, especialmente para a região cafeeicultora paulista. Para Auras (1984, p. 41) a ferrovia significava um contato da região com a civilização e através dela/por causa dela um outro ciclo econômico passa a fomentar a economia da região, o ciclo da madeira. Ciclo esse que também perpassa pelas mãos da Brazil Railway que:

Visando explorar o vasto potencial madeireiro e promover a colonização das largas terras marginais do leito ferroviário, a Brazil Railway cria em 1909, a subsidiária Southern Brazil Lumber Company. Esta empresa sofreu alterações em seu estatuto, em 1913, com relação ao número de diretores, ao capital social (de 100 mil para 12

milhões de dólares) e à denominação, que passou a ser Southern Brazil Lumber and Colonization Company (AURAS, 1984, p. 42).

Com esse acréscimo a empresa passa a agir em mais uma frente e explorar além das terras concedidas pela construção da ferrovia, a madeira da mata de araucária, especialmente os pinheiros que tinham alto valor comercial. Com isso, a empresa constrói duas grandes serrarias, uma em Calmon (Figura 04), e a outra, maior delas, em Três Barras, toda mecanizada, desde a “coleta das toras até o seu desdobramento e armazenagem” e que ainda correspondia a uma área de “180 mil hectares” (Id.,1984, p. 42) que era servida pela ferrovia (Figura 05) e tinha caminho aberto até o porto de São Francisco, por onde eles exportavam a produção.

A extração da madeira das florestas de araucária em Santa Catarina foi o que deu maior propulsão ao desenvolvimento da economia do interior do estado, que antes estava pautada na criação de gado na região dos campos.

Figuras 04: Serraria Lumber em Calmon



Foto: Claro Jansson, década de 1910.

Figura 05: Tábuas sendo carregadas no trem em Três Barras



Foto: Claro Jansson, década de 1910.

Essa atividade rendeu muitos lucros a diferentes empresas que surgiram na região onde as araucárias eram predominantes. Tão grande foi a exploração, que a mesma quase se extinguiu em muitos lugares, e apesar dos lucros exorbitantes gerados, os mesmos não trouxeram muitos benefícios aos seus locais de origem, pois ficaram acumulados nas mãos dos empresários da madeira e dos latifundiários que venderam seus imensos pinheirais, e grande parte desses lucros, segundo Auras (1991) foram investidos em regiões brasileiras economicamente mais ativas e ricas em outros estados, como no Paraná e Mato Grosso, especialmente em fazendas de criação de gado, não interferindo de forma positiva localmente e sim intensificando as desigualdades sociais.

Diferentes agentes se beneficiaram da extração da madeira, após o início das atividades da Lumber, outras empresas/grupos multinacionais de papel e celulose se instalaram nas regiões atraídas pela grande oferta de matéria-prima (Quadro 01), dentre os grupos, o “Olinkraft (atual Manville), multinacional norte americana, instalou-se no distrito de Otacílio Costa. O outro, o grupo Papel e Celulose Catarinense – PCC, ligado ao grupo nacional Klabin, instalou-se no distrito de Correia Pinto” (AURAS, 1991, p. 57).

Quadro 01 – Ano de instalação das maiores indústrias de papel e celulose

INDÚSTRIA	ANO DE INSTALAÇÃO
Lumber	1910
Olinkraft	Década de 1950
PCC	Década de 1950

Fonte: Auras, 1991.

Auras (1991) também destaca que essas duas localidades pertenceram ao município de Lages até “10 de maio de 1982” (Id., 1991, p.57), quando então se emanciparam, outro ponto fundamental ao entendimento das condições econômicas e sociais contemporâneas dessa região, que também é intrínseco ao papel dessas empresas, além do desmatamento brutal da vegetação nativa, foi a introdução dos reflorestamentos em grande escala, com a substituição da mata nativa pelo *Pinus elliotis*, espécie que, diferente da Araucária, apresenta crescimento rápido e fora implantado para substituir os quase extintos pinheirais e manter o abastecimento de madeira para as indústrias.

Por ser uma espécie exótica e uma monocultura, esses reflorestamentos são desterritorializantes para quem depende da terra como meio de produção, nesse caso os caboclos/camponeses, essa monocultura perpetua e intensifica as desigualdades sociais, pois favorece a concentração fundiária na região, o que ainda é um grave problema, além disso, tal cultivo não gera muitos empregos e renda, como tão bem relata Gemelli (2016):

tal atividade econômica se mostra inviável em pequenas propriedades, dada a dinâmica de seu ciclo produtivo (a terra fica inviabilizada para qualquer outra forma de produção por vinte anos, isso significa, que a floresta artificial do pinus impossibilita a permanência do homem no campo, por não gerar renda durante seu ciclo de produção e por não permitir, que a terra ocupada com pinus, seja utilizada, simultaneamente, por qualquer tipo de produção) (GEMELLI, 2016, p. 2).

Além dessas questões ele se prolifera e espalha pelo solo com facilidade, pode ser tido como uma planta invasora que vai se alastrando e cobrindo a terra realmente como um “deserto verde” (Id., 2016) retirando qualquer possibilidade de reprodução da vida por onde ele se prolifera. Tanto da vida vegetal, animal, quanto da vida humana, interfere até mesmo em questões culturais e históricas da região, pois como percebemos em trabalhos de campo realizados nessas áreas, o Pinus invade sítios históricos, áreas de preservação de mananciais e muitos locais considerados sagrados para a população cabocla.

Os reflorestamentos intensificam a pobreza regional, pois dificultam a reprodução material da vida aos povos tradicionais da região, eles engessam a terra,

dificultam, por exemplo, ações para a reforma agrária, pois mantem o *status quo* e as terras nas mãos dos coronéis. Em um estudo realizado no município de Calmon, Gemelli (2016) aponta dados alarmantes sobre a situação local, que confirmam essa questão, haja vista que segundo ela “apenas quatro estabelecimentos, abocanham 20% da área agropecuária do município, enquanto, os 204 estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam 22% do território” (GEMELLI, 2016, p.08). Ela também destaca que da área total do município, segundo dados do IBGE 2014 analisados por ela, “23%” é ocupado com o monocultivo de Pinus.

Essa concentração de renda (terras e riquezas) nas mãos de poucos, desde o início da colonização da região até a contemporaneidade reflete que o “desenvolvimento” que seria gerado pelas ações do Estado, quando o mesmo incentivou o tropeirismo, a construção da ferrovia ou a colonização dos imigrantes e os ciclos da madeira resultou em uma das questões centrais de nossa pesquisa, que é a invisibilidade dos povos tradicionais em Santa Catarina. Bem como, a sua constante desterritorialização promovida pelos agentes do capital hegemônico, que atuam e atuaram na região ao longo de seu processo de formação (ões) sócio-espacial (ais).

Em relação, por exemplo, a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, na região do Planalto Catarinense, o discurso oficial da época era de que com a ferrovia, o desenvolvimento chegaria para esse grande “sertão inculto”. Mas a realidade foi outra e a população que o habitava acabou sendo “des-envolvida” (LEFF, 2011) ficando a margem do desenvolvimento, ignorada por esse discurso e pela mídia, sendo então forçada a abandonar seu território, pela brutal entrada do capital estrangeiro na região. Esse capital investiu com o apoio do Estado na exploração da madeira, na construção da estrada de ferro e na especulação imobiliária, já que a Lumber também era uma empresa de colonização.

A guerra pode ter durado quatro anos (oficialmente), mas sua herança ainda é presente na região do Contestado, considerada um bolsão de pobreza e fome dentro de Santa Catarina (LUDKA, 2016), pois os alguns dos sujeitos e grupos que venceram a guerra, e que lucraram com as madeiras e com a terra, ainda estão atrelados ao poder e se beneficiam do amparo estatal desde então.

A Guerra do Contestado foi o maior massacre realizado dentro do Brasil, deixou um saldo de milhares de mortos, tantos outros desalojados de suas terras e alijados de seu modo de vida, seu meio de produção, de subsistência. Além dos problemas enfrentados antes e durante o período da Guerra, os caboclos do Contestado continuam sofrendo pelos impactos desse período. Especialmente em relação as terras tradicionais perdidas que fez com que na contemporaneidade a maioria modificasse o seu modo de

vida, como podemos perceber na fala de uma de nossas entrevistas que é professora/pesquisadora na região, de acordo com a Dra. Diane D. Gemelli:

O povo caboclo foi forçado a ir para a Guerra pois foram arrancados da terra de posse que lhes pertencia, negaram-lhes a terra, o território, o modo de vida, o trabalho e isso permanece como marca estrutural da região, a concentração fundiária é um elemento que configura o espaço geográfico e com isso continua excluindo a população cabocla do acesso à terra. A terra, como era para seus antepassados, é essencial para a manutenção do modo de vida, como dizem, para plantar o alimento e criar os animais, no entanto, para muitos, o acesso a terra é visto como “um sonho”, como algo distante, eu penso que este é o principal problema, pois rebate em outras problemáticas, já que o não acesso à terra faz com que as condições em que vivem no espaço urbano sejam marcadas pela precariedade, moradias empobrecidas, falta emprego e quando há este é marcado por condições extremas de precarização (sazonalidade, empreitada, pagamento por produção, falta de emprego para as mulheres que não são contratadas para o trabalho na erva-mate e no pinus etc.).

Como se pode perceber através desta fala e das análises feitas por diversos autores que discutem o tema, não é por acaso que essa região é a mais pobre e desigual do estado de Santa Catarina. Mesmo com investimentos e criação de indústrias na região, essas benesses continuam sendo mal divididas, pois esse povo, com exceção dos que conseguiram retornar a terra e se reterritorializar via movimentos sociais do campo, como o MST, o restante se sujeita a trabalhos em condições precárias e a uma vida miserável nas cidades da região. Já que o Estado que seria o mediador, se ausenta e falha mais uma vez, aumentando ainda mais a dívida histórica com essa população.

4. DUAS VERTENTES: A SERRA ACIMA E O LITORAL – INTERLIGADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Nesta tese consideramos que não existiu uma unidade no processo de formação sócio-espacial do estado de Santa Catarina, bem como uma homogeneidade, essa seria uma falsa impressão, ou noção, difundida internamente e divulgada externamente, mas que não condiz com a realidade sócio-espacial do estado. Tal noção apregoada aos discursos e ações voltadas ao branqueamento populacional, vinculado ao “padrão europeu” tido como majoritário e vinculado ao encobrimento dos fatos históricos, acabaram destituindo os povos tradicionais e seus territórios, além de corroborar aos mitos e preconceitos sofridos por eles, seja o Açoriano como povo (também europeu) não tão laborioso como os alemães, por exemplo, e o caboclo visto como bandido, fanático, jagunços da Guerra do Contestado.

Desse modo, percebemos as formações sócio-espaciais como materialidades do capitalismo, que se manifestaram a serviço dele, por e através dele, que dependem do espaço e de suas condições naturais para se estruturar, mas que insere como protagonistas quem (os sujeitos) o Capital desejar, assim como, exclui desses processos aqueles que não são atraentes a ele, como os indígenas, caboclos, etc.

Em Santa Catarina, como já mencionado, a formação do relevo dividida entre o litoral, a serra do mar e o planalto, além de sua vegetação original, foram propulsores da ocupação humana e determinantes aos tipos de atividades exercidas anteriormente e no início de sua formação sócio-espacial.

Desde os primórdios dessa ocupação os povos que ali chegaram fizeram uso dos recursos naturais disponíveis, o que não foi diferente com a chegada do europeu, que além dos recursos naturais, também se apropriou de elementos culturais dos povos originários. Os pinhões e peixes, assim como o milho no planalto e a mandioca (aipim) no litoral fizeram parte destes processos, e ainda o fazem, em menor grau de dependência, mas são elementos que perpassam os séculos. Especialmente quando nos reportamos aos povos tradicionais de Santa Catarina, e no caso desta pesquisa, aos caboclos e aos pescadores artesanais.

Os caboclos inicialmente viviam basicamente da coleta da erva-mate, do pinhão, de sua agricultura de autoconsumo e da criação de porcos soltos nas florestas de araucária, em um modo de produção similar ao “faxinais¹⁸”, também comercializavam e trocavam o excedente com os Tropeiros que cortavam a região levando gado para

¹⁸ Faxinais são áreas comunais de produção e criação de animais soltos, sem delimitação de possíveis propriedades privadas, muito comuns no estado do Paraná.

São Paulo. Os açorianos viviam da pesca de baleias (venda de seu óleo), de peixes e também da agricultura de autoconsumo. Posteriormente, com a chegada de novos povos a essas regiões, as atividades foram sendo diversificadas, mas o chamariz inicial foram os seus elementos naturais, Pereira (2003), seguindo o pensamento de Chorley (1964), nos aponta que para Santa Catarina:

Essa configuração do relevo, combinada a outros elementos naturais (vegetação, hidrografia e solos), propiciou as bases para o desenvolvimento de formações sociais distintas: o latifúndio pastoril (nas áreas de campos) e extrativo (nas áreas de ervais nativos e matas de araucária) no planalto e a pequena produção mercantil, na fachada litorânea, nos vales florestados das vertentes atlântica e do interior (PEREIRA, 2003, p.110).

O “extrativo” ao qual ela se refere, a nosso ver, primeiramente se deu pelas mãos dos povos tradicionais catarinenses, dos pescadores açorianos do litoral, que viviam dos recursos marinhos, e dos caboclos camponeses, que também dependiam do que a floresta oferecia (da erva-mate e dos pinhões que engordavam suínos vendidos aos tropeiros e nas vilas e cidades da região), e posteriormente com a chegada da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*¹⁹ na região do Contestado, esse termo ganha outros significados, pois o objetivo principal dessa empresa era a extração da mata de araucária (*Araucária Angustifolia*) e a apropriação das terras para a venda, já que também era uma empresa de colonização.

O pinhão alimentou várias etnias ao longo dos tempos, os indígenas, os caboclos e a população urbana contemporânea que o consome. Os caboclos ainda coletam o fruto nas matas remanescentes da Araucária, para o consumo e a venda. Por isso podemos dizer que os elementos naturais, ou espaciais, acabam influenciando práticas econômicas e de consumo, o pinhão alimentava o povo e os animais, a madeira alimentou a ganancia dos madeireiros e capitalistas do setor, bem como, as desigualdades sociais que ainda permanecem, apesar de toda a riqueza gerada naquelas terras.

São efeitos dos movimentos contraditórios do capitalismo, e de sua voracidade. Diante disso é que afinamos nosso pensamento com Pereira (2003, p. 101) quando ela coloca que “a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à

¹⁹ A *Southern Brazil Lumber and Colonization* e a *Brazil Railway Company* (responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, entre outras ferrovias no Brasil e no mundo) pertencentes ao grupo estrangeiro o *Trust of Toront*, administrado pelo empresário Percival Farquhar, receberam do Estado brasileiro no início do século XX, em contrapartida à construção desta ferrovia, as terras que a margeariam, 15 km de cada lado, o que chegaria a um total de 6.696 km², que na configuração atual corresponderiam a 7% do estado de Santa Catarina (KAISER, 2014, p. 21). Com elas milhares de homens e máquinas vieram para a região oeste do estado para começar a “desbravar o sertão” e construir os 372 km da estrada de ferro que a cruzaria. Com isso deram início ao conflito pela terra com o povo caboclo que ocupava a mesma região a gerações, resultando na guerra do Contestado (1912-1916) (FRAGA, 2006).

luz dos processos sociais que a engendraram, sem, contudo, esquecer as características naturais que ofereceram as bases para o seu desenvolvimento”, bem como, os processos históricos resultantes dessas dinâmicas.

4.1. Penha e os pescadores artesanais

No século XVIII, a Armação de Itapocorói, atual município de Penha, era um pequeno povoado de pescadores açorianos do litoral norte de Santa Catarina, localizado a cerca de 117 km de distância da então sede da Província de Santa Catarina, a Ilha de Desterro (Florianópolis), tem seu primeiro grande evento com a fundação de uma igreja em 27 de abril de 1759, a Capela de São João Batista, no seu entorno outras casas vão surgindo e o povoado crescendo, fora então chamado de “povoado de Itapocorói”.

O povoado crescia lentamente até que em 1777, a então capital Desterro, sofre um ataque e é dominada por espanhóis, após o ataque e a rendição dos seus moradores, os portugueses das armações baleeiras da ilha foram todos desalojados (GOULART, 1990, p. 16) e passaram a procurar um novo local na costa, para se refugiar e conseqüentemente continuar sua produção. Então, devido às condições físicas favoráveis encontradas na enseada de Itapocorói, e por ser a mesma habitada por seus conterrâneos, lá foi criada uma nova armação e essa população migrou e passou a viver neste povoado (Id., 1990).

Goulart (1990) acrescenta que com a ida desses açorianos para o povoado, e com a criação da armação baleeira, a “Armação do Itapocorói” passa a se desenvolver e se torna um “importante centro comercial e religioso” regional. Atualmente esse local é conhecido como praia da Armação, local onde está a colônia de pescadores artesanais Z5 (Figura 06).

Figura 06 – Praia da Armação, Colônia de pescadores artesanais Z5



Fonte: Foto da autora, fevereiro de 2019.

Sobre a questão das nomenclaturas e sua evolução ao longo do tempo, Goulart (1990) esclarece que em 1825 foi construída há “uma légua” de distância da Igreja de São João Batista, uma nova capelinha que fora chamada de Capela de Nossa Senhora da Penha e no seu entorno outro pequeno povoado foi se desenvolvendo. Mais tarde com a decadência da armação baleeira e conseqüentemente a diminuição da importância regional da armação e do povoado de Itapocorói, o povoado de Nossa Senhora da Penha se manteve em crescimento, pois também contava com o apoio e benefícios do presidente da província, que em 1834, cria no povoado um “distrito judiciário, com juiz de paz e escrivão” (Id. 1990). Inicialmente os documentos eram feitos usando o nome de “Distrito de Itapocoróia”, só a partir de 1839 é que utilizaram “nessa freguesia de Nossa Senhora da Penha de Itapocorói”. Destarte, o povoado fora crescendo e “elevado a Distrito Policial em 22 de novembro de 1900. Transformado em município, Penha derivou-se de Itajaí, pela lei nº348, de 21 de junho de 1958” (GOULART, 1990, p. 23).

Com a armação baleeira vieram para Penha, os açorianos e os africanos que eram seus escravos, esses dois povos mesclando-se a cultura indígena que ainda tinha resquícios na região deixaram ao município e a população suas heranças culturais, sociais e econômicas (Id., 1990).

Nos idos de 1827 o artista Jean Baptiste Debret²⁰ fez uma pintura representando a pesca da baleia na Armação de Itapocorói (Figura 07), no período representado pelo artista a atividade já se encontrava em decadência o que fez com que muitos açorianos se mudassem para Itajaí, às margens do rio Itajaí-açú, em busca de outras atividades, já que o lugar estava em pleno desenvolvimento, “daí é que se pode dizer que Itajaí é de colonização açoriana, pela parte desse povo que viera da Ilha de Santa Catarina para a Armação do Itapocorói” (SOUZA, 2012, p.60).

Como já visto no capítulo 3, por volta de 1819 começa a diminuir consideravelmente o número de baleias na região levando à falência o contrato real com a armação, que em 1825 é encerrado, tendo início um novo ciclo em Penha, voltado à pesca artesanal, as atividades agrícolas e ao comércio (FARIAS, 2002).

²⁰ “Quando da passagem de barco pela Armação de Itapocorói do pintor francês Jean-Baptiste Debret (1827), o artista contratado pela família real pintou em aquarela a imponência da estrutura da Armação Baleeira em detalhes, destacando na paisagem a presença da pitoresca capela a descortinar o magnífico cenário da enseada” (AMORIN, 2010) FONTE: <http://renatoamorim-sc.blogspot.com.br/2010/05/dois-seculos-e-meio-em-terra-firme.html>.

Figura 07 - Armação de Itapocorói, por Debret



Fonte: <http://renatoamorim-sc.blogspot.com.br/2010/05/dois-seculos-e-meio-em-terra-firme.html>

Pode se dizer que o auge do período foram as atividades relacionadas a armação, nelas alguns açorianos tiveram possibilidade de ascender socialmente, alguns pelos salários maiores por conta de suas funções específicas, como foi o caso dos timoneiros e arpoadores, fundamentais na caça às baleias. Também existem relatos de que eram feitas vendas de baleias e seus derivados sem o controle da coroa, os negócios eram realizados diretamente com barcos ilegais estrangeiros (franceses, ingleses, holandeses) o que possibilitava um acúmulo maior de capital para quem os negociava (SILVA; MACHADO; CAMPOS, 1996). Diferente era a situação dos açorianos que se dedicavam a pesca artesanal e a agricultura, estes dependiam de terceiros para comercializarem seus produtos, e os comerciantes locais por sua vez também tinham baixo poder de negociação já que estes

inseridos no contexto econômico nacional, sentiam-se, igualmente, pressionados pelo capital comercial maior, especialmente do Rio de Janeiro, justamente aquele que comprava os produtos do litoral catarinense, mas ora absorvia estes produtos, ora comprava-os noutra província produtora (SILVA; MACHADO; CAMPOS, 1996, p. 471)

Neste ciclo quem menos recebia e tinha condições mais instáveis era o pequeno produtor, além dessas desvantagens era comum levarem calote sobre produtos vendidos ao Estado (Id., 1996). “Logo o processo de diferenciação social, entre os produtores agrícolas, não se concretizou ao ponto de originar empresários, como foi no caso da pesca” (Id., 1996, p.471).

Outros elementos também facilitaram a queda da produção dos açorianos na agricultura após um século de sua chegada ao Brasil, como o constante parcelamento das terras entre as famílias por conta de heranças entre os muitos filhos, o empobrecimento do solo pelo uso intensivo, a concorrência desleal com outros imigrantes que chegaram ao estado, como os alemães e italianos no último quartel do século XIX. Desleal pois estes imigrantes conseguiam produzir os mesmos produtos em

quantidade superior aos açorianos, por já possuírem mais recursos e novas técnicas mais modernas (CAMPOS, 2011). Com a vinda desses outros imigrantes ao estado, Campos destaca que:

O quadro é aprofundado à medida que o poder político e econômico do estado de Santa Catarina passa a enaltecer o espírito empreendedor do habitante dos vales litorâneos (notadamente alemães e italianos) e a invisibilizar ou inferir ao açoriano um grau de inferioridade (CAMPOS, 2011, p. 63).

Essa invisibilidade apontada por Campos se repete ao longo da história catarinense, onde os povos tradicionais, como os pescadores artesanais, os indígenas e os caboclos, ainda sofrem com esses conflitos. Essa invisibilidade será aprofundada no próximo subitem deste capítulo, mas importante destacar esse que seria o início de tais processos, que se repercutem e proliferam ainda na contemporaneidade.

Diferente do que acontecera aos caboclos, os imigrantes açorianos, inicialmente tiveram sua história, na formação sócio-espacial de Santa Catarina atrelada ao Estado, pois foram trazidos ao Brasil pela Coroa portuguesa em um momento de crise econômica no seu país, que coincidiu com a necessidade de colonização do sul da colônia para evitar possíveis perdas territoriais para a Espanha, entre outros fatores já mencionados, como a produção de alimentos para outras áreas da colônia. Enfim, cumprido o papel inicial, podemos dizer que tiveram seu auge nesse momento registrado por Santos (1970), como a segunda frente pioneira de colonização do litoral, mas que, assim que tiveram seu papel cumprido durante esse processo histórico inicial, eles acabaram sendo, de certa forma, relegados a própria sorte, do mesmo modo que o caboclo sempre fora.

Outro elemento a ser destacado que fora também apresentado por Goulart (1990) é que Penha, especificamente a praia da Armação, foi o primeiro lugar de veraneio no litoral catarinense, o mesmo foi iniciado em 1905, pelas famílias “Régis, Konder e Müller”, famílias de Itajaí, com muito poder aquisitivo e político no estado (até o presente). Esse processo de “valorização do espaço litorâneo” começa então a se estabelecer nas décadas de 1920/1930 como áreas de segunda residência para famílias abastadas do Vale do Itajaí (CAMPOS, 2011) e ter seu “boom” na década de 1960, especialmente na região da AMFRI e na capital do estado.

Com a intensificação de outras atividades no litoral, especialmente, com o desenvolvimento do turismo e da especulação imobiliária na região na década de 1960, essas comunidades foram perdendo seus territórios de moradia e de agricultura as margens das praias, sobre tais aspectos, Pereira (2003) nos esclarece que:

O desenvolvimento turístico, além de acelerar a expansão urbana, causa profundas alterações na configuração histórico-espacial da(s) cidade(s), gerando processos de urbanização diferenciados e grandes impactos sobre os traços culturais e padrões de comportamento das populações de origem açoriana ainda conservados pelas comunidades nativas (PEREIRA, 2003, p.120).

Sobre esses “impactos” apontados por Pereira, um dos mais contundentes é o fato de que no processo de urbanização ao entorno das colônias de pesca, as áreas de moradias e de roças dos pescadores foram sendo substituídas por hotéis, edifícios, casas de veraneio e comércios. Essa substituição do conteúdo social da beira mar, na maioria das vezes aconteceu de forma prejudicial às comunidades tradicionais, já que muitos sujeitos foram enganados por agentes imobiliários, cartórios e indivíduos que se intitulavam donos dos terrenos por eles ocupados, forçando-os a sair. Campos (2011, p. 64) aponta que neste período:

A valorização das terras levou à sua especulação e interesses os mais diversos promovendo grande transformação no quadro sócio-econômico regional. A sociedade e economia de base açoriana se desagrega fortemente, praticamente desaparecendo enquanto produção agrícola, e com muitas dificuldades mantendo-se, em algumas áreas, no setor pesqueiro.

A atividade da pesca artesanal mantida pelos descendentes desse povo dos Açores representa a sua maior expressão de resistência no território, pois ainda resguardam elementos fundamentais como o uso comum dos recursos naturais, e atividades de entreajuda, solidariedade e interdependência, tão raras no capitalismo que exalta a propriedade privada e o individualismo, como bem lembrado por Campos (2011). A pesca nos moldes artesanais como ainda hoje se apresenta, teve seu início na pré-história, surge antes mesmo da agricultura (DIEGUES, 1983), é uma das primeiras técnicas empregadas pelos homens e mulheres para sua sobrevivência. Em Penha, assim como em diversas partes do globo, os humanos se utilizam destas técnicas (modernizadas ou não) há centenas, milhares de anos. Geração a geração, do indígena ao homem contemporâneo.

A forma como essas culturas tão distintas se misturaram na região, não se sabe ao certo, o que podemos perceber são alguns traços deixados por eles no presente, por isso concordamos com Cardoso quando ele afirma que:

A origem da atividade pesqueira no Brasil remonta a períodos pré-históricos quando do estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos no território. Nos sambaquis espalhados pelo litoral, os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações ancestrais faziam do mar para compor sua dieta alimentar. Conchas,

carapaças de crustáceos, espinhas de peixe e ostras revelam uma dieta baseada na pesca e na coleta de frutos do mar, praticadas pelos grupos pré-históricos que habitavam o litoral brasileiro. (...) A presença ainda hoje de embarcações como a canoa e a jangada, as redes tecidas com fibras vegetais, algumas armadilhas para a captura de pescado e a cestaria empregada nas pescarias atuais, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas na cultura da pesca brasileira (CARDOSO, 2001, p.02).

Assim, é importante compreendermos que uma tradição pode ser constituída de várias outras tradições que a precederam, ou seja, ter a presença de elementos culturais de outras tradições que lhe deram origem. São “heranças culturais” que um grupo deixa para outro.

E neste aspecto, no que diz respeito a tradição, é importante registrar que a entendemos como o “conjunto das técnicas, das instituições e das crenças comuns a um grupo de homens por uma certa duração de tempo”, é também o “que se transmite” de um grupo para outro (VENEZIANI, 2011).

No caso da pesca artesanal praticada na região, podemos ainda perceber essa mistura, de técnicas açorianas e indígenas, só não conseguimos levantar com precisão os momentos históricos onde ocorreram essas trocas culturais.

O território dos pescadores artesanais é mais amplo e fluído que de outras comunidades tradicionais, vai além-mar, dele depende sua sobrevivência e também sua vida, existe uma dependência direta com a natureza e seus ciclos, o clima, o tempo que pode mudar a cada hora. O seu território também é menos visível ao mero observador que o do camponês, por exemplo, não é facilmente percebido e/ou delimitado na paisagem, mas é cheio de signos, de especificidades que só são notadas por quem faz parte do grupo, quem recebeu o conhecimento dos mais velhos. Por não terem “terra” ou “posse”, mais vulneráveis se tornam, pois dependem muito do amparo, das normas e leis do Estado, que inclusive regulamentam o seu território da pesca, o mar. São sujeitos mais “precarizadamente territorializados”, pois não possuem total controle ou segurança sobre seu território (HAESBAERT, 2007). Por isso são tão prejudicados por políticas que não são pensadas considerando as especificidades dessa população e as necessidades locais.

Deste modo, por entendermos que o território “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida” (SANTOS, 2002, p.97), é que afirmamos sua importância para estes sujeitos, os pescadores artesanais e que esse território é marcado pelas “trocas materiais e espirituais da vida” ou pelas “imaterialidades” (RAFFESTIN, 1993), foi, e é construído pelo trabalho, pela cultura, pela tradição destas comunidades que há mais de dois séculos produzem esse território.

O processo de urbanização das cidades apresenta muitas contradições, no caso das litorâneas e turísticas em geral, percebe-se que quando os lugares tornam-se mais conectados as dinâmicas capitalistas eles deixam de servir às necessidades da população local e passam a servir a uma população flutuante, que vive o lugar nos finais de semana, ou, um mês no ano. E aqueles que teriam a necessidade de residir próximo ao mar, pois trabalham e tem suas histórias atreladas a aquele lugar, nesse complexo movimento dos capitais imobiliários são expulsos, desterritorializados pela supervalorização dos terrenos e imóveis que servem ao turismo. Desse modo percebe-se que no século XX:

As dificuldades são cada vez mais constantes na vida de muitas comunidades litorâneas, notadamente, entre descendentes açorianos, herdeiros de um modelo centrado na pequena produção mercantil. Nesses lugares as comunidades veem seus territórios serem gradativamente substituídos e/ou alterados nos padrões de vida, diante de imposições externas, justificadas internamente como “necessidades modernizadoras” (SILVA *et al*, 1996, p. 473).

Tais padrões que tendem a homogeneizar modos de vida, espaços, paisagens, passam a ser fortemente empregados ou impostos no litoral de Santa Catarina, e Penha, bem como, noutros tantos lugares do país, com maior intensidade a partir da década de 1960. Goulart (2006, p. 12-13) relata que os pescadores antes desse período tinham suas casas em grandes terrenos na orla da Praia da Armação, e que ao longo do tempo os terrenos foram sendo divididos em lotes menores, a partir dos “tais loteamentos a praia de Armação começou a ganhar os traçados urbanísticos que mantêm até hoje, com uma grande faixa de casas pertencentes a segundas residências à beira-mar e aos moradores localizados mais no interior, afastados da praia”. Ou seja, os pescadores que deixam seus barcos arpoados nas areias da praia já não residem próximo a ela, como podemos observar na Praia da Armação na Penha nestas imagens (Figura 08) retiradas de um site de viagens, que mostra a praia e os barcos arpoados vistos pelo lado de dentro de duas pousadas da praia.

Figura 08 – Praia da Armação, porto das canoas e pousadas



Fontes: <https://www.trivago.com.br/>; <https://www.peixeurbano.com.br/>

Mesmo constatando essas perdas, entendemos que o processo de desterritorialização no caso das comunidades e povos tradicionais não é extremo, pois os sujeitos perdem conteúdo espacial de seus territórios, mas o social, cultural, político, econômico, religioso etc., muitas vezes permanecem. Esses elementos não são desalojados ou desapropriados como a terra, o solo, a matéria, esse lado imaterial, permanece por mais tempo.

Os pescadores artesanais do litoral catarinense estão organizados em colônias de pesca desde a década de 1960²¹, inicialmente eles residiam próximos às praias onde estão os portos de canoas, tinham ali também suas roças para a subsistência das famílias, mas com a chegada do capital turístico e imobiliário à região, esses sujeitos foram perdendo seus territórios de moradia, e posteriormente os territórios de trabalho. De lá para cá muitas transformações ocorreram nessa região, mas apesar dos intensos movimentos de desterritorialização vividos pelas colônias, grande parte delas resistiu e ainda se encontra em atividade, assim como a Colônia Z5 de Penha.

Contemporaneamente a região costeira de Santa Catarina é articulada contínua e/ou descontinuamente, pelos territórios da pesca artesanal, do turismo, da indústria pesqueira, do transporte marítimo, recentemente, da exploração petrolífera do Pré-Sal, etc., são múltiplos territórios que disputam poder, espaços e se sobrepõem uns aos outros. Sobre esses territórios Souza coloca que, geralmente, “é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes” (2009, p.94). Tais contradições são por nós também entendidas como conflitos, sendo um dos mais contundentes percebidos até o momento, o conflito entre os pescadores artesanais e a frota da pesca industrial.

A pesca artesanal teve e ainda tem um importante papel na formação sócio-espacial e econômica desta região, considerada a maior produtora de pescados do país, mesmo com desvantagens técnicas, físicas e políticas em relação à indústria da pesca, a pesca artesanal é expressiva no estado e vem resistindo em seus territórios mesmo com tanta pressão e falta de apoio do Estado.

²¹ “A criação das Colônias de Pescadores, se deu dentro de uma ética militar (Forças Armadas do Brasil), já que os pescadores eram antes inscritos na Marinha do Brasil (MB), podendo ser convocados em caso de guerra. Apenas a partir da constituição de 1988 as colônias de pescadores ganharam status de organização sindical, passando a sofrer menos interferências” (<http://www.pesca.agricultura.sp.gov.br/ip-na-midia/249-sobre-a-pesca-e-o-homem-a-pesca-no-brasil>).

O turismo em Penha tem sido empregado, ao longo dos anos, de acordo com o modelo hegemônico capitalista, onde as políticas e ações implementadas pelos seus gestores tem como objetivo principal o lucro desses agentes e das elites locais. Esse modelo neoliberal de turismo e de desenvolvimento leva a exclusão e pobreza a quem se encontra a sua margem, enquanto concentram ainda mais renda nas mãos de quem se beneficia dele, por isso é que muitas políticas que o implementam não são realizadas considerando as necessidades locais e sim as necessidades de seus empreendedores.

Como o desenvolvimento é um processo que acontece de forma desigual e combinada (TROTSKY, 2007), pode-se afirmar que o mesmo processo que produz riqueza para uns, faz também pobreza para outros, destarte, os lugares não se desenvolvem nesse padrão hegemônico capitalista no mesmo período de tempo e com a mesma intensidade, diferente do que o discurso em voga faz parecer. Um dos equívocos cometidos ao se discutir o desenvolvimento é que ele comumente é pensado tendo um modelo ideal, que deveria ser alcançado por todos, onde só seria desenvolvido um lugar, país etc. que alcançasse esse patamar, desconsiderando questões ambientais, sociais, locais, etc. Oliveira (2001) demonstra que esse pensamento é um grande equívoco, que não existe um país totalmente desenvolvido e que apresente as mesmas características em todo o seu território. Para ele, o desenvolvimento não deveria estar somente atrelado ao poder econômico, financeiro e ao poder de consumo de determinada população e sim a sua qualidade de vida, as relações dela com o meio em que vive, ao equilíbrio de suas ações sobre a natureza e outros grupos sociais.

Portanto, pode-se afirmar que se essa realidade está sendo experimentada em um lugar, ele estaria então, se desenvolvendo. Analisando diferentes modelos de desenvolvimento ligados a exploração do turismo, Rodriguez afirma que:

eles visam, acima de tudo, garantir os propósitos políticos e econômicos das estruturas de poder que estão submersas por trás deles. Um verdadeiro modelo de turismo sustentável, deve ter uma fundação local, apoiada espacialmente no local, como base para a existência de comunidades e cultura local (2007, p.99).

O desenvolvimento e o turismo geralmente estão atrelados, pelo menos no que toca ao discurso, seja do estado ou de empresas. O turismo é implantado nos lugares sob a justificativa de lhes levar o desenvolvimento, causando impactos muitas vezes negativos desconsiderando as populações locais, especialmente, quando é empregado o turismo das grandes corporações do setor, como os resorts, por exemplo. Contudo, é importante ressaltar que o turismo também pode ser empregado como agente balizador, que inclua populações marginalizadas ao invés de excluir. O turismo pode ser

desenvolvido nos lugares e essa relação pode ser feita de uma forma controlada, mitigando impactos e agressões.

É preciso também considerar que “o turismo vem a ser uma atividade vinculada em sua essência a pessoas e lugares, sendo, portanto, um fenômeno eminentemente sócio-espacial” (MACHADO, 2007, p 65), por isso seus impactos também devem ser observados considerando essas características, e o seu papel como agente na formação sócio-espacial dos lugares.

Dessa forma, os agentes governamentais locais, apropriados dos argumentos “desenvolvimentistas”, reproduzem discursos como o da revitalização de suas praias e de áreas visadas pelos turistas, e tentam moldar o local para atender as demandas do Capital, para atraí-lo; mesmo que para isso tenha que se sobrepor a sua população local, aquela que ajudou a construir os lugares, a paisagem, e as relações de convivência social. Que deveriam ser valorizadas, e serem incorporadas em outro tipo de turismo, como o de base local, aquele que considera as necessidades da população e as peculiaridades de cada lugar. Um turismo em que o turista possa buscar o peculiar, o naturalmente belo, a paisagem historicamente construída e não uma paisagem moldada e artificializada para lhe agradar aos olhos (YÁZIGI, 2001). Esse talvez fosse um ideal de turismo, onde sejam valorizados o capital local, o lugar, a população, o meio ambiente e a cultura local.

Esta prática das revitalizações, comumente aplicadas no litoral catarinense inclusive em algumas praias de Penha, se assemelha a algumas políticas de ordenação territorial que têm esse viés de desvalorizar a história, a identidade dos lugares, privilegiando a “nova ordem”, ou seja, o que o Capital, neste caso o imobiliário e o turístico percebem como ideal para o território. Que seria um “território unifuncional”, porém, “enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo” (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

As “revitalizações” são formas de maquiagem a realidade local, despreza-se a história das pessoas comuns em prol do que é considerado bom e belo pelas elites ou pelos consumidores/frequentes desses espaços. Segundo Oliveira, nas revitalizações geralmente:

esvazia-se a história de quem viveu lá; em lugar da memória, o esquecimento. Trata-se de operações de elevação da renda da terra urbana, vale dizer, de uma acumulação primitiva pela via do investimento público. Outra vez, privatizou-se o público, mas não se publicizou o privado: sobe a renda da terra e a parcela dos novos proprietários no excedente social, e decresce a parcela de todos os “sem”. Nenhum critério que publicize o lucro, no sentido de introduzir nele o conflito. A justificativa está sempre à mão: novos empregos,

aumento da renda, da segurança, da convivialidade. Entre iguais e distância dos desiguais (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

Este seria um dos lados negativos do turismo que, muitas vezes, tem resultado em uma urbanização perversa (FONTELES, 2004) e é um elemento a ser aprofundado, já que ele aparece em algumas de nossas entrevistas realizadas em Penha, onde os entrevistados demonstraram esta preocupação, principalmente pelos pescadores da praia da Armação, já que o único resquício de seu território tradicional é a praia utilizada por eles como porto (Figura 09). Pois os terrenos ao seu entorno já estão com terceiros, em sua maioria são segundas residências.

Figura 09 – Barcos na praia da Armação



Foto da autora, inverno de 2018.

Esse interesse do turista pela praia faz parte do ideário da sociedade moderna. Fonteles (2004) esclarece que,

a partir da segunda metade do século XVIII, o sistema de representações imposto pela teologia começou a desmoronar. O mundo voltou-se para outras formas de admiração da natureza, distanciando-se do “providencialismo”. A beira mar passou a ser apreciada esteticamente e moralmente. O europeu de classe alta passou a valorizar a emoção do banho. Esperava que o mar acalmasse suas ansiedades, corrigisse os efeitos perversos da civilização urbana, prática muito comum ainda nos dias de hoje. (...) A vida urbana, cada dia mais tensa e insegura, criou o desejo pela procura de ambientes naturais (FONTELES, 2004, p. 29).

Essa mudança no pensamento ocidental acabou atraindo os interesses das elites às paisagens litorâneas, primeiro na Europa e depois no mundo, se num primeiro momento teve caráter voltado especificamente ao lazer, logo essa atividade passa a ser visada pelo capitalismo como algo rentável e gerador de lucro. O turismo transforma lugares em mercadoria, e para satisfazer esse mercado, os agentes locais acabam moldando ou sistematizando os lugares para que esses tenham as condições esperadas

para atrair os seus consumidores. Nossos entrevistados em Penha, inclusive a presidente da associação, percebem a ambiguidade de suas relações com o turismo e turistas, sabem que esse público acaba consumindo seu pescado, mas a relação de enfrentamento nas areias da praia durante a temporada de verão é conflituosa. Principalmente por conta dessa busca do turista pelo padrão de beleza cênica que o mercado turístico geralmente divulga e por essa ser uma praia de pescadores, sujeitos que estão ali há gerações, trabalhando e mantendo o sustento de suas famílias.

Fonteles (2004) nos esclarece que o instrumental do mercado turístico (vendas, marketing...) na maioria das vezes não leva em consideração as populações locais, nativas, acaba as tratando, assim como os seus lugares e paisagens, como objetos que têm “o papel principal de satisfazer as necessidades dos visitantes”. Sobre esse aspecto do turismo e a relação com o açoriano, Campos (2010, p.66) afirma que:

Por muito tempo foi invisibilizado pela historiografia catarinense e brasileira e hoje, sua visibilidade é estilizada, muito ligada aos interesses do setor econômico voltado ao turismo. Turismo que, aliás, tem favorecido ainda mais às transformações, alterando a natureza, inserindo novos hábitos, modificando a cultura ou utilizando-a em seu benefício.

Não só na Penha, mas na região litorânea catarinense, assim como acontece essa apropriação cultural e territorial em relação aos povos tradicionais, também existe a questão de que as infraestruturas e equipamentos urbanos são planejados primeiramente para os turistas e não para a população local, fato que pode ser percebido em muitas cidades litorâneas, haja vista, que no entorno da orla, as cidades estão “maquiadas” ou produzidas para atrair turistas, com recursos paisagísticos e estruturas para o lazer, práticas de esportes e atividades culturais, e as periferias ficam sempre em segundo plano. Farias (2002, p. 24) traça um perfil dos turistas e/ou “veranistas”:

Os atuais veranistas, que possuem imóveis, estão a exigir infraestrutura compatível com seus padrões de vivência urbana, bem diferente de alguns anos atrás. O poder público e iniciativa privada têm-se empenhado na oferta de equipamentos e serviços para atender à demanda.

Essas “exigências” são utilizadas e aparecem nos discursos das prefeituras da região para explicar o fato dos recursos financeiros serem investidos em grande parte nessas áreas, a fim de movimentar e incentivar a “indústria” do turismo.

Outro fato que trouxe mudanças para o município de Penha e também para o cotidiano de muitas famílias de pescadores foi a criação do Parque de diversões do Beto Carrero World, em dezembro de 1991, em uma área de 1,5 milhões de metros

quadrados na Praia da Armação (GOULART, 2006). Em um estudo sobre os possíveis impactos sociais gerados pela implantação do parque no município de Penha, Vicente (2002) aponta como sendo ele o responsável por diversas mudanças no cotidiano e no modo de vida da população local, que os interesses da empresa deveriam ser mediados pelas necessidades locais, e não sobrepô-la aos interesses exclusivos da empresa.

Segundo Goulart (2006, p.25) em dissertação sobre a percepção ambiental em Penha, o Parque recebeu muitos incentivos financeiros do Governo Estadual e Federal, como uma via de acesso que liga o parque à BR 101, a rodovia SC 414, sem a necessidade anterior de passagem pelo centro de Penha, tal acesso teria custado aos cofres públicos “25 milhões de reais”. Com esse acesso direto, percebemos que muitos turistas nem chegam a conhecer o município, a grande maioria vai diretamente ao parque, o que supomos tenha causado uma diminuição na movimentação econômica do comércio local. Outro ponto que Goulart (2006) aborda são os pacotes turísticos que vendem o entretenimento já inserindo a hospedagem em Balneário Camboriú, outro retorno que é vetado ao município de Penha. Outra questão é a de que o Parque se espelha em outros tantos parques estrangeiros, como a Disney World, em Orlando/EUA e não possui qualquer referência cultural ao lugar em que se instalou, inclusive muitos dos seus materiais publicitários nem ao menos citam o município, fazem referência às capitais mais próximas, Curitiba e Florianópolis, e outras cidades da região como Itajaí, Navegantes por causa do aeroporto, Balneário Camboriú e Blumenau (GOULART, 2006, p. 25). De acordo com Goulart (2006) o Parque possui essa característica de trabalhar um marketing que desvincula sua imagem ao município, e isto pode ser analisado pela autora em suas entrevistas que apontaram que:

Atualmente o que os moradores sentem é que Armação do Itapocorói está perdendo a sua imagem de praia junto aos visitantes. Isto ocorre por conta da propaganda do Parque Beto Carrero World – o maior investidor em propagandas do município – que não associa o parque a uma localidade litorânea (...). Muitos moradores relataram em suas entrevistas a surpresa dos visitantes ao se darem conta de que estão em uma praia. (...) A imagem de praia de pescador, de pesca artesanal, de praia de turismo de segunda residência, enfim, imagens construídas ao longo dos anos é substituída, por conta de iniciativas privadas de marketing e propaganda, por uma imagem produzida artificialmente, quando se considera Penha – e Armação – somente o local onde está instalado o parque (Id., 2006, p. 44).

Seria como se o parque concorresse com a praia ficando com os lucros gerados por esses turistas, sem uma distribuição de renda para a população do município e quem depende dos turistas em seus estabelecimentos comerciais.

Esse turismo diário ao parque não acarreta impactos diretos sobre a venda dos pescadores, já que os turistas vêm até o parque passam o dia e depois vão embora, em

entrevista a Presidente da APARPE (Associação dos pescadores artesanais de Penha) relatou que sabe de pessoas que tenha saído da pesca para trabalhar no parque, especialmente os mais jovens, filhos de pescadores. Mas não conseguimos contatar nenhum desses sujeitos.

Outras atividades que também acabaram atraindo pessoal da pesca artesanal foram a maricultura e a pesca de camarão (exercida também pelos pescadores artesanais), tais práticas e mudanças são percebidas por essa pesquisa como formas de resistência dos pescadores artesanais e os descendentes dos açorianos em se manter em atividades vinculadas ao mar, já que através dessas outras atividades eles tem ampliada a sua possibilidade de aumentar sua renda.

Sobre a maricultura, ela aparece no município com o apoio da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), particularmente com o curso de graduação em Oceanografia, e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na década de 1990, ambas apoiaram com incentivos a nova atividade no município e com pesquisas, a UNIVALI tem um campus em Penha onde continua com as pesquisas voltadas a maricultura. De acordo com Goulart (2006, p. 27):

Em Penha a maricultura iniciou em 1994 com a criação do Centro Experimental de Maricultura, na praia de Armação do Itapocorói. Mantido pela UNIVALI, é um dos responsáveis pelo sucesso da atividade no município, sendo considerado o parque mais avançado da maricultura no país. O Centro iniciou suas atividades com a participação da comunidade através de palestras e a implantação de uma linha de cultivo na linha do mar, o que possibilitou aos pescadores ter contato visual com o projeto comprovando o êxito da atividade e interessando-se por ela.

De acordo com o relato de um de nossos entrevistados o Senhor Silva, a atividade foi desenvolvida e pensada para suprir as necessidades dos pescadores durante o período do defeso²² de algumas das principais espécies pescadas em Penha, e eles viram na atividade uma possibilidade de aumentarem suas rendas, o senhor Silva também contou que alguns se adaptaram tão bem nessa atividade que permaneceram exclusivamente nela, e alguns não gostaram e ficaram exclusivamente com a pesca. Especialmente a partir de 2003 quando o Governo Lula cria o “salário defeso” e os pescadores artesanais passaram a receber um salário mensal nos meses de defeso, política que auxiliou a manutenção deles na pesca, pois nesse período como relatado

²² “O defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais. Nesse período é garantido por Lei (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 13.134, de 14 de junho de 2015) ao Pescador profissional artesanal o pagamento de seguro-defeso, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, que é o seguro-desemprego especial, pago ao pescador”(<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca/periodo-defeso>).

por nosso entrevistado, muitos deles eram obrigados a fazer trabalhos temporários em outros setores, como na construção civil, pois não poderiam pescar, fazendo com que muitos não retornassem à pesca. Daí também a universidade ter se preocupado com esse período e incrementado a maricultura em Penha.

Goulart afirma que para cada indivíduo envolvido na maricultura, outros três o acompanham, inclusive as mulheres e família, o que mantém de certa forma as características de ajuda mútua encontradas na pesca (Id., 2006).

Penha é reconhecida como a Capital Catarinense do Marisco, em 1995 com o intuito de popularizar e incentivar o consumo dos mariscos foi criada a Festa Nacional do Marisco, “realizada todos os anos entre os meses de janeiro e fevereiro na praia de Armação. Durante a festa são realizados concursos de culinária com marisco e também são vendidos artesanatos feitos com as cascas” (GOULART, 2006, p. 25).

Desse modo, Penha e os seus povos tradicionais passaram por algumas etapas ao longo do tempo e de sua formação sócio-espacial, que se deu inicialmente com a Armação Baleeira, depois a pesca artesanal e a pequena agricultura, posteriormente o trabalho vinculado ao turismo junto ao Parque Beto Carrero World, a pesca do camarão e a maricultura. De todas essas atividades, grosso modo, a que mais desarticula essas comunidades são as atividades vinculadas ao Parque, pois os sujeitos se tornam apenas mão de obra barata perdendo toda sua bagagem cultural e o saber fazer apreendido com seus ancestrais.

4.2. Lebon Régis e os Caboclos

Santo Antônio do Trombudo, um lugarejo também conhecido por Trombudo, localizado na região do alto vale do rio do Peixe, há 353 km de distância da capital, e que, no mês de julho de 1934 tornou-se distrito de Curitibaanos, contraditoriamente recebendo o nome de Lebon Régis. Uma homenagem ao Coronel Gustavo Lebon Régis, que durante a Guerra do Contestado era Capitão do Exército, e a partir de Florianópolis, com o cargo de Secretário Geral do Estado, era quem enviava as tropas de soldados à guerra, e organizava os ataques aos redutos caboclos, a fim de eliminar os “fanáticos” (termo utilizado em sua biografia oficial) e assim acabar com o conflito na região (PRADO, 2017, p. 49). Uma das muitas ironias históricas cometidas frequentemente pelo Estado brasileiro, onde sujeitos que se opuseram a população local acabam depois dando seus nomes aos lugares aos quais deslegitimaram com seu poder. Lebon Régis passou a ser de fato um município em 19 de dezembro de 1958, com o nome de um dos algozes de seu povo na guerra, a “pá de cal” sobre o conflito.

No período que precede a Guerra do Contestado (1912-1916), Santo Antônio do Trombudo, fazia parte de uma das rotas dos tropeiros, o que facilitava as trocas comerciais dos caboclos e fazendeiros da região com outros mercados, a erva-mate era o alicerce dessa economia rústica, além dos porcos criados sob as Araucárias e os eventuais excedentes de sua pequena agricultura. Pode-se afirmar que houve três principais ciclos econômicos nessa região, primeiro o da erva-mate, depois o da madeira através da extração de sua mata originária, a floresta de araucária, e posterior a guerra e a quase total derrubada de sua vegetação nativa, o ciclo da madeira por reflorestamentos de *Pinus Elliottii* (entre outras da espécie).

Para Thomé (2010) no período de 1914 a 1945 da história econômica catarinense o desenvolvimento é representado pelas pequenas e médias indústrias, e estavam pautadas nas madeiras, na produção têxtil e produtos alimentícios. Ele ainda acrescenta que pequenos empreendedores migraram especialmente do Rio Grande do Sul para a região contestada após a guerra intensificando a produção no setor de transformação. Após a limpeza étnica promovida pela guerra e com as terras comunais dos caboclos esvaziadas, o Estado e as empresas colonizadoras promoveram a sua reocupação.

Em relação aos caboclos da região do Alto Vale do Rio do Peixe sabemos que, o principal evento que os destituiu de seus territórios tradicionais foi a Guerra do Contestado, episódio violento, onde grande parte dessa população foi dizimada, exterminada, como bem relata Fraga (2006, 2009, 2017), e hoje ainda vive os

desmembramentos dessa guerra, a fome, a pobreza, o descaso do Estado, entre outros. Sobre a guerra do Contestado Galeano observa o que consideramos um dos principais motivos, as terras:

As terras eram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à Brazil Railway significou o incêndio de um sem número de cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do Contestado, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil (GALEANO, 2014, p. 282).

Desse modo, consideramos que seja essencial ao falar da população da região do Contestado, de Lebon Régis, rememorar a Guerra, a luta desse povo por sua vida e conseqüentemente por sua terra, sim, pois para eles, assim como o é para todas as populações tradicionais, a terra e seu território são sinônimos de vida, pois ambos estão entrelaçados, imbricados e representam o Ser. O ser caboclo! Especialmente sobre o caboclo do Contestado também nos pautamos em Pasa (2016) quando ele coloca que:

Havia um povo, humilde e simples. Morava na região do planalto serrano catarinense, da cor do pinhão da araucária, árvore nativa da região. Seu sistema de vida era a cultura de subsistência, plantavam nas terras férteis e moravam em casas simples, construídas por suas próprias mãos. Extraíam a erva mate para manter a roda de chimarrão e vender um pouco como fonte de renda (PASA, 2016, p. 06).

Caboclo a priori é o nome dado à população resultante da miscigenação entre europeus e indígenas. Darcy Ribeiro em sua obra “O Povo brasileiro” trata dos principais aspectos relacionados a esses sujeitos, especialmente aos habitantes da Amazônia. Já o caboclo do Contestado é o sujeito resultante da mistura étnica entre indígenas, homens brancos e negros que por diferentes motivos aportaram na região, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde foram se fixando, criando suas famílias e construindo um modo de vida tão rico e diverso, que ora analisamos.

Schüller Sobrinho (2000, p.13-14) em sua tese sobre a origem do povo caboclo do Contestado inicia seu texto questionando de onde teria vindo tal contingente populacional? Já que se sabe que cerca de 20 mil pessoas teriam morrido na guerra, dentre elas homens, mulheres e crianças (ver figura 10), “com certeza não teriam caído do céu”, argumenta ele antes de responder ao próprio questionamento:

Não eram índios, mas sim caboclos. Que tipo de etnia era esta? Existe esta etnia? Veremos, pois o homem do Contestado aí está. É só percorrer parte do Norte, Meio-oeste, o Oeste, planalto meridional e setentrional do estado catarinense e olhar com a visão crítica antropológica; é observar com a lente etnológica. Evidentemente, este homem, durante séculos, perdeu sua identidade étnica, produto de miscigenação entre si mesmos, europeus, eslavos, orientais, africanos,

entre outros, formando uma combinação de n elementos m a m . Este homem, o caboclo, no período de 1550 a 1912, data em que começou o conflito, já era miscigenado, entre árabes, berberes, maragatos e visigodos da Península Ibérica, visigodos vindos para o Brasil e outros nascidos na Terra de Santa Cruz, negros escravos e outros já nascidos brasileiros, índios carijós, guaranis e, principalmente, Xokleng que habitavam as terras serranas, cobertas e recobertas de pinheirais e de ervateiras. (...) o homem da cor do pinhão (SCHÜLER SOBRINHO, 2000, p. 13-14).

Figura 10 – Caboclos aprisionados na Guerra do Contestado



Fonte: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_mariazinha/guerra-do-contestado.html

O autor também destaca que é difícil fazer uma leitura linear sobre a história e a formação deste povo, haja vista que era uma região povoada pelos povos originários há milhares de anos, e também era passagem de outros povos nômades que circulavam por ali indo em direção ao litoral, na contemporaneidade temos consciência de que existia um contingente populacional expressivo e que este tinha seus fluxos, suas redes, faziam trocas e circulavam pelo território das Américas sem a opressão das fronteiras, divisas e cercas da propriedade privada ao modo dos europeus. Segundo Schüler Sobrinho (Idem) a região também teria recebido indivíduos que fugiram de outros conflitos anteriores ao Contestado, como por exemplo a Revolução Farroupilha (1835-1845) e daí teria vindo o modo de reagir e lutar dos caboclos. Para ele:

Não é pertinente olvidar quanto a influência da Revolução Farroupilha, também conhecida como a Guerra dos Farrapos que eclodiu no território de São Pedro em 1835, quando os revolucionários gaúchos proclamaram em suas coxilhas, em 1838, a República de Piratini. Também, a influência que estes dois movimentos tiveram em Santa Catarina, onde alastraram o sentimento de liberdade, em 1839, na terra de Anita Garibaldi, proclamando em Laguna, a República Juliana na qual a região contestada fazia parte. O planalto catarinense foi

percorrido pelos revolucionários e legalistas da Revolução Federalista em 1893, quando deles, os nativos absorveram muito da arte bélica (SCHÜLER SOBRINHO, 2000, p. 14).

Portanto, podemos arriscar em dizer que o caboclo é herdeiro de vários povos, herdou o sangue e genes de brancos, índios e negros, mas muito além de questões fisiológicas, eles herdaram questões culturais tão diversas, que resultou nesse povo guerreiro, simples e ao mesmo tempo complexo, que ora tentamos entender.

Para Pereira (1966) por conta do abandono legal dessa região por parte do Estado Nacional, consequência, primeiro da indefinição de suas fronteiras e pela disputa desta área entre Argentina e Brasil, que só se resolveu com a interferência de Grover Cleveland (então presidente dos Estados Unidos) a favor do Brasil em 1895. E segundo, pelas disputas internas entre Santa Catarina e Paraná, que só findaram em 1916, após a Guerra.

Essa indefinição sobre a jurisdição dessas áreas fez com que os seus habitantes desconhecassem o poder e o papel do Estado, já que segundo esse autor, o mesmo não se fazia presente, com exceção de pequenos postos fiscais para a cobrança de impostos, ora realizadas por um lado, ora por outro lado. Mas estruturas como estradas, postos de assistência à saúde ou a educação, simplesmente não existiam. Nem a Igreja estava presente nesses locais, o povo vivia a própria sorte e foi se adaptando em suas comunidades, criando suas formas de convívio e de solidariedade.

Essas comunidades desenvolveram saberes e formas de manejo dos recursos naturais, que ultrapassam os interesses econômicos e sua sobrevivência, mas que abarcam sua “reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos” (DIEGUES, 2010, p. 24).

Autores como Fraga (2012, 2016), Welter (2007), Machado (2011) entre outros, nos reportam uma imagem do caboclo como um sujeito em equilíbrio com seu meio, tanto social, quanto ambiental, dentro de uma simplicidade que lhe é característica e que difere do modo de vida capitalista urbano e rural do período pré-guerra. Existiam trocas comerciais com os fazendeiros da região e, personagens como os “Bodegueiros” e os “tropeiros” eram fundamentais, já que comercializavam/trocavam produtos e faziam circular os excedentes da produção desses camponeses ao longo do território (PEREIRA, 1966). Sobre essa identidade cabocla Tomazi também esclarece que:

Até um século atrás, a identidade cabocla do Contestado ia sendo estruturada fundamentalmente a partir de uma experiência de vida comunitária e numa relação íntima com a natureza. Desconsiderando

o processo de colonização baseado na violência promovida a partir das grandes fazendas de criação de gado e da cultura liberal-capitalista, o povo do Contestado formava pequenas comunidades e vivia segundo valores herdados das culturas indígenas, africanas e europeia-cristã (TOMAZI, 2005, p. 98).

Apesar do longo tempo passado a guerra ainda é latente, tanto nas memórias e discursos do povo, quanto nos inúmeros sítios históricos e resquícios que ainda estão presentes na região, bem como nos baixos IDHs das áreas afetadas pela guerra. Por esse motivo é que consideramos difícil ou impossível analisar as questões relativas a esse povo sem rememorar a Guerra do Contestado. Já que a guerra foi responsável pela queda de todo equilíbrio retratado anteriormente e deixou marcas tão fortes que mesmo após um século do seu fim, ainda estão presentes.

Respaldados por parte da substancial bibliografia existente sobre a Guerra do Contestado e de conhecimento das duas²³ principais vertentes que debatem sobre esse fato, nos posicionamos pela versão da luta pela terra, pelo movimento camponês de resistência exercido pelos caboclos da região ao sentirem-se coagidos pelo Estado e pelas ações empregadas por representantes do coronelismo da região e pelas companhias *Brazil Railway Company* (responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, entre outras ferrovias no Brasil e no mundo) e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* pertencentes ao grupo estrangeiro o *Trust of Toront*, administrado pelo empresário Percival Farquhar.

A luta na Guerra do “Contestado foi o modo possível pelo qual os caboclos disseram “não” ao abrupto avanço das marginalizadoras relações capitalistas em sua área de existência” foi sua defesa contra a “articulação entre poderosas forças econômico-político-sociais (Sindicato Farquhar, “coronéis”, Igreja Católica e Exército) que esmagou a utopia cabocla do contestado” (AURAS, 1991, p. 56).

O discurso oficial da época é de que, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, na região do Planalto Catarinense, o desenvolvimento chegaria para esse grande “sertão”. A população que o habitava foi ignorada por esse discurso e pela mídia, e foi sendo forçada de forma violenta a abandonar o território ocupado há décadas, para dar vez ao “grande dragão de ferro” (o trem), prenunciado pelo monge São João Maria.

²³ A outra vertente é a de que seria um conflito de cunho religioso promovido por “fanáticos” que seguiam o profeta São João Maria. O messianismo que foi divulgado para camuflar os verdadeiros interesses por trás desse conflito. Os caboclos tinham sim sua religiosidade e seguiram os conselhos e profecias do monge, mas como uma forma de força, de resistência aos azares que sofriam e não o contrário (WELTER, 2007).

O que para uns teria significado de progresso, de desenvolvimento, para outros seria o fim, o seu extermínio. O desenvolvimento regional impulsionado com a chegada da República fez com que acordos fossem realizados desconsiderando um contingente populacional que até então ocupava essas áreas, e que não possuía legalmente a posse das terras. O fato a ser considerado e que à sua época não o foi é que:

Após e durante todo o período imperial, o Contestado viveu certa autonomia com liberdade, sem ser incomodado pela administração e política de então. Com o advento da República, o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 08).

A companhia Brazil Railway Company, empresa responsável pela construção da ferrovia chegou à região no início do século XX e com ela milhares de homens e máquinas para começar a “desbravar o sertão” e construir os 372 km da estrada de ferro que a cruzaria. Em contrapartida à construção da ferrovia, o Estado concedeu as terras que a margeariam, 15 km de cada lado, o que chegaria a um total de 6.696 km², que na configuração atual corresponderiam a 7% do estado de Santa Catarina (KAISER, 2014, p. 21).

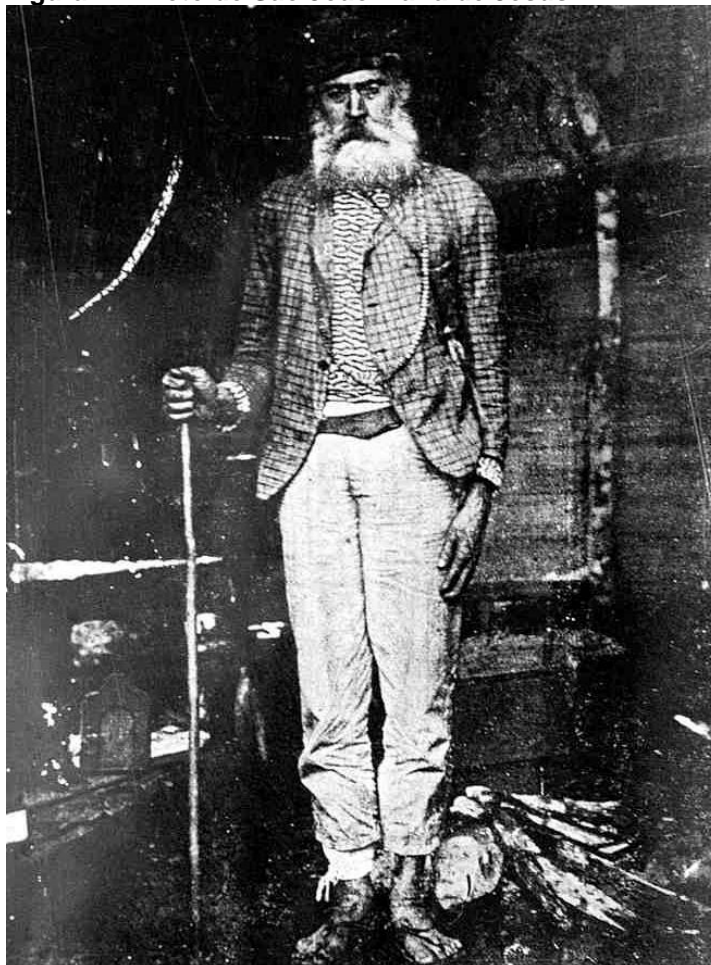
Essas terras consideradas pelo Estado como devolutas, só tiveram a posse respeitada aos coronéis da região (fazendeiros), os caboclos que eram posseiros não foram considerados, isso apesar de terem seus direitos garantidos pela Lei de Terras de 1850, já que a mesma reconhecia a posse a quem ocupasse terras por um longo período, como era o caso dos caboclos, porém, por se tratarem de camponeses pobres e iletrados, tal lei não foi considerada (MEIRINHO, 2009). A Lumber que tinha interesses em explorar a área e a floresta que a cobria, não tardou em começar a derrubar a mata e expulsar os seus moradores, para isso contou com a ajuda do Estado e criou seu próprio mecanismo de ataque contratando homens de outras regiões do país para forçar a saída de quem resistisse. Esses sujeitos que ficaram conhecidos como “jagunços” é que teriam começado a “limpeza” da terra.

Machado (2015) esclarece que a intensão da empresa estava mais em explorar a madeira da região, do que na construção da estrada de ferro, sendo esta apenas um subterfúgio, o autor ressalta ainda que economicamente a estrada não obteve sucesso, o que prevaleceu foi o interesse em explorar as matas e especular a terra, já que essa também era uma empresa de colonização, e tinha o intuito de posteriormente dar início a colonização da região por imigrantes europeus, também com o apoio do Estado Nacional, que na época investia em políticas de branqueamento populacional.

Outro fato que confirma tal hipótese é que o traçado feito para a ferrovia era tão sinuoso que impedia a realização de grandes composições de vagões de trem, o que seria mais lógico, e demonstra que o interesse real era abocanhar a maior quantidade de terras e de madeiras possível (MACHADO, 2015).

Durante esse processo, os caboclos que fugiam desses jagunços foram se embrenhando mata adentro e recorrendo aos chamados redutos, que, grosso modo, foram áreas em que essa população encontrou abrigo. Nesses redutos os caboclos receberam o apoio do monge João Maria (Figura 11), que se tornou um líder para esse povo em vários sentidos, o que fez com que os caboclos fossem chamados de fanáticos, especialmente pela mídia da época. Esse monge teria sido o primeiro monge a peregrinar pela região levando alento para essa população tão carente. “Há um paradoxo que surpreende todos quantos estudam ou procuram entender a vida de São João Maria: esse “santo” não foi um homem, foram dois que confundiram e entrelaçaram suas vidas para se tornarem apenas um santo” (FRAGA, 2017, p. 57).

Figura 11 - Foto de São João Maria de Jesus



Fonte: Autoria desconhecida, <http://www.gazetainformativa.com.br/a-historia-viva-de-sao-joao-maria/>

Algumas fotos e imagens do monge circulam pela região desde então, nesta aparece no canto inferior direito a suposta idade que o monge teria na época do registro. Segundo Fraga,

Este João Maria desapareceu nos primeiros anos do século XX, por volta de 1908. Uns disseram que morreu no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; outros, que a sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Mas os verdadeiros crentes, que eram a quase totalidade dos sertanejos da área, acreditam que ele apenas se havia retirado (FRAGA, 2006, p. 78).

Os monges exerciam o papel de curandeiros, com seus chás e remédios retirados da floresta, faziam batizados, benzimentos, orações e aconselhavam toda essa população cumprindo papel de guia espiritual, similar ao que fazem os padres em suas paróquias. Após o desaparecimento desse primeiro Monge, o João Maria de Jesus, aproximadamente em 1911, perto de Campos Novos na serra catarinense, um novo sujeito aparece, tratava-se de um “curandeiro de ervas”:

Exatamente no mesmo local onde, pouco antes, se dizia ter reaparecido o Monge João Maria. Apresentava-se como José Maria de Santo Agostinho. Era um caboclo de cabelos lisos e compridos e barba espessa. Vestia-se de brim ordinário e, como um caboclo qualquer, costumava andar descalço. Às vezes usava tamancos com meias grossas que lhe prendiam a boca das calças. Tinha dentes manchados de nicotina, devido ao cachimbo que frequentemente pitava (Id., 2006, p. 79).

Sobre a figura de José Maria, Fraga (2006, p. 79-80) esclarece que ele possuía algumas diferenças de seu antecessor, “Miguel Lucena de Boaventura” seu verdadeiro nome, surge e de certa forma dá continuidade ao papel de João Maria, diziam a época ser um possível desertor do Exército ou da Força Policial do Paraná, tinha hábitos menos reclusos e religiosos que o outro e ganhou fama ao realizar a cura da esposa de um Coronel da região, o Coronel Francisco de Almeida, por supostamente ter ressuscitado uma moça. Em agradecimento a cura, o Coronel lhe ofereceu muitas terras, que foram recusadas por José Maria, o que fez com que definitivamente ele fosse considerado um homem santo pelos caboclos da região.

Por volta de 1912, José Maria se estabelece em Taquaruçu, um desses redutos caboclos, e cria ali uma “farmácia popular” onde atendia gratuitamente quem o procurasse, ele também pregava abertamente sobre os desmandos do governo republicano que explorava essa população (KAISER, 2014). O reduto de Taquaruçu, que ficava entre os municípios de Curitiba e Campos Novos, com o tempo foi tomando corpo, pois centenas de caboclos fugidos dos conflitos com a Lumber e fiéis seguidores do monge passaram a viver ali sob seus cuidados e orientação, a

concentração de pessoas naquela localidade começou a chamar a atenção dos políticos da região, que percebiam todo esse contingente como uma ameaça.

No reduto, a vida em comunidade era organizada de maneira igualitária, tudo era compartilhado, sendo assim:

Não duvidamos que os ensinamentos dos monges, sobretudo do Zé Maria, que diz, quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficam iguais, seja a frase que melhor explicita o mundo e a índole cabocla, pois os caboclos e as caboclas do Contestado eram bons e queriam o bem, pois suas casas tinham portas, mas não tinham tramelas – esse é um traço de permanência da cultura cabocla, que vivenciamos todas as vezes que estamos pelo Contestado (FRAGA, 2012b, p. 11-12).

Outra peculiaridade sobre esse monge é que ele possivelmente tinha conhecimento sobre guerras, ou organização de defesa, haja vista, que ele organizou em seu reduto alguns homens, como uma guarda, e que de acordo com Fraga (2006), esse grupo fora:

denominado por ele de Os Doze Pares de França. Era uma alusão aos doze cavaleiros que acompanhavam o imperador Carlos Magno, na Idade Média, segundo o livro História de Carlos Magno e os doze pares de França, que carregava consigo e que lia sempre para seus seguidores. Contava histórias de feitos heroicos e transmitia mensagens religiosas em que o bem sempre vencia o mal (FRAGA, 2006, p.81).

O monge também demonstrava estar contra as ações da república e das empresas em expulsar os caboclos de suas terras, ele pregava a construção de uma “monarquia celeste”, que foi confundida pelos intendentos de Curitiba como uma alusão à antiga monarquia brasileira (Id., 2006). Esse fator teria sido preponderante para a vinda de soldados do Corpo de Segurança paranaense, que resultou no primeiro confronto militar em Irani, já que o monge e 30 de seus homens haviam se deslocado para lá. E apesar da desigualdade na capacidade de defesa dos dois grupos, os caboclos resistiram bravamente ao combate, porém, tanto o monge, quanto o Comandante paranaense foram mortos. Assim, o Estado tomou conhecimento do seu oponente e de que haveria resistência, já que “os matutos matreiros não se entregaram facilmente. As primeiras investidas dos soldados foram catastróficas, do ponto de vista militar, pois vão encontrar não um povo apático, desguarnecido e vulnerável, mas corajoso, valente e lutador” (PASA, 2016, p. 06).

Esse primeiro confronto que ficou conhecido como o Combate de Irani foi o início da Guerra do Contestado, que só terminaria quatro anos e milhares de mortes depois. Diversas causas contribuíram para o início da guerra, como retrata Fraga (2006,

p. 80), dentre as quais podemos citar um forte “movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais”.

O reduto de Taquaruçu também era chamado de “cidade santa” pelos seguidores do Monge, eles utilizavam termos como “exército encantado de São Sebastião”, “monarquia celeste” para se referir a comunidade que estavam criando ali, o que atraía ainda mais a atenção sobre eles, já que o Brasil havia deixado o sistema monárquico a pouco tempo e qualquer suspeita de subversão seria coibida. Acreditamos que apesar das coincidências, esses termos foram apenas subterfúgio para as reais intenções de coibirem o movimento e “limparem” as terras. Seriam mortos ou expulsos de qualquer maneira, pois os interesses econômicos por detrás eram altos. O reduto sofreu dois ataques, mesmo já sem a presença do monge, o primeiro não tão “bem” sucedido como o segundo, traz Lebon Régis como um dos responsáveis, como relata Queiroz:

O primeiro ataque a Taquaruçu obedeceu a um plano traçado por Lebon Régis, então secretário geral do Estado de Santa Catarina. Os soldados do exército, vindos por via férrea de seus quartéis no Paraná, encontravam-se divididos em dois troncos: em Caçador (100 praças) e em Campos Novos (60 praças). Efetivados barriga verde estacionavam em Curitiba (50 praças). Simples era o plano: os três contingentes, por diversos caminhos, convergiam sobre o reduto, atacando-o simultaneamente. (...) Uma das colunas, a que partiu de Campos Novos, nem chegou a avistar o adversário; o pânico provocou a retirada. A que vinha de Caçador debandou depois de rápido tiroteio. O mesmo aconteceu com aquela que era constituída de soldados da PM (QUEIROZ, 1966, p. 131-132).

Pela sequência dos relatos desse fato levantados por Queiroz (1966), os caboclos conseguiram amedrontar os soldados, pois os mesmos não tinham certeza de seu contingente, também por conhecerem a mata, por fazerem barulhos e ações (como chacoalhar as bandeiras) incomuns para os militares, mas seu número nesse conflito era bem reduzido, como demonstra esse relato colhido no reduto: “Só oito de nós enfrentaram os atacantes; o resto todo estava deitado no gramado à espera do entrevero. Os atacantes, entretanto, debandaram desde o primeiro instante” (QUEIROZ, 1966, p. 132). Apesar dessa aparente vitória dos caboclos, em Curitiba instaurou-se um clima de medo e insegurança, o que acabou também incentivando o novo ataque, já que os coronéis e demais apoiadores do exército não ficaram satisfeitos e continuaram exigindo providências.

No reduto, antes de seu segundo e fatal ataque, residiam aproximadamente 800 pessoas, sendo 200 homens e 600 mulheres e crianças, instaladas em “200 casas toscas e 30 barracas; o número de mulheres e crianças excede de longe o dos homens,

provavelmente porque muitos destes seguiram com o “Exército²⁴” deixando no acampamento as famílias” (Id., 1966). Por isso estavam mais vulneráveis e o ataque foi tão devastador. Outro ponto importante era o fato de que havia pouquíssimas armas de fogo no reduto, os caboclos usavam facões e umas espadas feitas de madeira torneada no fogo, o que as deixava mais resistente, mas não deixavam de ser um pedaço de madeira, enquanto que o exército já utilizava metralhadoras, granadas e espingardas. Sobre esses acontecimentos nos embasamos em Queiroz (1966), pois é um dos autores que relata o período e as batalhas, com a maior riqueza de detalhes, sobre a fase anterior ao segundo ataque ao reduto, ele descreve que:

Tomou parte o 54º Batalhão de Caçadores de Florianópolis, (...) a esta unidade vieram juntar-se as tropas que tentaram o assalto anterior, mais duas seções de metralhadoras, um esquadrão de cavaleiros e duas peças de artilharia de montanha – estas últimas, com toda a sua guarnição de 48 praças, especialmente enviadas da Capital Federal. Ao todo, 700 soldados, dos quais 500 poderiam seguramente entrar em combate (QUEIROZ, 1966, p. 140).

Com todo esse contingente e artilharia contra pessoas com pouca capacidade de defesa, pode-se ter uma noção do efeito desse ataque, que acontecera em 08 de fevereiro de 1914, segundo Queiroz, somente durante o dia os soldados lançaram sobre o reduto “175 tiros de granadas”, os homens que estavam no reduto tentaram resistir, mas em vão, já que as suas poucas armas de fogo, não tinham alcance suficiente para interpelar os soldados que estavam os atacando de longe e do alto. Sobre o impacto desse ataque, Queiroz relata que:

Ao anoitecer verificavam os assaltantes que a cidade santa ia sendo abandonada. Mas só no dia seguinte é que as tropas se dispuseram a forçar o reduto. Através dos binóculos, os oficiais não viam ninguém no meio das casas destroçadas; apenas cães que percorriam o recinto de um lado para outro, e porcos no gramado fuçavam cadáveres. (...) Depois de penetrar no que sobrara da cidade santa, o médico militar da expedição descreve nestas palavras o que viu e o que sentiu: “O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, calculado por uns em 40 e tantos, e por outros em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos; bois, cavalos, etc., casas queimadas, etc. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desenhava aos olhos do observador” (QUEIROZ, 1966, p. 143).

Como se pode perceber por esse relato, o reduto fora totalmente destruído, algumas pessoas conseguiram fugir, mas não se sabe ao certo o seu número, bem como o total de mortos, não fora publicizado, e é provável que o exército tenha esses

²⁴ Aí o autor se refere ao “Exército encantado de São João Maria” ou “Exército de São Sebastião”.

números em algum de seus arquivos, ou tivera no período. Do outro lado houve uma perda, e três feridos, o que demonstra a real desvantagem em que estavam os caboclos. Dos sobreviventes desse massacre, alguns se apresentaram em Curitiba e outros se refugiaram em um reduto mais distante, o reduto de Caraguatá que era mais numeroso que o de Taquaruçu, e estava sob o comando de Maria Rosa²⁵. As mulheres que acompanhavam o monge em suas andanças, rezas e também participaram da guerra, as “virgens” (Figura 12, eram chamadas assim mais pela pureza e idade, que por questões fisiológicas), eram moças muito jovens, mas que pela conduta ilibada e devoção ao Monge ganhavam respeito dos demais caboclos, assumindo muitas vezes a liderança no movimento.

Figura 12 – O Monge João Maria e as “virgens”.



Fonte: Fraga, 2006, foto de Claro Jasson.

Apesar do pânico gerado pelo massacre, além dos refugiados, Caraguatá também acabou atraindo famílias dos mortos que queriam vingança e se juntaram no reduto (QUEIROZ, 1966).

Nesse período foram enviados emissários do governo e exército ao reduto com o intuito de promover a rendição dos caboclos, mas ao que consta teria sido em vão, pois os mesmos queriam a restauração de sua “monarquia celeste”, e mais uma vez Lebon Régis interfere, manda para um emissário seu, a ordem de dispersar os caboclos: “aconselhar a dispersão pacífica dos desgraçados sertanejos que ali ainda se mantêm reunidos e armados” (QUEIROZ, 1966, p. 151).

Desse modo, apenas um mês após o massacre de Taquaruçu, o reduto de Caraguatá é atacado sob comando do Coronel Freire Gameiro, esse reagrupa as tropas

²⁵ Maria Rosa era uma adolescente de 15 anos, loura, de cabelos crespos, pálida, alegre, de extraordinária vivacidade. Não sabia ler nem escrever, mas falava com desembaraço. Usava um vestido branco, enfeitado, em que se viam fitas azuis e verdes e penas de pássaros. Era ela quem nas procissões marchava à frente. Permanecia horas trancada num quarto escuro, do qual saía para transmitir as ordens que dizia receber diretamente de José Maria. Cf. AFONSO, E. J. O Contestado. São Paulo: Ática, 1994, p.23.

do exército e ataca em 9 de março o reduto, acaba sendo derrotado e surpreendido pelas estratégias de guerrilhas utilizada pelos caboclos. Após a derrota ele é substituído pelo General Carlos de “Mesquita (com experiência na Campanha de Canudos, na Bahia), que instalou o comando da 2ª Brigada Estratégica, em Calmon, a 16 de abril, com efetivos totalizando 1.700 homens” (FRAGA, 2006, p. 85). Após este episódio Maria Rosa (Figura 11) ordena que os caboclos mudem para outros redutos em “Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros” (idem). Nesse momento de acordo com Thomé (1992) estima-se a presença de mais de 5.000 pessoas envolvidas nos redutos, entre elas homens, mulheres e algumas crianças com condições de defesa ou serventia em momentos de conflito.

Figura 13 – Pintura com a imagem de Maria Rosa



Fonte: Pintura de Willy Zumblick, in: <http://omotim.tripod.com/pintor.html>

No período de 13 a 29 de maio de 1914 houve outros ataques ao reduto de Caraguatá, comandados pelo General Mesquita, porém os caboclos agiram como se estivessem se dispersando e o general deu como encerrada a ação. Após isso sob o comando do Capitão Matos Costa²⁶, os soldados passaram a vasculhar as matas e tentar negociar uma rendição dos “fanáticos”, pois esse capitão ao que indicam alguns autores tinha uma visão particular do caboclo e se empenhou em negociar a rendição dos mesmos (QUEIROZ, 1966; FRAGA, 2006; PRADO, 2017). Com o fracasso das negociações e com o aumento do contingente de caboclos, jagunços e outros sujeitos

²⁶ Sobre Matos Costa, Prado (2017, p. 117) relata que: “Este Capitão se bateu com os sertanejos cumprindo seu dever, foi um dos poucos que entendeu a causa do nosso caboclo, defendeu os direitos do sertanejo catarinense. Disfarçado de tropeiro, de mascate, de dentista, de comprador de erva-mate, percorria a região, conversando com os caboclos, assuntando, levantando opiniões”.

que vagueavam pela região do conflito, com o inverno se aproximando, comida se tornando escassa, eclodem muitos assaltos e roubos na região. No final de agosto o ministro da guerra nomeia o General Setembrino de Carvalho como novo comandante da XI Região Militar, em Curitiba, ordenando que o mesmo intensifique as ações e acabe logo com os conflitos (Thomé, 1987).

Do outro lado, os rebeldes também intensificaram os seus ataques, como demonstra Fraga (2006, p. 86):

A 5 de setembro, os rebeldes atacaram Calmon, incendiando os depósitos da Madeireira Lumber. No dia 6, destruíram a localidade de São João e a estação de Nova Galícia, na estrada de ferro. No mesmo dia, atacaram em São João o trem especial que conduzia um efetivo comandado por Matos Costa, matando inclusive o “bravo” comandante, fato que colocou em polvorosa a população das margens do Iguçu.

Depois desse ataque e da morte de Matos Costa, o General Setembrino assume seu posto em 18 de setembro de 1914, e como primeira ordem é a intensificação do combate aos revoltosos. Desse modo:

Em outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 homens constituindo as forças regulares de 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis, contratados, divididos em quatro poderosas colunas – Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval (FRAGA, 2006, p. 87);

A partir desse momento os revoltos foram sendo cercados, mortos ou rendidos, dia a dia até o final deste mesmo ano, foram inúmeros confrontos nesse período e os resistentes foram sendo encurralados mata adentro. Segundo Thomé (1995) o último importante confronto se deu as margens do rio Caçador (em área que hoje pertence ao município de Lebon Régis), as lutas foram intensas e o Exército só não foi derrotado, porque recebeu reforços das forças do Coronel Estilla Leal e dos vaqueanos de Fabricio Vieira. Como saldo no final desse confronto houve em torno de 600 camponeses mortos, sendo que muitos não foram contabilizados (especialmente crianças e mulheres) e 6.000 casas incendiadas (FRAGA, 2006). Depois desse último grande confronto, outros pequenos redutos foram surgindo mata adentro, mas eram logo exterminados pelos soldados que restaram, assim, após dezembro cessaram os confrontos e deram início a “limpeza da terra” ou a caçada final dos rebeldes que ainda tinham conseguido escapar, este foi considerado um dos períodos mais sangrentos, pois os caboclos já desorientados, com fome, sem armas e sem líderes foram sendo capturados e mortos.

A Lumber, os coronéis e o Estado tinham pressa em ocupar “suas” novas terras (Id., 2006). A limpeza foi feita com muito sangue caboclo, especialmente na região de Lebon Régis e dos últimos redutos.

A Guerra do Contestado é tratada por Fraga como um “genocídio”, pois teve como saldo mais de 20.000 mortos, o autor também acrescenta que:

As forças militares que estiveram no Contestado “para impor a ordem à lei, e afugentar bandos de fanáticos” em tarefa que parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por gente hábil, destemida, idealista, conhecedora do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram em pesadelos as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de quase dez mil sepulturas é que as tropas legais se convenceram de que tinham estado diante de um inimigo não inferior, e que a vitória final aconteceu porque a astúcia dos camponeses não resistiu ao poderio bélico e à inteligência e persistência militar (FRAGA, 2006, p. 82).

Com o fim da guerra, nem o processo de expulsão desses sujeitos de seu território, e nem todas as mortes ocorridas nesses longos quatro anos foram capazes de eliminar essa população, os caboclos resistiram, assim como seu modo de vida, sua cultura e religiosidade. Passaram por muita miséria com a perda de seu território, também tiveram que arcar com estigmas e preconceitos criados por seus algozes, foram chamados de assassinos, bandidos, jagunços. Por conta desses estigmas muitos se anularam, calaram sua origem cabocla por medo de represálias, e muitos por acreditarem mesmo que seus pais e avós eram os culpados pela guerra, como veremos no próximo capítulo. Dom Luiz Carlos Eccel em entrevista realizada em 2017, acrescenta que a manipulação foi tanta que muitos caboclos acreditam que os inimigos estavam inclusive dentro do próprio grupo, que muitos caboclos teriam se prevalectido sobre outros.

A história oral se encarregou de passar sua cultura adiante, bem como, de transmitir e perpetuar os saberes tradicionais acumulados ao longo dos tempos, pois “é a partir da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p.40), essas são as permanências e resistências desse povo. Além das práticas sociais voltadas ao trabalho e ao saber fazer, que para esses povos também são transmitidas pela oralidade e ancestralidade, como veremos no próximo capítulo.

5. ENTRE CABOCLOS E BALEEIROS – TRAÇOS, CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS DOS POVOS TRADICIONAIS DE SANTA CATARINA

Conforme nos aprofundamos no universo dos pescadores, percebemos que, a medida em que as cidades da ANFRI foram crescendo e se articulando ao turismo, houve uma sobreposição do espaço turístico ao espaço tradicionalmente ocupado pelos pescadores. Mas, mesmo com o crescimento das cidades e a pressão do turismo massificado, alguns grupos resistem. A pesca artesanal teve e ainda tem um importante papel na formação sócio-espacial e econômica desta região, considerada a maior produtora de pescados do país, mesmo com desvantagens técnicas, físicas e políticas em relação à indústria da pesca, a pesca artesanal é expressiva no estado e vem resistindo em seus territórios, apesar de reduzidos, e da pressão e falta de apoio do Estado e dos municípios.

Os caboclos da região da AMARP, seja nos processos que resultaram na Guerra, se intensificando no decorrer dela e no pós-guerra, ou nos processos atuais, foram desterritorializados e apesar de terem sido muitas vezes ignorados e silenciados, eles resistem através da sua cultura, de seus territórios, identidade e da união de seu coletivo em prol do bem comum, mais recentemente, da preservação e redescoberta de sua história.

Outro ponto que deve ser destacado sobre as comunidades estudadas é a importância das tradições para a resistência dos grupos em seus territórios, no caso dos pescadores, a manutenção da pesca artesanal, seus ritos, horários, e o saber fazer são significativos para a permanência em seus territórios de pesca, para os caboclos, as imaterialidades do território, a religiosidade, as festas, a alimentação e práticas como a coleta do pinhão, das ervas santas e o culto ao Monge, ainda são ritos cheios de significados e que fortalecem esse grupo.

Também temos percebido nos diversos campos, eventos, e em algumas entrevistas e conversas informais realizadas com sujeitos na região da guerra, como a população local tem se empenhado em lembrar e valorizar sua própria história, bem como, os locais sagrados e sítios históricos. Todo esse movimento fortalece ainda mais os laços entre os sujeitos e são formas de resistência aos poderes locais, que por vezes tendem a valorizar agentes externos, como feito na época da guerra, e negar as histórias e os fatos/sujeitos locais, o processo de invisibilização nessa região ainda persiste, porém com resistências.

Essas políticas de ordenamento territorial que desvinculam o desenvolvimento de um lugar, do seu povo, histórias, identidades, e supervaloriza a “nova ordem”

idealizada pelos agentes capitalistas, ainda são uma tendência no Brasil, sejam elas ligadas ao turismo, as indústrias, ao mercado imobiliário, a questão agrária etc., enfim, deixam clara a opção do poder público e seus agentes em favorecer os atores hegemônicos com suas políticas, ao invés, de beneficiar aqueles com maiores carências para suas ações.

No Contestado houve por parte da mídia, Estado, Governos e elites locais, um intenso trabalho de desconstrução dos fatos da Guerra e dos ideais caboclos, com o final do conflito todos os envolvidos foram tratados sob o mesmo jugo, como sendo “jagunços”, “fanáticos”, bandidos etc., além da invisibilização e neutralização dos descendentes e remanescentes da guerra, uma forma de controle social desta população. Os mesmos tinham (muitos ainda têm!) medo, vergonha de se admitirem caboclos, filhos da Guerra do Contestado, e muito tempo se passou para começarem a quebrar tal paradigma. Percebemos que isso tem acontecido, em grande parte, ao papel de pesquisadores que tem se envolvido com a história da guerra desmistificando e revelando fatos acontecidos e que eram desconhecidos, alguns deles, até mesmo da própria população local e especialmente o papel das associações. As associações estão presentes nos dois grupos estudados, a Associação dos pescadores voltada a organização do trabalho atuando quase como um movimento sindical, e as associações caboclas que atuam principalmente no resgate histórico e no resgate da identidade, na valorização do ser caboclo, além das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na luta pelo direito as terras perdidas.

Mesmo vencido na guerra, mesmo abafado e negado pelo Estado e pela história oficial da época, o caboclo vive. O branqueamento da pele pode ter ocorrido, mas a cultura cabocla persiste, resiste e se faz presente no modo de se alimentar, na religiosidade, na identidade do povo do Contestado. O processo de miscigenação cultural (além da étnica) permaneceu no pós-guerra e é um processo contínuo, mesmo com a negação forçada da identidade cabocla por parte de muitos sujeitos, que traumatizados com o resultado da guerra tinham medo de afirmarem-se caboclos, esse movimento é quase que inconsciente, mas se realiza. Pode ser claramente e mais facilmente observado em relação aos hábitos alimentares, ao sotaque e dialetos locais, a religiosidade, crenças, enfim, o que se torna importante refletir é que por mais massacrado que tenha sido esse povo, sua presença e seus saberes permanecem.

O Ser Caboclo não perpassa apenas por um perfil étnico de um povo, uma identidade ou cultura, mas abrange também um modo de vida. Sabemos que originalmente era um ser híbrido, constituído pelas populações indígenas, europeias e negras, mas temos na região sujeitos descendentes de europeus que chegaram com o

fim da guerra e que adotaram esse modo de vida para se adaptar as condições sócio-espaciais da região. Os “europeus acabocladados” que chegaram nesse novo lugar e tiveram que se aproximar da cultura cabocla para resistir às intempéries da vida, nesse território (MACHADO, 2015).

Se a cultura não é algo pronto ou estático, e também é a maneira que os homens têm de ver, pensar e sentir o mundo, então, pode-se afirmar que hoje, culturalmente falando, o homem branco, descendente dos colonos europeus, também pode ser caboclo (BRANDÃO, 2002). Apesar das diferenças herdadas geneticamente, as heranças do lugar que se vive, de suas histórias e da cultura acaba os impregnando, trazendo pertencimento a esse povo, pois ela envolve os homens modelando sua identidade.

Afinamo-nos a Brandão (2002, pág. 31) quando ele argumenta que:

A cultura existe nas diversas maneiras por meio das quais criamos e recriamos as teias (tessituras) e os tecidos sociais de símbolos e de significados que atribuímos a nós próprios, as nossas vidas e aos nossos mundos. Criamos os mundos sociais em que vivemos e só sabemos viver nos mundos sociais que criamos. Ou onde reaprendemos a viver, para sabermos criarmos com os outros os seus outros mundos sociais. E isto é a cultura que criamos para viver e conviver.

O conteúdo da cultura e destes saberes a ela relacionados é fruto de uma construção histórica, do que Lévi-Strauss (1989) intitula como a “ciência do concreto”, geralmente banalizados pela ciência formal, esses saberes são resultados das experiências e observações acumuladas e transmitidas por gerações, e no caso do caboclo, esse saber foi construído por diferentes etnias que com suas culturas específicas resultaram nessa mescla experienciada e até hoje difundida, tanto por seus remanescentes, como por aqueles que entraram em contato com toda essa riqueza, essas tradições e se maravilharam com elas. Já para o pescador artesanal de Penha, os descendentes dos açorianos, percebemos algumas diferenças pois não passaram por toda a questão da miscigenação étnica como os caboclos, mas houve a miscigenação cultural, esse povo para se adaptar ao novo mundo fez uso do conhecimento dos povos originários, tanto na lida da pesca, como na agricultura e nos hábitos alimentares. Hoje a farinha de mandioca e o beiju alimentos apropriados da cultura indígena são populares e fazem parte das tradições locais.

Esses grupos com seus modos de vida diferenciados são tratados por diversos autores como povos tradicionais, populações ou comunidades tradicionais, pois apresentam diferentes relações com o meio natural e seus recursos, representam outro modo de vida. Para Almeida:

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção (ALMEIDA, p. 105, 2010).

Em complemento a essa ideia de que as suas formas de organização não se resumem apenas ao seu meio de produção é que nos pautamos também nos conceitos trazidos por Diegues que são os de população e/ou comunidade tradicional os quais destacamos a:

(...) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; (...) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
(...) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; (...) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; (...) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87-88).

Diegues (2010) faz um adendo sobre esse conceito diferenciando às “comunidades tradicionais não indígenas, das comunidades tradicionais indígenas”, para ele um dos principais elementos de ligação desses grupos com a natureza é a sua relação com o território. Ele também traz nessa mesma obra um conceito de território dentro da perspectiva dessas comunidades, onde o território “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES 2010, p. 25,).

Semelhante a outras populações tradicionais, os caboclos da região do Contestado, tinham seu modo de vida dependente da terra, já que viviam da coleta da erva-mate, do pinhão, do plantio de subsistência, da criação de porcos soltos pelas matas de araucária, eram camponeses que tiravam sua sobrevivência da terra que ocupavam. Não eram miseráveis como são apontados em alguns textos, passaram a ser com a guerra e após a ela, já que seus efeitos perversos ainda persistem na região (QUEIROZ, 1966; FRAGA, 2006, 2012; FRAGA & LUDKA, 2012).

Já o pescador artesanal do litoral depende do mar, do seu território marinho para a obtenção do seu sustento, bem como, da praia para fazer sua base, seu porto de embarque/desembarque e local de conserto dos barcos. No território marinho ocorrem

disputas com as frotas da pesca industrial, também sentem os impactos da ineficiência das leis voltadas à pesca que delimitam seus territórios sem conhecer ou considerar suas reais necessidades, (fatos destacados em nossas entrevistas com eles) e a constante disputa de território com os turistas e moradores que convivem na areia da praia de Armação. Como podemos ver nesses trechos da entrevista com Mirela (2017), presidente da Associação dos pescadores.

A colônia sempre foi ali na praia do trapiche, (...) os pescadores sempre utilizaram a praia e inclusive consertam as embarcações ali na praia. (...) os pescadores têm bastante resistência em sair dali, hoje o ministério público tem exigido da Capitania dos Portos a retirada deles dali, e a Capitania tem exigido da Prefeitura pra que seja feita a organização da praia por causa dos turistas. Tirar as embarcações dali pra que fique bom pros turistas, porque a gente depende também dos turistas. Por isso temos um projeto para a construção de um molhe para que eles deixem os barcos atracados lá e um barracão de pesca pra fazerem os consertos.

Existe esse conflito em tentar se adequar ao sistema, atender as solicitações dos turistas e abrir mão do território tradicional para dar um fim a questão, mas pelo que conversamos nem todos são favoráveis a saída deles da praia.

A relação desses grupos com os seus territórios é intrínseca a sua herança cultural, os saberes transmitidos através das suas tradições orais passadas a gerações, especialmente por seus antepassados indígenas, no caso dos caboclos, onde o território, a terra, faz parte do ser, não é uma mercadoria como para o Europeu e o Norte Americano era. É a partir dessa “oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações, visões de mundo e práticas são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p.40).

Além da transmissão oral da cultura e modo de vida conduzidas pelo povo caboclo a partir das histórias e causos de seus ancestrais, houve também, um lado perverso dessa transmissão, que resultou em outro discurso sobre a guerra e sobre o ser caboclo, e que criou nos próprios descendentes um estigma, a vergonha, o escarnio de pertencer a famílias de jagunços, os pelados²⁷, fanáticos, bandidos. A má informação e a mistificação influenciada pela versão oficial, contada pelo Estado, militares e mídia que os apoiava, fez com que, por décadas, esses remanescentes se envergonhassem de suas origens, já que foram levados pelo discurso oficial, a crer que jagunços e caboclos eram os mesmos sujeitos.

²⁷ Termo utilizado para referenciá-los em contraposição aos homens do exército republicano “os peludos”, pois os mesmo na guerra tinham suas cabeças raspadas, a fim de evitar pragas. A Guerra do Contestado também é conhecida como a guerra dos “peludos contra os pelados”.

O jagunço, como visto anteriormente, era como um mercenário, contratado para ajudar na “limpeza” da terra, ou seja, na expulsão dos caboclos de suas terras para liberá-las aos seus futuros proprietários, e que, contraditoriamente, após a realização de sua tarefa de defender os fazendeiros e a Lumber, foram descartados e acabaram indo engrossar a população dos redutos caboclos, e por certos momentos chegaram a lutar e a morrer ao lado de seus antigos adversários (MACHADO, 2011). Talvez esse fato tenha contribuído com essa visão de que seriam todos jagunços, a fusão desses sujeitos no imaginário social por influência dos atores externos que acabaram os massacrando, tanto em vida, quanto em morte. Sobre esse aspecto do silenciamento dos vencidos no pós-guerra, Auras (1991) destaca que:

Os vencedores trataram de, com o mesmo ímpeto da violência da luta armada, varrer da memória coletiva, sobretudo dos sertanejos, qualquer referência positiva à essa luta cabocla, que passou a ser identificada como obra do “fanatismo”, da “loucura”, de “bandidos”, etc. A derrocada desse movimento rebelde foi seguida, pela força dos vencedores (bastante auxiliados pela ação da Igreja), da busca da submissão dos caboclos aos seus desígnios, do silenciamento dos seus anseios (AURAS, 1991, p. 56-57).

Essa população carregou o estigma de terem sido os vilões, os causadores da guerra, os culpados pelos massacres. Carregaram esse pensamento por décadas, mas isso tem mudado, o aprofundamento dos fatos sobre a guerra para além dos registros oficiais e midiáticos da época está contribuindo para essa mudança de paradigma, mudança de atitudes perante a história vivida por eles e por seus antepassados. Da vergonha de outrora, vemos o orgulho pelo pertencimento ao povo caboclo. A preocupação e o esforço de pesquisadores, jornalistas, políticos, cineastas e artistas, entre outros, em recontar a Guerra e revalorizar o papel desses sujeitos, trouxe uma contribuição imensurável, tanto para a nossa história como nação, quanto para essa população. Que hoje sente orgulho em se dizer cabocla, em lembrar o que fora tão sufocado, isso é constante em conversas informais e entrevistas que fizemos na região, especialmente em Lebon Régis. É preciso também deixar claro que essa revalorização dos fatos vividos e dos sujeitos é um movimento regional, para o resto do país a Guerra do Contestado ainda é praticamente desconhecida. Sobre a importância dessa revalorização do povo e da cultura nossos entrevistados apontam que:

A invisibilidade, a culpabilização, a vergonha: isso tudo não foi superado, muitos não se identificam como caboclos, entendo que isso acontece por vários motivos, mas penso que o peso do discurso construído antes/durante/e após a Guerra continua sendo uma marca importante, muitos fazem referência ao jagunço e não ao caboclo, e ser chamado de jagunço atinge a índole e a moral, o que o povo pobre e simples carrega de mais importante na vida é o nome, a honra, o fato de “ser de bem” e ser jagunço se opõem a isso tudo, e se o caboclo é

jagunço eles não querem ver seu nome associado a isso...isso é grave, vejo isso como uma estratégia de controle social, e isso precisa ser superado, daí a importância do avanço das pesquisas sobre o Contestado no tempo presente e sobretudo este debate nas escolas, nos sindicatos, nas associações, nas ruas etc., é preciso superar o entendimento de que o Contestado ficou no passado, e mais é preciso falar do Contestado em sua totalidade (questões econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais...) e não tocar em aspectos separados/fragmentados (DAIANE D. GEMELLI, 2019).

Além da revalorização e do empoderamento dos sujeitos através do conhecimento de sua história, também é possível de se observar em campo, a valorização dos seus espaços sagrados, lugares que guardam marcas da guerra, dos sujeitos, e especialmente da passagem dos monges pela região e que estão sendo restaurados e preservados por grupos locais²⁸.

O grupo mais atuante da região é a Associação Cultural Coração do Contestado, de Lebon Régis, eles se organizaram em uma associação, para que assim, segundo a fala de seu presidente o senhor Carlos Nedi Veiga da Silva, pudessem ter maior respaldo legal e político para conseguir auxílio público para suas ações, como o resgate histórico e a preservação/restauração dos sítios históricos da Guerra do Contestado, palestras e eventos, dos quais pude participar de alguns, como as “Semanas do Contestado” (Figura - 14.), um congresso com falas populares e acadêmicas e onde se divulgam estudos, a história e a cultura cabocla, especialmente para as novas gerações (todas as escolas do município e algumas da região participam do evento).

Figura 14 - Cartaz da V Semana do Contestado



Fonte: Associação Coração do Contestado, 2019.

²⁸ Existem grupos locais de preservação da história e da cultura do Contestado, dentre eles estão a “Associação Cultural Coração do Contestado”, de Lebon Régis/SC; o grupo dos “Cavaleiros do Contestado”, também de Lebon Régis/SC; o “Observatório da Região e da Guerra do Contestado” – OCGC/UDEL, que envolve a população da região e pesquisadores. Também existem outras tantas iniciativas locais ligadas a paróquias e capelas da Igreja Católica e que também estão envolvidas nesse movimento pela valorização do Contestado, como a pastoral do Caboclo.

Figura 15 - Apresentação das crianças durante a V Semana do Contestado



Fonte: Prefeitura de Lebon Régis, 2019. In:
<https://www.facebook.com/prefeiturelebonregis/>

Figura 16 - Apresentação das crianças durante a V Semana do Contestado



Fonte: Prefeitura de Lebon Régis, 2019. In:
<https://www.facebook.com/prefeiturelebonregis/>

A Semana do Contestado (Figuras 15 e 16) que é o maior evento realizado na região e em 2019 contou com a sua 5ª edição, é organizado pela associação e Prefeitura

Municipal de Lebon Régis, que acabou adotando o símbolo da associação, o coração do Contestado (Figura 17). Assim como a Prefeitura, algumas empresas da cidade também estão usando o mesmo símbolo, que tem no seu centro a cruz verde que era estampada nas bandeiras dos caboclos na guerra. Perguntamos ao presidente da associação sobre o papel e a importância dela na região, ele nos respondeu que:

Nosso papel foi fundamental para o renascimento do orgulho e elevação da autoestima do nosso povo, descoberta de talentos através das atividades culturais, descobrimento e preservação dos sítios históricos, bem como também de salvaguardar registros de descendentes de combatentes, criadores do slogan e símbolo do Coração do Contestado, hoje protegido por lei e adotado pela prefeitura em todos os carros e repartições, também as escolas ,equipes esportivas ,produtores, todos utilizando o nosso símbolo, fazendo com que a associação e o município sejam referência na região (CARLOS NEDI VEIGA DA SILVA, 2019).

Figura 17 - Símbolo da Associação Coração do Contestado



Fonte: <http://jornalcaboclo.com.br>

Além das ações citadas por Carlos, eles também estão salvaguardando objetos variados relacionados a guerra e a cultura cabocla, a intenção é de que criar um museu sobre a guerra no município. Esse símbolo representa a materialização do culto ao Monge e da revalorização da cultura e história da região.

O culto ao monge São João Maria que perpassou o período da guerra e continua vívido, seja nas casas das famílias que penduram sua figura na parede e repetem as orações por ele deixadas ou no culto às águas santas (figura 18), até mesmo num sincretismo religioso com a Igreja Católica. Estas são formas de resistências e permanências que podem ser percebidas na região, como também a presença dos museus sobre a guerra, a reverência aos lugares da guerra como a "roseira centenária" (figura 19) em Timbó Grande, o crematório de Perdizinhas (figura 20), as estátuas do

monge espalhadas por todo o território, bem como, os locais em que os caboclos e o monge (figura 21) foram sepultados no Município de Irani.

A roseira centenária está sobre a vala dos 4.000 mortos do fim da guerra, foi plantada em homenagem a eles e também é um lugar de visitação no Município de Timbó Grande. Essa placa logo abaixo da roseira foi posta durante o Governo de Esperidião Amin (1999-2002), como esta, outras placas demarcam pontos importantes para a história da região e da guerra. O crematório de Perdizinhas em Lebon Régis é outro ponto que rememora a morte dos caboclos, neste local, inúmeros corpos foram cremados durante a guerra, era uma forma de não contabilizar os mortos, pois não deixava vestígios, existem muitos desses na região, alguns estão desaparecendo sob as planta es de pinus, e outros estão sendo encontrados e restaurados pela popula o local.

Durante os trabalhos de campo realizados na região, especificamente no campo realizado em novembro de 2015, puderam ser registrados por meio de fotografias e também visitados, os vários locais destacados: as estátuas, imagens e placas entalhadas com a figura do monge São João Maria, bem como a imagem do monge São João Maria em frente à Igreja Católica do município de Lebon Régis/SC e em frente à antiga esta o ferroviária de Calmon/SC.

Figura 18 – Fonte de águas do Monge, Matos Costa/SC.



Fonte: Autora, 2015

Figura 19 – A roseira centenária em Timbó Grande.



Fonte: Autora, 2015

Figura 20 – Crematório de Perdizinhas em Lebon Régis.



Fonte: Autora, 2015

Figura 21 – Sepultura do Monge José Maria em Irani.



Fonte: Autora, 2015

A figura 21 apresenta o local onde foi enterrado o monge José Maria de Agostini, em Irani/SC. Ele foi morto na primeira batalha da guerra que fora realizada nesse mesmo lugar, em Irani/SC, e ao lado de sua sepultura está a “a vala dos 21”, onde estão enterrados 21 dos 30 homens que o acompanharam até Irani e que foram mortos junto com ele.

Durante os campos realizados na região e também participando de eventos e festas locais, ficou nítido que muitos dos habitantes dessa região estão lutando para manter esse patrimônio histórico, e que o poder público estadual e alguns governos locais estão sendo omissos, ou seja, não estão dando o apoio necessário para a conservação dos sítios históricos, monumentos e museus. Outro elemento percebido claramente nos discursos dos sujeitos é de que existe uma revalorização do “Ser Caboclo”, o orgulho de pertencer a esse povo. Isso se deve ao empoderamento via conhecimento, conhecer a história fez eles se valorizarem, lembrarem os fatos marcantes de sua história, as suas tradições, as festas populares, as cavalgadas. Enfim, todos esses gestos, signos mantidos pela população torna-se sua força, sua resistência à exploração, expropriação e mortes de tantos inocentes pelo capital estrangeiro e pelo Estado.

Outro elemento importante percebido na região e que acreditamos estar relacionado a presença dessa população tradicional são as muitas áreas preservadas de mata de araucária, graças a essa população que valoriza o pinhão e a erva-mate e tem outra racionalidade frente à exploração da floresta. A agressividade de muitos sujeitos ligados a Lumber perpassou a guerra, as batalhas sangrentas e foi para a floresta, o modo como a araucária foi também praticamente exterminada é semelhante ao que sucedeu ao caboclo, a mesma ferocidade, como retratou tão bem Pereira:

Antes, porém de lotear o longo e riquíssimo trecho recebido como parte do pagamento da construção da estrada de ferro, a Brazil Railway Company despojava-se das florestas, mediante um processo predatório gigantesco e irracional. (...)Esta ergueu uma serraria em Três Barras (...) a maior da América Latina, engolia diariamente 300 metros cúbicos de madeira, e totalmente mecanizada, enchia comboios e comboios que desciam para o porto de São Francisco do Sul (...) arrancavam-nas com o emprego de cabos de aço ligados ao poderoso guincho que puxava a árvore arrastando-a com um mecanismo bárbaro ligado a uma locomotiva. Com a árvore derrubada vinha tudo de roldão, até mesmo as palhoças dos camponeses (PEREIRA, 1966, p. 241).

Esse relato demonstra que a Guerra do Contestado além de toda a problemática já discorrida até aqui, também foi um conflito ambiental, que pode ser somado ao montante da dívida social e histórica dessas empresas e do Estado para com a região. Também estão nessa conta, o fato de estarem presentes naquela região as áreas mais pobres do estado de Santa Catarina, verdadeiros “bolsões” de miséria que fazem parte deste legado (FRAGA; LUDKA, 2012).

Sabemos que essa dívida nunca será paga, pois como colocar preço na vida de 20.000 crianças, mulheres e homens mortos nessa terra? Como calcular todas as perdas dessa população? O reconhecimento desse crime pelo Estado Brasileiro pode ser um ponto fundamental, para que essa dívida comece a ser minimamente paga.

Já os pescadores artesanais de Penha, não passaram por processos de desterritorialização tão violentos como os que atingiram os caboclos, uma guerra com milhares de mortos, porém não menos significativos para seus territórios, as perdas foram “pacíficas”, mas constantes, a agressão se percebe ao ver que contemporaneamente o que restou de seu território original foram os espaços ocupados pela pesca (Figura 22), pelos barcos, mas de forma conflituosa, pois como eles mesmos nos relataram durante o período da temporada de verão, eles cotidianamente disputam espaço na praia com os turistas. Muitas vezes ao retornarem do trabalho, da pesca, não tem onde atracar os barcos (Figura 23), pois a mesma já está lotada de pessoas e guarda-sóis.

Figura 22 - Colônia de pescadores artesanais, Praia da Armação do Itapocoroy, Penha/SC



Fonte: <https://storify.com/brunastreit14/turismo-penha-santa-catarina-brasil>

Figura 23 – Barcos ancorados sobre a praia da Armação



Fonte: Foto da autora, inverno de 2019.

Quando perguntados sobre uma possível solução a esse problema, a sugestão parece simples, a criação de um ancoradouro específico para eles (trapiche) com um local para deixarem os barcos e que tivesse um barracão ou algo similar para efetuarem os consertos e a manutenção nos barcos, coisa que atualmente é feita sobre a areia da praia (Figura 23), de acordo com a presidente da APAPE, “todo o verão é a mesma coisa, sempre tem discussão entre pescadores e turistas ou deles com alguns comerciantes, como um dono de uma pousada em frente à praia”.

Existe um trapiche na praia que fora construído pela Prefeitura, mas que não serve para as necessidades dos pescadores e é utilizado por turistas e embarcações maiores, e no nosso último campo em junho de 2019, o mesmo estava interditado, pois está caindo.

Esses sujeitos que tradicionalmente ocupam estes espaços, com a chegada do turismo e da pesca industrial a partir dos anos 1960, perderam parte de seu território, e do contingente populacional da colônia, já que muitos desistiram da pesca devido as suas dificuldades. Porém, a colônia por meio de suas tradições tem resistido ao processo de desterritorialização. Resistem porque dependem daquele território como base de subsistência e também por possuírem valores e vínculos com o lugar. Entretanto, os diferentes conflitos socioambientais vinculados diretamente ao processo de disputa por território, são, via de regra, os principais fatores que comprometem a permanência e a reprodução social dos pescadores.

Os pescadores da praia da Armação contam com duas instituições que buscam representa-los e atuam na luta por melhores condições locais para a pesca e também os representam junto ao Estado, que são a Colônia de Pescadores Z5 de Armação do Itapocoroy e a Associação dos Pescadores Artesanais do Município de Penha (APAPE). As duas entidades se dividem na representação dos pescadores junto ao Governo Federal para os registros dos pescadores, através da carteira profissional de pescador que lhes dá o direito de receberem o “Seguro-defeso” Atualmente de acordo com dados do Portal da Transparência do Governo Federal recebem o auxílio 971 indivíduos no município de Penha, que correspondem ao número de pescadores (as) registrados até o momento e que podem atuar na pesca profissionalmente. Também nos foi relatado em entrevista, que existe em Penha uma Secretaria de Pesca da Prefeitura, mas que a mesma não é participativa e não auxilia nas questões necessárias a colônia, por isso eles contam mais com as outras duas instituições.

Outro fator que demonstra as permanências da cultura açoriana no município de Penha são as festas, como a festa do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, de Nossa Senhora do Rosário ou Natal dos Pretos (criada pelos

escravos em 1778 e mantida por gerações, era dançado o Moçambique) e os folguedos como o Boi de Mamão, Terno de Reis, Farra do Boi (proibida pelo Estado), Quadrilha e a Malhação de Judas, Mastro de São Sebastião, são exemplos do que permaneceu ao longo do tempo e que une o passado e seus antigos colonizadores (FARIAS, 2002).

Em relação ao conflito dos pescadores por causa de sua presença na praia, a presidente da Associação, a Mirela, nos relatou que existem ações no ministério público pedindo a retirada dos barcos da praia, da areia e da baía, essas ações foram feitas por moradores, turistas e comerciantes locais. Outra questão levantada por ela é de que a associação teria solicitado a prefeitura anos atrás, um lote na praia para a construção de um barracão de pesca, um local onde pudessem guardar seus materiais e fazer os consertos nos barcos, o terreno não foi cedido para eles e mais tarde foi vendido para a construção de uma pousada, esta cujo o dono é mais um a solicitar a saída dos pescadores do lugar. Por enquanto os pescadores têm resistido e mantido seu território. Em relação ao trabalho na pesca, eles contam com apoios externos como o da EPAGRI, IFSC de Itajaí, Capitania dos Portos, INSS, Ministério da Pesca e Agricultura do Estado de Santa Catarina (informações da presidente da associação).

Perguntamos a Mirela e ao senhor Silva sobre a saída da Presidente Dilma Rousseff do Governo brasileiro após o impeachment (agosto de 2016) e sobre a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, e se eles já haviam percebido mudanças relacionadas aos pescadores artesanais, ambos falaram que o primeiro impacto foi na diminuição do número de licenças para pescadores profissionais, as carteirinhas de pescadores, documento que permite que o sujeito pesque legalmente na costa do país, bem como, lhe dá o direito aos benefícios da classe. Outra mudança foi no acesso ao crédito, que segundo eles, em questão de um ano o novo governo já havia cortado grande parte dos créditos e financiamentos para a compra de barcos e petrechos de pesca.

Recentemente, já na fase de finalização desta tese, o presidente da república eleito em 2018, o Senhor Jair Messias Bolsonaro deu um pronunciamento (ver figura 24) afirmando que 65% dos cadastros de pescadores artesanais para o salário de seguro defeso eram inverídicos, e que fariam um recadastramento no setor. Depois disto liberou a atual Secretaria de Pesca e Aquicultura a começar o tal recadastramento em todo o país e a cortar os pescadores acusados de fraude (Figura 25). Algumas mídias que apoiam os trabalhadores rebateram a notícia dizendo que seria mais um achaque aos direitos trabalhistas (ver figura 26), coisa que tem se tornado comum nesse período, quando estamos sob um Governo tido como de extrema-direita, assumidamente neoliberal. Não poderíamos finalizar essa tese sem nos remeter ao atual Governo dadas

as circunstâncias de algumas das falas do presidente, em especial as que atingem diretamente os povos tradicionais, especialmente os indígenas. Que pelo visto até o presente momento já começaram a sofrer perdas em seus territórios, como outro anúncio polêmico de que o atual Governo permitirá a extração de minérios dentro das áreas de reservas indígenas. Como pode ser visto na chamada da notícia da figura 24, no mesmo pronunciamento ele se referiu as terras indígenas e aos movimentos de luta pela terra. No interior da reportagem ele diz que:

Estamos ultimando um projeto aqui. Tem que conversar com os parlamentares, o presidente não pode impor sua vontade, para nós criminalizarmos as invasões de terra. No que depender de mim, será tipificado como terrorismo”, afirmou, acrescentando que a propriedade privada “é sagrada” (BOLSONARO, 2019, in: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2019/04/bolsonaro-diz-que-dois-tercos-do-seguro-defeso-sao-fraudes-e-anuncia-novo-cadastro.html>).

Figura 24 - Notícia sobre fraudes no salário defeso em 2019



Fonte: Revista Globo Rural, 19 de abril de 2019.
<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2019/04/bolsonaro-diz-que-dois-tercos-do-seguro-defeso-sao-fraudes-e-anuncia-novo-cadastro.html>

Figura 25 - Notícia sobre cortes no salário defeso em 2019



Fonte: Canal Rural, 23 de julho de 2019.
<https://canalrural.uol.com.br/noticias/pecuaria/peixes/governo-cancela-registro-pescadores/>

Figura 26- Notícia sobre cortes em mídia alternativa



Fonte: Jornal eletrônico “Causa Operária”, 02 de maio de 2019. In: <https://www.causaoperaria.org.br/bolsonaro-ataca-seguro-defeso-e-pode-afetar-um-milhao-de-pescadores/>

Na mesma reportagem ele também diz que houve em outros períodos no Brasil, como o do Presidente Collor (1992), “uma verdadeira festa das demarcações”, e que os indígenas não têm que viver como seres “pré-históricos dentro de suas reservas”.

Difícil analisar friamente essas e outras falas do presidente, pois ainda não completou nem um ano de seu mandato, mas pelo teor de algumas delas, como as expostas aqui, podemos perceber que ele estando ao lado da “sagrada” “propriedade privada” e ameaçando qualificar os movimentos camponeses de luta pela terra, como sendo terrorismo, já aponta que será uma fase difícil aos movimentos sociais e aos povos tradicionais, haja vista que muitos deles fazem parte de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). No contestado a luta camponesa foi fundamental, inclusive muitos dos caboclos que conseguiram voltar a ocupar terras, as conseguiram via movimento social e hoje estão em assentamentos na região. De acordo com entrevista realizada em janeiro de 2017, o Bispo emérito de Caçador, o Dom Luiz Carlos Eccel, nos relatou que ajudou a organizar o movimento da região, ele disse que inicialmente as pessoas que chegaram na região vinham de outras áreas, e quando o caboclo começa a perceber que ele também poderia ter terras para plantar e viver, eles aderiram ao movimento, sendo que a Igreja nesse período teve papel fundamental na organização deles, a ponto de o próprio bispo ser ameaçado de morte por diversas vezes, pelos coronéis da região.

Na reportagem da figura 25 mencionam-se os cortes e possíveis irregularidades, mas não dizem quais, também colocam que os pescadores (as) precisarão comprovar com novos documentos (que não falam quais) seu trabalho na pesca artesanal profissional. Pelo que vi em páginas de sindicatos e organizações dos pescadores que acompanhamos nas redes sociais, só essa notícia dos cortes e do novo cadastramento já causou insegurança e instabilidade para esses grupos, haja vista, que como mencionado em nossas entrevistas com os pescadores da Penha, a partir da saída da Presidente Dilma eles já haviam percebido dificuldades em novos

cadastramentos e diminuição nos financiamentos/créditos como os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar²⁹ (PRONAF), por exemplo.

No momento não temos como afirmar quais possíveis impactos sobre os pescadores (as) ou sobre os povos tradicionais esse Governo poderá causar, mas terminamos nosso trabalho com muita preocupação e muitas dúvidas sobre o futuro desses povos.

Ainda sobre a importância dos movimentos de luta pela terra para os caboclos do Contestado, Gemelli aponta que os baixos IDHs da região se devem a retirada da terra dos caboclos, que além de tudo eram camponeses:

defendemos que os IDHM's – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais, decorrem da dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado no Contestado, sendo reflexo, em grande medida, do processo histórico de separação homem-mulher-natureza, a partir da apropriação da terra floresta (concentração fundiária) pelo capital internacional e por coronéis locais na busca pelo nivelamento ao trabalho abstrato. Tanto que, não fosse a implantação de assentamentos de reforma agrária, em alguns municípios do Território Contestado existiria um campo “sem gente” (GEMELLI, 2018, p.48).

“Um campo sem gente” é dominado pela monocultura do pinus, que como a autora coloca, representa uma das faces do crescimento desigual e da má distribuição de renda na região. Gemelli em sua tese também relaciona os baixos índices dos municípios com a Guerra do Contestado, pois os municípios com piores índices foram também os mais atingidos na guerra:

Municípios que estiveram diretamente envolvidos com os combates da Guerra do Contestado como, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande carregam os piores índices de Santa Catarina, respectivamente, 0,622, 0,649, 0,657 e 0,659. Calmon ocupa o penúltimo lugar entre todos os municípios do estado, tem, por exemplo, o pior índice na componente renda (0,618). Condição que corrobora com nossa tese de que o monocultivo de Pinus se sustenta na degradação do trabalho, em que, a remuneração dos trabalhadores é um de seus elementos (GEMELLI, 2018, p. 50).

Outros autores também corroboram com tal pensamento, e pautando-se em dados sobre a região demonstram tais relações, Nossa e Júnior (2012) além de apontarem os dados dos municípios para embasarem sua análise, também se referem a questão de a região ser considerada uma Europa brasileira, visão divulgada especialmente por promotores do turismo e pelo próprio estado, de acordo com eles:

²⁹ Programa que faz financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) aos “Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais” (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos/>)

A região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa. As cidades onde ocorreram os mais dramáticos combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos. Dos sete mil moradores de Timbó Grande, município em que ocorreu a batalha final de Santa Maria, 44,2% são pobres ou indigentes. Em Calmon, cidade de três mil habitantes, o porcentual é ainda maior, 46,8%. Na capital, Florianópolis, o número de pessoas pobres e indigentes é de 7,9% (2012, p.1).

A perda de suas terras, a má distribuição de renda, a falta de empregos geradas pelas monoculturas e pela concentração fundiária na região estão representadas nesses índices, e na pobreza facilmente percebida nos trabalhos de campo que realizamos na região, na fragilidade e precariedade de muitas moradias, especialmente quando se vai a esta região no inverno, período que conta com temperaturas mínimas negativas com muita frequência. Para além dos dados a pobreza no Contestado é visível a olho nu, apesar disso é facilmente desconsiderada pelos políticos da região que poderiam fazer algo para mudar esse quadro. Em entrevista sobre a atual condição do povo caboclo na região a Dra. Diane D. Gemelli nos relatou que:

Eu destacaria duas grandes problemáticas que não estão necessariamente separadas: 1) O conjunto de condições materiais; o povo caboclo foi forçado a ir para a Guerra pois foram arrancados da terra de posse que lhes pertencia, negaram-lhes a terra, o território, o modo de vida, o trabalho e isso permanece como marca estrutural da região, a concentração fundiária é um elemento que configura o espaço geográfico e com isso continua excluindo a população cabocla do acesso à terra. A terra, como era para seus antepassados, é essencial para a manutenção do modo de vida, como dizem, para plantar o alimento e criar os animais, no entanto, para muitos, o acesso a terra é visto como “um sonho”, como algo distante, eu penso que este é o principal problema, pois rebate em outras problemáticas, já que o não acesso à terra faz com que as condições em que vivem no espaço urbano sejam marcadas pela precariedade, moradias empobrecidas, falta emprego e quando há este é marcado por condições extremas de precarização (sazonalidade, empreita, pagamento por produção, falta de emprego para as mulheres que não são contratadas para o trabalho na erva-mate e no pinus etc.).

Todas essas problemáticas atuais que envolvem os caboclos e a desestruturação de seu modo de vida após a guerra e contemporaneamente, nos levam a pensar que o próprio ato de viver, por mais simples que possa parecer, é um ato de resistência de um povo marcado para morrer, ou pela guerra ou à míngua pela falta de condições de reprodução material da vida.

Os conflitos que permeiam a existência e permanência desse povo do Contestado sucederam com antes, durante e pós-guerra, assim como em muitos

lugares no Brasil e no mundo, além disso também ocorreu/ocorre o processo que ora apontamos como invisibilização.

5.1. A invisibilização dos povos tradicionais e a questão da identidade catarinense

Em Santa Catarina, como em tantos outros lugares, a sua imagem divulgada enquanto estado nem sempre condiz de fato com a realidade e as características de sua população, nem com sua diversidade cultural, os imigrantes, descendentes de europeus são os indivíduos que tem a imagem comumente utilizada quando se pretende dar um rosto, uma cara ao estado. Isso pode ser facilmente percebido em comerciais e programas veiculados sobre o estado pela mídia, como o exemplo da figura 27. Existe uma exaltação ao europeu e a descendência europeia de parte da população branca. A contradição ai está no fato de que muitos dos caboclos também têm descendência europeia, mas o que predominou no tom de sua pele foram as outras etnias.

Figura 27 – Identidade Catarinense



Fonte: <https://pt.calameo.com/read/00367410660e7ec92dffd>

Tal fato também pode ser notado em relação aos monumentos presentes no estado, claro que tem exceções como as diversas estátuas do monge pelo Contestado, mas isso não ocorre com o negro ou com o indígena, por exemplo. Zanellato; Jung e Ozório (2014, p.200) em artigo sobre a invisibilidade dos indígenas em Santa Catarina, observam que “na região do grande Araranguá, não existe um único monumento voltado ao indígena. Em contrapartida, os monumentos aos colonizadores, museus, memoriais,

festas típicas; pululam aos montes”. Bem como, os nomes de cidades, ruas, bairros em homenagem a eles, como o caso de Lebon Régis, Matos Costa, etc.

A história é contada, e escrita pelos vencedores, neste caso os europeus e seus descendentes, já que os indígenas foram praticamente dizimados, inclusive com a participação dos colonos, pois queriam “limpar” as terras para ocupar, e os indígenas que eram vistos como selvagens foram então caçados como animais, com a desculpa de que atrapalhavam o desenvolvimento e crescimento do estado (bem como do país, essa foi a opção Brasil a fora), analisando friamente, o estado para além de ter sido colonizado, foi invadido. Esses autores também observam que:

Quando culturas distintas se relacionam, (...), o grupo dominante, pelo contexto ou poderio que este dispõe, trata logo de parcialmente ou totalmente eliminar todos os traços que representem à cultura do outro, encarada deste modo como uma cultura inferior. É difícil dizermos que isto faz parte de um processo consciente, em que determinado grupo articula seus espaços e sufoca a cultura outrora dominada, mas gestos e atitudes presentes na posteridade, ainda legitimam fortemente a imagem heroica e o pioneirismo do imigrante europeu (ZANELATO; JUNG E OZÓRIO, 2014, p.198-199).

São estratégias de controle social do “perdedor”, ele não foi escravizado ou morto, como em outros períodos, mas sua existência é ignorada, torna-se invisível. No caso dos indígenas em Santa Catarina, não foi difícil eliminar esses “traços”, já que a população foi praticamente dizimada, e o que restou da mesma inicialmente foi “contido” ou disposto pelo estado em reservas indígenas, foram segregados para que suas terras tradicionais fossem vendidas, como dispõe Brighenti:

Do ponto de vista da desterritorialização, o início do século XX foi determinante para os povos indígenas em Santa Catarina. A velocidade com que as terras foram vendidas às empresas colonizadoras pelo estado, também fez com que duas terras apenas fossem criadas, uma no Oeste e outra no vale do Itajaí. Esses eram os ‘lugares de índios’, mais do que Guarani, Kaingang ou Xokleng, esses eram locais do índio genérico, o índio transitório, o índio que em breve deixaria de ser índio, na interpretação do Estado (2012, p.11).

Como Brighenti aponta, na visão do Estado eles deixariam de ser índios, pois contavam que os imigrantes de pele mais clara como os italianos, alemães, poloneses, teriam essa capacidade, diferente do açoriano que não tem a pele assim tão clara e mais tarde também passou a ser preterido em relação a esses outros imigrantes que chegavam, especialmente no Vale do Itajaí. Para Seyferth (2012, p. 06):

A exclusão dos não brancos estava subjacente, dada a relativa ausência do elemento nacional nessa forma de ocupação territorial. A escolha dos alemães, porém, foi ditada pela imagem do agricultor eficiente cultivada por uma parte da elite imigrantista, embora

recebesse críticas contundentes de setores nacionalistas preocupados com a introdução em massa de gente com língua, cultura e religião muito diferentes da realidade brasileira.

Contemporaneamente a situação dos povos indígenas no estado tem apontado um crescimento desta população, inclusive em áreas urbanas, como demonstram os seguintes dados (aproximados) apresentados na figura 28. De acordo com Azevedo (2008) isso pode ser decorrência de quatro fatores, mudanças no crescimento vegetativo dessa população relacionado ao aumento da taxa de fecundidade, pautada na conquista de alguns direitos e melhores condições de vida, como atendimento médico, educação e melhora na autoestima dessa população; revalorização da identidade e auto reconhecimento de mais pessoas como sendo indígenas, isso devido a diminuição da violência sofrida por eles desde a chegada dos colonizadores (não que isso tenha terminado); 'valorização étnica' por comunidades que recentemente passaram a se reconhecer como povos indígenas; por fim, o "crescente auto reconhecimento da descendência indígena, embora sem explicitar povo/etnia vivendo em espaços urbanos".

Figura 28 – dados sobre o crescimento populacional dos indígenas em Santa Catarina

POVOS	1951	1988	1998	2008	2012
Guarani	s/d	500	414	1.250	1.657
Kaingang	950	3.000	4.286	5.795	6.543
Xokleng	290	1.200	1.480	1.884	2.169
TOTAL	1.240	4.700	6.180	8.929	10.369

Fonte: Organizada pela autora, (BRIGHENTI, 2012, p. 3).

Porém, mesmo com esse crescimento populacional a partir de 1988, eles continuaram sendo tratados como classes subalternas, o Estado amplia o acesso deles a terra dentro de áreas específicas como as reservas indígenas, mas continua fazendo o controle social dessa população, talvez o escape dos indígenas para as cidades em busca de outras opções de vida, seja uma perda desse controle sobre eles; é claro que por outro lado, se pensarmos que muitos descendem de povos nômades que cruzavam o território nacional, bem como o continente, não temos novidades nessas mudanças para as cidades, podem estar dando continuidade as suas tradições.

Ao analisarmos alguns traços culturais presentes no estado, a cultura indígena aparece, existem permanências dessa cultura, nos momentos em que essas diferentes etnias entraram em contato houve trocas (Id., 2014). Como o exemplo da farinha de mandioca já utilizada pelos nativos e que fora adotada pelos colonos na substituição do trigo, o milho que também era domesticado pelos povos das Américas, entre tantas outras espécies vegetais e animais que já eram domesticadas por eles e que os

colonizadores se apropriaram. Além é claro de todo o cabedal, o saber acumulado em centenas de anos sobre as espécies vegetais, animais e seus usos, o território que foi desbravado contando com o conhecimento desses povos. O mesmo é percebido frente a outros povos tradicionais, como os caboclos, os pescadores, eles podem na maior parte do tempo permanecer invisibilizados, porém os traços culturais transmitidos por eles ou apropriados pelo resto da população se mantem ao longo dos tempos.

O fato dessa população ter crescido em número, significa uma certa derrota do Estado, apesar de tudo, dos massacres, do controle social e do contingenciamento dessa população em áreas de reserva (ver figura 28) e das políticas de branqueamento, eles resistem, o fato de estarem vivos e presentes, inclusive nas grandes cidades do estado, como Florianópolis, demonstra isso. Brighenti (2012, p. 04) ainda sobre a questão da opção do Estado pelo branqueamento como forma de aniquilar de vez essa população, que em muitos momentos, como o presente, os viu (vê) como um entrave ao desenvolvimento econômico, seja em Santa Catarina ou em outros lugares desse país, afirma que:

Os povos indígenas eram considerados categorias transitórias. A criação de reservas indígenas e toda a estrutura de 'proteção', como posto, escola, igreja e trabalho agrícola eram consideradas apenas etapas no processo evolutivo. O indígena passaria por etapas de humanização até atingir um patamar superior de 'civilização' que culminaria com o seu desaparecimento étnico. Durante a vigência do regime tutelar e da perspectiva da incorporação dos silvícolas à comunhão nacional, o 'branqueamento' era uma condição importante, remontando ao século XIX, nos debates do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A perspectiva do branqueamento já estava prevista no parágrafo 19 do regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios: "empregar todos os meios lícitos, brandos, e suaves, para atrair índios às aldeias; e promover casamentos entre os mesmos, e entre eles, e pessoas de outra raça" (BRASIL, 1845, s.p).

Na figura 29 é possível então observar esse crescimento no número de áreas indígenas, haja vista que inicialmente eram apenas duas em todo o estado, e o contingente bem reduzido, perto do que se tem atualmente, de 1.240 indivíduos em 1951 a 10.369 em 2012, um crescimento significativo, claro que considerando as questões levantadas por Azevedo (2008) e já mencionadas neste subitem. Neste mapa da figura 28 podemos perceber que a grande maioria das áreas se encontram no litoral e são terras dos Guaranis, os Xokleng que eram em maior número no litoral durante a chegada dos colonizadores e que tiveram os maiores enfrentamentos e praticamente foram dizimados, realmente na figura aparecem em apenas dois pontos, o que ajuda a comprovar seu quase total aniquilamento. Nota-se também que a área central do estado

do açoriano, que apesar de ser imigrante, também acabou sendo marginalizado. Sobre os caboclos Goularti Filho (2002) destaca que

as condições materiais contribuíram para formar um indivíduo mais próximo da natureza e afastado da lógica mecanicista da cidade. O seu ritmo de vida era ditado pelo tempo natural e não pelo tempo racional. Com isso, foram sendo criados em torno da figura do caboclo os estigmas de vadio, violento, atrasado, relaxado, desconfiado, entre outros (GOULARTI FILHO, 2002, p. 115).

Esses estigmas criados em torno do caboclo também atingem outros povos tradicionais, os indígenas e os negros, não só em Santa Catarina. Com isso, nos perguntamos como seria então a identidade catarinense? Ou a “catarinização”, como tratou Peluso Jr. (1991). Ele aponta elementos que dificultaram a unicidade em relação ao catarinensismo ou a criação de uma identidade catarinense até meados dos anos 1990, quando o último município torna-se de fato catarinense sendo assumido pelo estado, que foi o município de Porto União, que já estava vinculado ao estado desde o acordo de limites com o Paraná em 1916, mas que dependia do alicerce e dos serviços paranaenses ainda, pois Santa Catarina o deixava à míngua.

Para Peluso Jr. (1991) a principal causa de distanciamento e falta de uma identidade catarinense até a década de 1980, era o fato de que o estado estava dividido em “ilhas”, não existiam ligações ou redes entre os lugares, entre planalto e litoral, por exemplo. Não havia uma unicidade no estado, muito menos identidade, sendo que o primeiro lugar a demonstrar tal viés, fora a capital, que também tinha a facilidade de reter a maioria dos recursos públicos, já que contava com políticos para sua defesa. E nas demais “cidades e zonas rurais mais afastadas da capital, culpa-se a ausência de cuidados governamentais na região, e a distância que existe entre os lugares que habitam e a ilha de Florianópolis” (PELUSO JR., 1991, p. 271). Neste ponto discordamos de Peluso, pois consideramos que as condições físicas e o distanciamento por falta de vias que comunicassem os catarinenses, bem como os seus lugares, podem ter facilitado essa falta de ligação entre as diferentes regiões e populações, mas as relações de poder por detrás e os conflitos que ocorreram ao longo do período de formação do estado foram mais contundentes nesse processo. Além das questões referentes aos estigmas em relação a cor de pele e cultura que permaneceram, por isso também as etnias que divergem do perfil étnico eurocentrista sempre foram relegadas e negadas ou como preferimos tratar, invisibilizadas dentro do estado. Como criar uma identidade em um estado que matou grande parte seus povos originários, depois dizimou uma segunda população que descendeu dessa primeira e dos povos que migraram para cá, os caboclos. Um estado que contou com a formação de um povo a partir do

aniquilamento de outros povos, e com a criação de uma identidade local em pessoas que não a possuíam ainda, pessoas que estavam mais conectadas culturalmente com seus países de origem, do que com o Brasil. Contemporaneamente muitos ainda se dizem primeiramente “alemães”, “italianos”, “poloneses”, mesmo tendo nascido aqui, assim como seus pais. Identidade não pode ser algo forçado, ou artificializado.

Essa “dificuldade” em se criar ou formar uma identidade para os catarinenses levantada por Peluso Jr. (1971) tem seu cerne nas políticas de colonização implementadas na região, que trouxeram o imigrante europeu para introduzir outra mão de obra e outro sistema de colonização da terra, que não o já utilizado no Nordeste, por exemplo, ou seja, da mão de obra escrava e dos grandes latifúndios monocultores. Muitas intensões por detrás, mas aqui vamos nos ater as políticas de branqueamento e as questões sociais envolvidas.

Sobre essas políticas pautadas na eugenia, e a difusão desse pensamento no estado, é preciso deixar claro que não se restringem ao passado, contemporaneamente ela torna a ser mencionada e até mesmo defendida, como fora o caso de uma reportagem que encontramos, onde o então Governador do Estado, o senhor Luiz Henrique da Silveira publicou em um jornal local, matéria sobre o uso da genética para se evitar filhos “feios e ou idiotas”, em como uma seleção realizada em laboratório poderia corrigir esse tipo de características nos indivíduos. O Jornal a Folha de São Paulo fez então uma matéria com alguns especialistas que combateram as ideias do Governador (figura 30), ultrapassadas e preconceituosas, entre outros adjetivos.

Seria esse um resquício do pensamento da época da colonização? Já que não tiveram total sucesso em branquear a população, seria uma nova oportunidade? Incentivar a eugenia via laboratórios e clínicas de reprodução humana? Não temos como afirmar essas questões pautando-nos em apenas uma matéria de jornal, mas isso nos ajuda a pensar que essa opção pela população branca ainda é muito presente, confirmando a questão de que apesar do branqueamento populacional não ter ocorrido como o imaginado, ele ainda não foi esquecido, a invisibilidades dos povos tradicionais comprova isso.

Na reportagem da folha, o autor (LOPES, 2005) coloca que “curiosamente” não houve repercussão da matéria do Governador pela população, fora rebatido por outros políticos e amplamente debatido por cientistas que acharam absurdos os comentários do Governador. Essa falta de reação da população soma ao nosso pensamento de que para além da difusão dessas ideologias racistas pelo Estado, a população (parte dela) também acaba reproduzindo essa questão da possível “superioridade” dos brancos, aí

não temos como afirmar se o fazem com consciência ou pelo resultado da manipulação empregada por décadas pelo estado.

Figura 30 – Reportagem sobre o Governador de SC e a defesa da eugenia

NOTÍCIAS

Brasil: Governador de SC louva eugenia em artigo

Por Reinaldo José Lopes Idioma Português País Brasil

6 septiembre 2005

comentários facebook twitter print mail

Luiz Henrique da Silveira diz que genética permitirá evitar filhos "feios" ou "idiotas"; biólogos condenam proposta

Um artigo publicado no último domingo pelo governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), trouxe de volta um fantasma da ética científica: a eugenia. O governador defendeu a utilização das descobertas sobre o genoma humano para que as pessoas possam evitar que seus filhos nasçam "feios, deformados, deficientes ou idiotas".

Com o título "O DNA Espartano" (em referência às práticas de seleção de crianças na antiga cidade grega de Esparta), o texto foi publicado no jornal diário "A Notícia" (an.uol.com.br), de Joinville, no qual o governador assina semanalmente um texto opinativo exclusivo. A assessoria de imprensa do governador, procurada pela Folha durante toda a tarde de ontem, disse não ter conseguido localizá-lo para comentar o caso.

Apesar das idêias polêmicas do texto -o governador fala não apenas em melhoramento genético de bebês antes do nascimento mas também em filhos que poderiam ser clones de gênios ou pessoas de beleza excepcional-, a reação ao artigo foi tímida, mesmo dentro de Santa Catarina.

Um deputado do PT catarinense, Afrânio Boppré, condenou na Assembléia Legislativa as afirmações de Luiz Henrique. O mesmo fez o biólogo João de Deus Medeiros, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), em carta enviada ao jornal.

Fonte: Reinaldo José Lopes em Jornal Folha de São Paulo, 06 de setembro de 2005.

O catarinense nativo que já possuía vínculos com os seus lugares e territórios foi ignorado, invisibilizado e muitos mortos, em contraposição, um povo recém-chegado, que demorou em possuir vínculos com o estado e o país é que fora o "escolhido" para ocupar e representar ou dar uma identidade ao estado, já que tinham o perfil idealizado e defendido pelo "determinismo racial" difundido pelos acadêmicos europeus dessa época, e cujos pensamentos também impregnaram as políticas daqui. Desse modo o Estado deu preferência e incentivos à vinda de europeus, especialmente aos alemães, que eram considerados os melhores povos, agricultores e trabalhadores exemplares, como relata Seyferth (2002, p. 9):

No entanto, através da naturalização da "índole" ou "pendor" agrícola, os colonos alemães ficaram no topo da hierarquização por nacionalidade - mesmo quando criticados por sua irredutibilidade étnica. "A colonização alemã é a que mais convém ao Brasil": variações dessa frase foram comuns nos textos sobre colonização após 1845, inclusive na "Memória" escrita pelo Visconde de Abrantes e publicada em 1846 quando procurava atrair imigrantes para o Brasil com o beneplácito do governo prussiano, expressando opiniões reformistas sobre liberdade de culto, naturalização, escravidão e propriedade da terra.

O fato de serem ocidentais e cristãos também influenciava nas decisões, pois nesse período impregnado pelo eurocentrismo, um povo só seria considerado civilizado, se já fosse um povo catequisado (Id., 2002) e branco, com isso excluíram das correntes migratórias “aceitáveis” os africanos e asiáticos, que também não se enquadravam no perfil étnico escolhido pelo Estado, pois eram semelhantes aos nossos nativos e mestiços. Como não existia uma migração espontânea desses povos para o Brasil, o Estado teve que incentivar e arcar com muitas das despesas, além de possibilitar a propriedade privada das terras devolutas aos imigrantes (esse seria um dos propulsores da lei de terras de 1850) (SEYFERTH, 2002). Segundo Vainfas (2002, p.152) a escolha do imigrante branco europeu está pautada “na convicção de que o branco seria o elemento capaz de transformar o Brasil numa nação civilizada, posto que africanos e asiáticos eram tidos como racial e culturalmente inferiores”.

Outro ponto que não é tratado pela grande maioria dos autores que escreveram sobre a colonização europeia ou sobre a formação sócio-espacial de Santa Catarina é esta questão étnica racial por traz das políticas de imigração, já que existiu um debate acerca das melhores “raças” para povoar o país, e o sul principalmente. E os alemães e italianos foram os grupos procurados pelas agências de imigração do Estado brasileiro por se enquadrarem nesse perfil, que envolvia a questão étnica e do labor, onde os sujeitos deveriam ser agricultores, artesãos ou soldados, preferencialmente com famílias imigrando junto, além da religião, o “ser ordeiro” e caucasiano (SEYFERTH, 2002).

De acordo com Seyferth (2002) e Bissigo (2009) no Brasil houve duas etapas de imigração europeia via agências de imigração do Estado, a primeira etapa teve início em 1819 com a criação de Nova Friburgo e a chegada de colonos Suíços numa tentativa de modificar o sistema agrícola então em voga no país, foi até 1830 “quando a oposição parlamentar aprovou uma lei que impedia gastos com a imigração o que, na prática, inviabilizou o agenciamento, pois não existia um fluxo espontâneo para o Brasil” (SEYFERTH, 2002, p. 4). Segundo esta autora o último ato referente aos processos colonizadores no império foi a criação da colônia de alemães de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina (1829). A segunda etapa da imigração se deu em 1845 e começou com:

A localização de alemães no Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul), a partir de São Leopoldo, em Santa Catarina (no Vale do rio Cubatão), nas terras altas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Houve um investimento claro na imigração alemã expressada através da representação diplomática brasileira em Berlim, chefiada pelo

Visconde de Abrantes, juntamente com o debate sobre a necessidade de regulamentar a posse e a propriedade da terra - que, afinal, resultou na lei 601 (Lei de Terras), de 1850, um passo decisivo para incrementar a colonização (SEYFERTH, 2002, p. 4).

Concomitante ao reinício da colonização com os europeus e a criação da Lei de Terras, também se deu a proibição do tráfico de escravos com a Lei Euzébio de Queirós (Id., 2002), ações engendradas pelo Estado e que resultaram no parcelamento do solo do sul do país em pequenas propriedades para os imigrantes e no total abandono dos ex-escravos, que foram depois dispensados dos seus trabalhos e acabaram indo para as cidades onde se tornaram mão de obra barata. A substituição da mão de obra escrava pelos assalariados foi uma das necessidades do capitalismo que se instaurava no país.

Apesar de serem políticas vindas de cima para baixo, ou seja, ações orquestradas pelo Estado para colonizar e povoar o restante do país via colônias de imigrantes, os discursos que justificaram essas ações estavam disseminados pelos demais membros da sociedade, como se pode ver nesse relato feito por um padre, Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara (SC):

Forçoso é concluir que não pequena utilidade tem tirado a província de Santa Catarina com o estabelecimento da colônia de S. Pedro de Alcântara em seu território. (...) Os indígenas, que outrora infestavam o continente a ponto de se aproximarem da capital em distância menor de cinco léguas, hoje amedrontados pela vizinhança dos colonos tem abandonado esses lugares, de modo que um só já não aparece na longa estrada de 34 léguas, que comunica a vila de S. José com a de Lages. Hoje o viajante caminha tranquilo, não teme a flecha do Bugre; e o lavrador habitando solitário esses sertões, goza das delícias do campo, sem recear os perigos do ermo. À vista das vantagens que esta província tem obtido com a colônia alemã (...) forçoso é confessar que a colonização alemã é a que unicamente pode utilizar ao Brasil. (...) os Alemães são industriosos, sinceros, e a constância que os caracteriza não os deixa desanimar à vista do trabalho. São estes os verdadeiros colonos de que o Brasil precisa, e para cujo engajamento se deve fazer os maiores sacrifícios. (PAIVA, 1846, p. 519-520; apud SEYFERTH, 2002, p. 10).

Nesse depoimento publicado em sua biografia em 1846 podemos perceber vários equívocos, os indígenas em sua maioria foram mortos e escravizados e não fugitivos “amedrontados” com a chegada dos imigrantes, muitos inclusive mortos pelos próprios imigrantes. E o lavrador não habitou solitário o sertão, muitos caboclos viviam na região, pois o relato dele é de 1846, período anterior a Guerra do Contestado. Esse é apenas um exemplo da origem dos discursos que ainda pairam sobre o estado, que exaltam o trabalho dos imigrantes e sua superioridade em relação aos povos

tradicionais. Bem como, dos mitos criados Brasil a fora, como o dos “sertões”, dos “rincões” e das terras desabitadas, que serviram para camuflar ou encobrir o derramamento de sangue dos nossos povos originários, “invisíveis” desde a chegada daqueles que não os quiseram ver.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos nossa pesquisa de doutoramento tínhamos uma ideia prévia sobre a desterritorialização sofrida pelos povos tradicionais em Santa Catarina, bem como, o impacto que esse evento trazia para a vida desses povos, mas ainda não tínhamos percebido esses outros elementos, que desagregam tanto quanto a perda do território. Como a questão da invisibilidade, que percebemos como um fenômeno subsequente e a questão do branqueamento, a negação de suas existências pela sociedade em geral e pelo Estado. Onde se percebe que a intensão era mesmo do genocídio, da eliminação dessas etnias, haja vista que tal política se tornou constitucional em 1934, no artigo 138. E que as investidas de colocá-la em prática através do incentivo das migrações de europeus para o estado, se observarmos os dados de 2010, nos dão a impressão de que funcionaram, se Santa Catarina foi pensada como um “laboratório” populacional que tinha a função de produzir uma população branqueada, através desses dados temos a impressão de que “deu certo”, haja vista que do total de 6.248.436 habitantes, 5.246.868 habitantes do estado são considerados brancos (IBGE, 2010).

Quando analisamos os processos inerentes à formação sócio-espacial de Santa Catarina observamos que em determinados períodos o Capital via modos de produção atrai os trabalhadores para determinados locais territorializando-os ou dando condições para iniciar processos territorializantes, e posteriormente repele, expulsa ou segrega os trabalhadores desses mesmos espaços, mas desta vez os desterritorializando, como percebido com as colônias de pesca dos açorianos e descendentes, seja em Penha ou ao longo do litoral catarinense. O mesmo também ocorreu com os caboclos que durante o tropeirismo, antes da guerra faziam suas trocas comerciais, produziam excedentes que beneficiavam outras regiões do país. A questão é que a transitoriedade que lhes foi imposta pelos ritmos diferenciados do Capital, fez com que a integração desses povos a lógica formal desse movimento, fosse preterida por outras dinâmicas, como o turismo e a especulação imobiliária para a Serra Abaixo, e as madeireiras e o reflorestamento de pinus na Serra Acima. Isso economicamente, quando pensamos socialmente, aí temos outros elementos que destituíram o poder para além dos territórios, como as invisibilidades e a tentativa de branqueamento populacional promovidas por políticas eugenistas que incentivaram a vinda de imigrantes europeus, tanto no planalto, quanto no litoral.

Esses são movimentos contraditórios do sistema capitalista que deixaram marcas na formação sócio-espacial do estado, tão contraditório que mesmo os alemães que foram, assim como outros europeus escolhidos com o intuito de “melhorar” a nossa população, em determinado momento como o da Segunda Guerra Mundial, e a ameaça nazista ao mundo, também passaram a sofrer perseguições dentro do país, como retrata Seyferth (2002).

Em nome do tão aclamado desenvolvimento são feitas verdadeiras atrocidades mundo a fora, no Brasil e no nosso caso, em Santa Catarina não foi diferente, percebemos isso na Guerra do Contestado, onde a busca pelo desenvolvimento da região trouxe morte e espoliação ao seu povo, vemos isso nas tentativas de branqueamento da população em busca de um modelo desenvolvimentista europeu e branco, e também percebemos o mesmo mecanismo por trás de ações que buscam o desenvolvimento local desconsiderando as características dos lugares, buscando ou se espelhando em modelos externos. Esse talvez seja o ponto, ou um deles, no Brasil temos essa triste cultura de importar modelos, importar pensamentos, sempre desconsiderando o que se tem aqui. Passam por cima das populações, história, lugares ao invés de agrega-los, de pensar na melhoria de todos e não apenas nos lucros, pensamento utópico, bem sabemos, mas também poderia ser mais prático e eficiente para a maioria ao invés de sempre ser realizado pensando no lucro de uma minoria.

Sobre esse aspecto do pensamento voltado apenas aos lucros e a desconsideração aos povos e a história dos lugares, faço aqui um adendo enquanto finalizo e faço às correções sugeridas pela banca de defesa desta tese, que hora apresento. De que, praticamente às vésperas da finalização desta, tivemos a triste notícia de que os membros e responsáveis pela Instância de Governança Regional (IGR) do então “Vale do Contestado”, em reunião e sem consulta pública prévia, resolveram mudar o nome da mesma, para “Vale dos Imigrantes”. Para algum desavisado isso pode parecer algo banal, corriqueiro, mas não o é. É mais um ataque aos caboclos que morreram na guerra, essa é mais uma tentativa de invisibilizá-los, de negá-los. Essa alteração no nome da região despreza os fatos históricos que a marcaram, menospreza as milhares de pessoas que morreram em decorrência da Guerra do Contestado e que merecem ser lembradas cotidianamente naquela região. Mais uma vez as decisões sobre uma região estão sendo tomadas por uma minoria que detém o poder político e financeiro.

Enfim, o que nos dá certo alívio é saber que existem muitas experiências Brasil a fora que comprovam isso, que existe sim novas possibilidades de agregar os povos tradicionais ao invés de excluir ou combater, de valorizar a história e a cultura dos

lugares. Concordamos com Gemelli (2018, p. 253) quando ela afirma que “é preciso promover o retorno de homens e mulheres a terra, é urgente apostar em outro modelo de desenvolvimento civilizatório, que preze pela reunificação homem/mulher-natureza”. Daí mais um ponto que unifica caboclos e pescadores, como povos tradicionais que são, eles têm esse direito/necessidade de reintegração a natureza, a terra, mar... Sua lógica difere do pensamento urbano contemporâneo, desse modo, pautamo-nos em Leff (2006, p. 376-377) quando ele aponta que só será possível um verdadeiro diálogo entre as diferentes sociedades, quando isso acontecer “a partir do reconhecimento dos saberes – autóctones, tradicionais, locais – que aportam suas experiências e se somam ao conhecimento científico e especializado; mas implica, por sua vez, o dissenso e a ruptura com uma via homogênea para a sustentabilidade”.

Assim, não seria preciso decidir entre grupos a serem “escolhidos”, adequados e outros para serem os “escorraçados”, os sem lugar, como temos visto acontecer, seja com os indígenas, os caboclos ou os pescadores, sempre é possível um diálogo quando o “desenvolver” for decidido localmente, envolvendo os sujeitos de fato, onde cada povo e suas particularidades sejam respeitadas. A mudança vinda dos de baixo, como tão bem tratou Milton Santos em “Por uma outra globalização” (2015, p. 168), ou seja, um novo momento histórico em que “a dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança”.

Enfim, ao longo do tempo desta pesquisa e do contato com as realidades analisadas, percebermos quão diversos e ao mesmo tempo próximos são os universos dos caboclos e dos pescadores de Santa Catarina, ambos grupos dentro de um mesmo estado da federação, em regiões com características históricas e geográficas tão díspares, mas vivendo angustias e perdas semelhantes, tendo seus territórios desconsiderados pelos gestores e atores que articularam a formação sócio-espacial catarinense. Percebemos muitos elementos próximos, como já dissemos a relação desses grupos com a natureza, o modo de vida atrelado a religiosidade, a cultura herdada de seus antepassados. Os dois grupos já perderam parte de seus territórios, um pela guerra e espoliação de suas terras, outro pelos avanços do turismo e da especulação imobiliária. Tais processos ainda não se findaram e esses grupos ainda resistem, os pescadores e pescadoras aos avanços da indústria da pesca sobre seus territórios tradicionais e sobre os estoques pesqueiros, cada vez mais disputados, além das suas áreas de abrigo, como a Praia da Armação, onde a cada verão acirram-se os ânimos em torno da retirada de seu porto de lá. Os caboclos que lutam por melhores

condições de vida e que tem o pinus como agente desterritorializante, já que o mesmo amplia o papel dos latifúndios, dificultando o acesso deles as terras. Existem essas diferenças entre os grupos, mas ambos passam por processos de exclusão e invisibilidade, pois tanto na cidade de Penha com seus mecanismos de apropriação dos espaços via turismo e mercado imobiliário, quanto o latifúndio e a monocultura do pinus tão presentes na região do Vale do Rio do Peixe e em Lebon Régis, percebemos que ambos afogam os povos tradicionais, dentro de mecanismos diferenciados do Capitalismo.

Desse modo é que nos perguntamos quais seriam as resistências que permitem a esses povos continuarem existindo? A luta cotidiana pela vida, apesar das invisibilidades faz com que continuem reexistindo, alguns reexistem pelo instinto de sobrevivência mesmo, já outros resistem criando mecanismos de força, criando estratégias de poder como as associações dos caboclos e como a associação dos pescadores. Resistem pela luta de classes via movimentos sociais, seja pelo movimento dos pescadores em não sair da praia da Armação em Penha, ou como os caboclos e caboclas do Contestado que voltaram a ter terras via luta camponesa se integrando ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Ao iniciarmos nosso processo de doutoramento, no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina em 2015, não tínhamos a menor noção do que estaríamos vivendo em termos governamentais no Brasil em seu término, ou seja, em 2019. Creio que nem os pesquisadores mais sagazes e informados tinham como prever tantas mudanças. Um impeachment que destituiu uma presidente legítima eleita democraticamente, um verdadeiro golpe de Estado. Posteriormente, e aí sim é o que nos preocupa mais quando pensamos nos povos tradicionais como um todo, especialmente nos indígenas e caboclos/camponeses sem terra, haja vista, que como demonstramos no capítulo 5 o presidente eleito no pleito de 2018, assumidamente neoliberal é contrário aos movimentos sociais, sobretudo aos que lutam por terras e por reforma agrária. Fechamos esta tese com a angústia de não conseguir vislumbrar como irão ficar esses sujeitos, esses povos, pois até mesmo os pescadores já estão sendo prejudicados, como também demonstrado no capítulo 5, via mudanças na regulamentação da profissão e também na já percebida opção desse Governo pela pesca industrial, vide mudanças divulgadas recentemente como a liberação da pesca da tainha em SC para a pesca industrial, somente essa mudança que parece simples, já causa impacto na renda das famílias que dependem da pesca artesanal, pois esta espécie é uma das mais esperadas no ano, já que ocorre no inverno e poderia ser pescada perto da costa, inclusive nas praias, sem auxílio (e gastos) dos barcos. Com a

entrada da pesca industrial de arrasto, altamente predatória, os pescadores acreditam que não conseguirão concorrer ficando apenas com os restos do estoque. Outra fala desse atual presidente que é extremamente preocupante é a de que ele promete caracterizar os movimentos sociais como terroristas, dando a entender que todos que se opuserem a qualquer medida governamental como essas já citadas e se organizarem via movimentos sociais, como exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) poderão ser punidos, não que já não fossem em outros períodos, mas nenhum outro governo fez esse levante tão contundente, não após os governos militares, mas esses perseguiram sem “alarde”, ou não tão assumidamente assim. Enfim, nos cabe continuar com nosso papel dentro da Geografia, denunciando e apoiando esses e demais grupos que venham a ser deslegitimados.

Impossível ao terminar esta tese e ao tentar vislumbrar um futuro digno a todos esses povos, não rememorar a famosa frase do monge José Maria: “Quem tem, mói, quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais”!

“O caboclo não é o mesmo
Daquela vida passada
Seu espaço ficou curto
Daquilo não resta nada
Espremido na cidade
Lembrando a sua jornada
Mas não perde a esperança
A fé vive na lembrança
De voltar para a terra amada”.

(Walter Alves de Moraes, Serra da Boa Esperança,
Lebon Régis/SC, 12/03/16)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martin Fontes. 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. **Agroestratégias e desterritorialização**: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- AURAS, M. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- AURAS, M. **Poder oligárquico catarinense**: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Educação, São Paulo, 1991. 415 p. (Tese de Doutorado).
- BERNARDES, N. **A Grande Região Sul**. Panorama regional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- BISSIGO, D. N. **O projeto colonizador brasileiro e a colônia nacional Angelina**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.
- BOER, P. **Barra Velha através dos tempos**. Barra Velha: Art & Texto Editora Ltda., 1992.
- BRANDT, M. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC**: do Contestado à colonização. Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Geografia, 2007. 310 p. (Dissertação de Mestrado).
- BRANDT, M.; CAMPOS, N. J. **Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense**. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 43-64, jan./jun. 2008.
- BRIGHENTI, C. A. **Povos indígenas em Santa Catarina**. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.
- CAMPOS, N. J. **Litoral Catarinense**: O coletivo e o individual entre a população de origem açoriana. Cadernos Geográficos, Florianópolis, Número 24 – Agosto, 2011.
- CAMPOS, N. J. **Transformações sócio-espaciais na Pequena Produção Açoriana**. Geosul (UFSC), Florianópolis, v. 2, p. 115-118, 1986.
- CARVALHO, J. M. de. **Pontos e Bordados**. Escritos sobre História e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. C. **Mares, e longínquos povos dos Açores**. Florianópolis: Ed. Insular, 1996.
- CASARIL C. C.; BASTOS, J. M. **A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana**: ampliando a discussão teórica. Geosul, Florianópolis, v. 31, n. 62, p 271-298, jul./ago. 2016.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CHELOTTI, M. C. **A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha gaúcha.** Campo-território: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev., 2013.

CHELOTTI, M. C. **RETERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos.** In: Boletim Geográfico ano XXII, n 179 mar/abr CNG/IBGE. 1964.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____ **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA, São Paulo. USP, 1999.

EHLKE, C. **A Conquista do Planalto Catarinense.** Florianópolis: Ed. UDESC, 1973.

ELLIS, M. **Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial.** Revista de história da USP, Vol. 16, nº 34, ano: 1958. In: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/8129>

ESPÍNDOLA, C. J. **A incorporação das duas macroformações socioespaciais do sul do Brasil.** In: Anais do XII Colóquio Internacional de GeoCrítica, Bogotá, 2012.

ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias de carne do Sul do Brasil.** Tese de doutorado, USP, 2002.

FARIAS, V. F. **Penha 243 anos: Natureza, história e cultura.** Penha: Ed. Do autor, 2002.

FELICIO, J. M. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: http://www.geografia.ffeich.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos Socioambientais.** São Paulo: Aleph, 2004.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: O cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRAGA, N. C. **Contestado Redes no Geográfico.** Florianópolis: Insular, 2017.

FRAGA, N. C.; SILVEIRA, H. M. **O sabor do pinhão e as paisagens de uma região contestada e silenciada.** Caderno de Geografia, v.26, n.45, 2016.

FRAGA, N. C. **Terra cabocla**. Direção: Marcia Paraiso e Ralf Tambke. Plural Filmes, 2015. DVD (82 min).

_____ **Um território de invisibilidade e miséria**: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In: WEHLING, Arno (org). 100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis, MPSC, 2013. P. 369-392

FRAGA, N. C.; LUDKA, V. M. **100 anos da Guerra do contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012)**: uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. Anais do XII Colóquio internacional de Geocrítica. 2012.

_____ **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012b.

_____ **Contestado**: o território silenciado. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2009. v. 1000. 264p.

_____ **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma análise acerca da formação territorial do Sul do Brasil. (Tese de Doutorado). Curitiba/PR, UFPR, 2006.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre: L&M, 2014.

GEMELLI, D. D. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). 2018. Tese (Doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração "Produção do Espaço Geográfico"), FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP.

GEMELLI, D. D. **Expressões territoriais do monocultivo de pinus em Calmon/SC**. In: XVIII ENG, ANAIS, 2016.

GODELIER, M. **O ideal e o material**: pensamento, economias, sociedades. Fayard, Paris 1984.

GOULARTI FILHO *et al.* **Integrando o território catarinense**: a construção da estrada de Lages, 2011. In: <http://www.aquasmornas.sc.gov.br/noticias/lages.pdf>

GOULART, M. K. **Moradores e veranistas**: as diferentes relações e percepções com o ambiente na praia de Armação do Itapocorói, Penha, SC. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba/PR.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GROSS-MACHADO, C. B. **O território da pesca artesanal da colônia z4, barra velha, SC**: o paradoxo entre a tradição e a modernidade. 2013. Dissertação (mestrado em Geografia), UNICENTRO, Guarapuava/PR.

GROSS-MACHADO, C. B.; GOMES, M. F. V. B. Abordagem Socioambiental: contradições e possibilidades das comunidades tradicionais. In: Lisandro Pezzi Schmidt; Pierre Alves Costa. (Org.). **Geografia(S), Sociedade e Território**: leituras na geografia humana. 01ed.Guarapuava: UNICENTRO, 2013, v. 01, p. 11-191.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

_____. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

_____. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. Contexto. São Paulo, 2006.

_____. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – AGB/USP, março de 2005.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Da desterritorialização a multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, V. 29, nº1, 2003. In: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>.

IANNI, O. **A desterritorialização**. In: A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KAISER, J. **Guerra do Contestado**: a revolta dos caboclos no sertão catarinense. Florianópolis: Letras brasileiras, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LAGO, P. F. **Santa Catarina**: a transformação dos espaços geográficos. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34. 1991.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8ª edição, Petrópolis: Vozes, 2011.

LÖWEN SAHR C.L.; SAHR, W. D. **Territórios – faxinais – espaços**. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

LUDKA, V. M. **Contestado, a fome e a pobreza como permanência da guerra**: cenários paradoxais no sul do Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba/PR.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. (tradução de Tânia Pellegrini). — Campinas, SP : Papyrus, 1989.

MACHADO, P. P. Fronteira, legislação e colonização no Planalto Meridional brasileiro ao final do século XIX. In: VALENTINI, Delmir; RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.). **Contestado**: Fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014). Porto Alegre / Chapecó: Letra & Vida / Ed. UFFS, 2015, v. 1, p. 19-32.

_____. **Guerra, cerco, fome e epidemias**: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. p. 178-186. 2011.

_____ **Contestado e a Historiografia.** In: SANTOS, Sílvio Coelho dos. (Org.). **O Contestado na historiografia e na literatura.** 1ed. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007, v. 1, p. 27-37.

MAMIGONIAN, A. **Portos e Navegação Marítima no Brasil.** In: Comunicação apresentada no XIV EGAL Peru / Lima, 2013.

_____ **As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina.** In: O mundo que o português criou: Brasil: século XVI. ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Orgs.). Recife: CNPq/FJN, 1997.

_____ **A Geografia e “A Formação Social como Teoria e como Método.** In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.) Mundo do cidadão, um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-206.

_____ **Marxismo e Globalização: as origens da Internacionalização mundial.** São Paulo: 1991.

_____ MAMIGONIAN, A. **Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário.** São Paulo: EPG nº 51, 1976; EISENBERG, P. Modernização sem mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

MARX, K. **18 de Brumário.** 2013. In: <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>

MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

NOSSA, L.; JUNIOR, C. **Contestado, a região Nordeste de Santa Catarina.** jornal ESTADÃO, 11 DE FEVEREIRO DE 2012 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,contestado-a-regiao-nordeste-de-santa-catarina,834528>

OLIVERIA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EASP/FGV, 2001.

PASA, V. O ethos do povo marcado pela guerra do Contestado. 2016. Dissertação (Mestrado em Bioética) Centro Universitário São Camilo, São Paulo/SP.

PELUSO JR., V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

PELUSO JR., V. A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1991b.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

PEREIRA, O. D. **O cinquentenário da guerra sertaneja do Contestado: Paraná – Santa Catarina.** Revista Civilização Brasileira, n. 9-10, p. 223 -246. Ed. Civilização Brasileira, 1966.

PEREIRA, R. F. do A. **Formação sócio-espacial...** Geosul, v.18, n.35, 2003. Em: [//periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13604/12471](http://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13604/12471)

PIAZZA, W. F.; HÜBENER, L. M. **Santa Catarina: história da gente.** 2ª Ed., Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social.** 2ªed. São Paulo, Ática, 1966.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação.** In: Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p17- 35.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____ **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____ et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto.** Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

_____ **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____ **Espaço e sociedade (ensaios).** Petrópolis: ed. Vozes, 1982.

_____ **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SANTOS, S. C. dos. **Encontro de estranhos além do “mar oceano”.** Etnográfica, Vol. VII (2), 2003, p. 431-448.

_____ **Os índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: Ed. Da UFSC; [Itajaí] Ed. da UNIVALI, 1997.

_____ **A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1970.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidade: teorias, processo e conflitos.** Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

_____ **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____ **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SCHMITZ, P. I. **A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina.** In: Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina.

SERENI, E. **De Marx a Lênin: a categoria de “formação económico-social”**. In: MERIDIANO – Revista de Geografia, número 2, 2013 – versão digital. <http://www.revistameridiano.org/>

SEYFERTH, G. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, (53), 117-149. In: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>

SILVA, C. M. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.

SILVA, C. M.; MACHADO, E. V.; CAMPOS, N. J. **A (re) produção do espaço litorâneo catarinense**. In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, M. L. **Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A. et al Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THOMÉ, N. **Ciclo da Madeira, História da Indústria Madeireira no Contestado**. Caçador (SC): Universal, 1995.

_____. **Insurreição Xucra**. In.: Álbum O Contestado. Rio de Janeiro: Index/FCC/Fund. Roberto Marinho, 1987.

_____. **Levanta Nação do Contestado, Tantas Vezes Contestada**. Caçador (SC): A Imprensa, 1992.

_____. **Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado**. 1ª edição. Caçador: 1980.

TOMAZI, G. **A mística do Contestado: A mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes**. 2005. 390p. Dissertação (mestrado em ciências da religião) PUC, SP, 2005.

TROTSKY, L. ([1930] 2007). **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann.

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 152.

VENEZIANI, M. **De pai para filho: elogio da tradição**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

VICENTE, A. T. T. **Tramas de uma Complexa Relação: A Comunidade da Penha – SC e o Parque Temático Beto Carrero World (Impactos Econômicos e Socioculturais)** 2002. In: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1143/906>

VIEIRA, M. G. E. D. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis/SC, UFSC, 1992.

VIEIRA, M.G.E. D.; PEREIRA, R.F. do A. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: nota preliminar**. Anais... Congresso de História e Geografia de SC. Florianópolis: CAPES, 1996.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE (Conselho nacional de Geografia), 1958.

WELTER, T. **O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa**

Catarina. 2007. 338 p. Tese (tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: CONTEXTO, 2001.

ZANELATTO, J. H.; JUNG, G. M.; OZÓRIO, R. M. Índios e brancos no processo colonizador do sul catarinense na obra "histórias do grande Araranguá", de João Leonir Dall'Alba. Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ. 2014. In: www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm

ZIBECHI, R. **Território em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.